UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
Mestrado em Mudança Social e Participação Política

JOANA CRIVELANTE HORTA

**Saber molhar o sertão, patrimônio cultural imaterial em Mirorós –
Bahia**

São Paulo
2014

JOANA CRIVELANTE HORTA

**Saber molhar o sertão, patrimônio cultural imaterial em Mirorós –
Bahia**

Dissertação apresentada à Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Ciências do Programa Mudança Social e Participação Política

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 21 de março de 2014. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

**Área de Concentração:
Participação Política e
Desenvolvimento Local**

**Orientadora: Prof. Dra.
Sílvia Helena Zanirato**

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

Biblioteca

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da
Universidade de São Paulo

Horta, Joana Crivelente

Saber molhar o sertão, patrimônio cultural imaterial em Mirorós -
Bahia / Joana Crivelente Horta ; orientadora, Silvia Helena Zanirato. –
São Paulo, 2014.
152f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de
Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.

Versão corrigida.

1. Patrimônio imaterial - Bahia. 2. Memória cultural - Bahia.
3. História oral - Bahia. 4. Métodos de irrigação - Bahia. I.
Zanirato, Silvia Helena, orient. II. Título.

Folha de Aprovação

Nome: HORTA, Joana Crivelente

Título: Saber molhar o sertão, patrimônio cultural imaterial em Mirorós – Bahia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades para obtenção do título de Mestre em Ciências

Aprovado em: 21 de março de 2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. Silvia Helena Zanirato

Instituição: Escola de Artes Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Instituição: Escola de Artes Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Simone Scifoni

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao Raul, cometa que vi riscar o céu do sertão

Agradecimentos

Ao Mirorós, por sua energia, água, terra, ar, montanhas, plantas, animais e gente.

À população de Ibipeba, Gentio do Ouro, Morro do Chapéu e Lençóis, pela acolhida sertaneja que recebi na produção deste trabalho.

À professora doutora Silvia Helena Zanirato, pela orientação atenta e delicada.

Aos colegas do Promuspp e FFLCH, professores e alunos, que abertos para a interdisciplinaridade multiplicaram os sentidos deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro que possibilitou uma imersão profunda no universo de pesquisa

À família, que cresceu e se fortaleceu imensamente durante a produção deste trabalho.

Resumo

HORTA. J. C. Saber molhar o sertão, patrimônio cultural imaterial em Mirorós – Bahia. Dissertação (Mestrado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Geração após geração, o saber molhar a terra em Mirorós (BA) desempenha na caatinga uma agricultura produtiva e diversificada. No entanto, sobre influência de profundas mudanças sociais ocorridas no fim do século XX, o conhecimento local foi desarticulado e hoje está em vias de desaparecimento. O conhecimento desenvolvido através da oralidade e do convívio social diz respeito às técnicas locais de manipulação da água para a produção de víveres, à divisão do recurso natural e à organização dada a partir da atividade camponesa.

Este trabalho pretende o reconhecimento de um saber resguardado pela população de Mirorós, situada entre os municípios de Gentio do Ouro e Ibipêba, na zona central do Estado da Bahia. Inicia-se com a apresentação do contexto espacial, das particularidades do semiárido e do bioma caatinga, e do espaço onde se encontra o saber, nas margens do Rio Verde, que nasce nas serras da Chapada Diamantina e deságua no Rio São Francisco. O saber molhar o sertão tido como patrimônio imaterial é então descrito como um conjunto de técnicas, obras, condutas e conhecimentos sobre o espaço natural e sua produtividade, desempenhado localmente até a década de 1980.

O recorte temporal refere-se à desarticulação do saber, com a construção da Barragem Manoel Novaes, em 1983 e a inauguração do Perímetro Irrigado Mirorós, em 1996, obras executadas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf). As ações governamentais reordenaram o espaço, o acesso aos recursos naturais e privilegiaram técnicas importadas de produção agrícola.

Tendo a história oral como metodologia, a memória dos sertanejos irrigantes possibilita o entendimento do saber local e também alcança as transformações dadas com a implantação de políticas públicas. Dessa maneira, busca-se evocar o conhecimento tradicional na realidade cultural e ambiental contemporânea e o modelo desempenhado pela política pública nas últimas décadas.

Palavras-chave: Memória. Saber local. Sertão.

Resumen

HORTA. J. C. Conocimiento de Riego, patrimonio cultural inmaterial en Mirorós – Bahia. Dissertação (Mestrado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Generación tras generación, el conocimiento de riego de las tierras en Mirorós (BA) ha generado en la sabana una agricultura productiva y diversificada. Sin embargo, bajo la influencia de los profundos cambios sociales que se produjeron a finales del siglo XX, el conocimiento local fue dismantelado y corre el riesgo de desaparecer. El conocimiento desarrollado por la tradición oral y la vida social es acerca de las técnicas locales de manipulación de agua para la producción de alimentos, la división de los recursos naturales y organización de la actividad campesina.

Este trabajo tiene como objetivo hacer un reconocimiento del saber resguardado que tiene la población de Mirorós, situada entre las ciudades de Gentio do Ouro e Ibipêba, Mirorós, en la parte central del estado de Bahía. Se inicia con la presentación del contexto espacial, las particularidades de la sabana y de la tierra semiárida, y el espacio donde se encuentra el saber, acerca del río Verde, que nace en las montañas de la Chapada Diamantina y desemboca en el río San Francisco. El conocimiento, entendido como patrimonio cultural inmaterial, describe un conjunto de acciones, hechos, comportamientos y conocimientos sobre el medio natural y su productividad, desarrollado localmente hasta la década de 1980.

El período se refiere a la desarticulación del conocimiento, con la construcción de la presa Barragem Manoel Novaes, en 1983, y la inauguración del proyecto Perímetro Irrigado Mirorós, en 1996, las obras ejecutadas por la compañía de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf). Las acciones del gobierno reorganizaron el espacio, el acceso a los recursos naturales y están a favor de las técnicas de producción agrícola importadas. Con la metodología de la historia oral, la memoria de regantes sertanejos posibilita la construcción del conocimiento local y también logra las transformaciones con la implementación de políticas públicas. De esta manera, se busca evocar el conocimiento tradicional en la realidad cultural y ambiental contemporánea y el modelo que desempeña la política pública en las últimas décadas.

Palabra Clave: Memoria. Conocimiento Local. Sabana.

Abstract

HORTA. J. C. Knowledge about irrigation, intangible cultural heritage in Mirorós – Bahia. Dissertação (Mestrado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Generation after generation, the knowledge about irrigation in Mirorós (BA) transforms the savanna in a place with diverse and productive agriculture. However, under the influence of profound social changes in the late twentieth century, local knowledge was dismantled and is now disappearing. The knowledge developed through oral and social life concerning local manipulation techniques of water for the production of food, the division of natural resource and people organization.

This work aims to recognize the knowledge kept by Mirorós population, situated between the towns Gentio do Ouro and Ibipeba, in the central part of the state of Bahia. It begins with the presentation of spatial context, the particularities of semiarid savanna and biome, and the space where the know, on the banks of the river Verde, which rises in the mountains of the Chapada Diamantina and empties into the river São Francisco. Knowing wet the backcountry considered intangible heritage is then described as a set of technical articles, conduct and knowledge about the natural environment and its productivity, played locally until the 1980s.

The time frame refers to the disarticulation of knowledge, with the construction of the dam Manoel Novaes in 1983 and the inauguration of the Irrigated Place Mirorós in 1996, works executed by the Company for the Development of the Valley of the São Francisco and Parnaíba (Codevasf). Government actions reordered the space, access to the natural resources and favored techniques imported for agricultural production.

Since the oral history methodology, the memory of local irrigators enables understanding of local knowledge and also achieves the transformations in hand with the implementation of public policies. Thus, seek to evoke the traditional knowledge in contemporary cultural and environmental reality and model played by public policy in recent decades.

Keywords: Memory. Local Knowledge. Hinterland.

Lista de figuras

1.1 Mapa com delimitação do Semiárido brasileiro	27
1.2 Fotografia de satélite do Rio Verde	31
1.3 Luis Dourado e filhas, Fazenda Água Quente, 1984	36
1.4 Luis Dourado e filhas, povoado Lameirão, 2012	37
1.5 Aureliano Rodrigues, produtor rural, no povoado Salva Vidas	42
1.6 Josefa Conceição, produtora rural, no povoado Mirorós	43
1.7 Ilda Miranda, produtora rural, no povoado Mirorós.....	45
1.8 Largo da Igreja, no povoado Mirorós	46
1.9 Foto de satélite Rio Verde, povoado e projeto de irrigação, 2012	47
1.10 Mapa do Território de Identidade de Irecê	51
1.11 Bacia do Rio Verde e Jacaré	52
2.1 Competição de argolinha no Forró dos Irrigantes	60
2.2 Competição de despenca no Forró dos Irrigantes	61
2.3 Carta ao Governo do Estado sobre o Rio Verde	75
2.4 Agricultura irrigada na várzea do Rio Verde	78
2.5 Regro para irrigação na Fazenda Água Quente	80
2.6 Vanderlino Silva, vaqueiro e produtor rural, no povoado Mirorós	83
2.7 Alagadiço no baixio de Mirorós	85
2.8 Regro para irrigação no baixio de Mirorós	86
3.1 Comportas da Barragem Mirorós	94
3.2 Estrutura da Barragem Mirorós	94
3.3 Placa e bronze da Barragem Mirorós	95
3.4 Informativo Odebrecht sobre inauguração da barragem em Mirorós	97
3.5 Lago da barragem Mirorós em 2008	101
3.6 Lago da barragem Mirorós em 2012.....	101
3.7 Canal de concreto no Perímetro Irrigado Mirorós	103
3.8 Estações de Bombeamento no Perímetro Irrigado Mirorós	105
3.9 Grupo de trabalhadores faz a colheita e a despenca da banana	106
3.10 Isaiás Santana, representante da Codevasf, no Dipim, em Mirorós	109
3.11 Representação de modelo de sistema de abastecimento de água	114
4.1 Poço da panela, Rio Verde na Mangabeira	120
4.2 Lajedo no Rio Verde, Fazenda Água Quente	121
4.3 Rio Verde na Fazenda Água Quente	121

4.4 Rio Verde na propriedade de Ismael Miranda em 2012	123
4.5 Regros tradicionais secos, sem utilização para irrigação	123
4.6 Popular praticando pesca no Rio Verde	125
4.7 Popular observa trecho seco onde praticava-se pesca	125
4.8 Exemplo de morte da fauna local, jabuti.....	126
4.9 Exemplos de morte da fauna local, jacaré.....	126
4.10 Lote no Perímetro Irrigado Mirorós com produção orgânica e diversificada	135
4.11 Poços abastecem canal de irrigação do Perímetro Irrigado Mirorós	136

Lista de siglas

APNE – Associação de Plantas do Nordeste
ANA – Agência Nacional das Águas
Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural
CDB – Convenção da Diversidade Biológica
CNIP – Centro Nordestino de Informações sobre Plantas
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
DIPIM – Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Mirorós
GPTI – Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (Minc)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
INSA - Instituto Nacional do Semiárido
IPAC BA – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente

Glossário

Adobão – Tijolos de terra, água e palha e algumas vezes outras fibras naturais, moldados em fôrmas por processo artesanal e que não passam por processo de cozimento. Possuem largura, altura e espessura variáveis.

Adjuntos – Reunião de trabalhadores para trabalho coletivo em propriedade particular. Conhecido nas regiões sul e sudeste como multirões.

Camaleões – Escavações manuais nas margens do rio, que respeitam a curva natural do terreno, fazendo com que a água se espraie nas margens serpenteando pela terra.

Chibanca - Ferramenta agrícola utilizada para cavar buracos em terrenos pedregosos, parecida com a pá de corte, porém mais curta e estreita.

Enxadete – Ferramenta agrícola que assemelha-se a uma enxada estreita utilizada para abrir covas na terra.

Paviola – Instrumento rústico para transporte de materiais, localmente construído com dois pedaços de madeira e um corte de couro.

Regrinhas – Valas estreitas e de comprimento reduzido, complementares aos regros, utilizadas para umidificação do solo pobre em água.

Regros – Também conhecidos como regos e assemelham-se a riachos. São canais, com largura média de um metro, que possibilitam o transporte da água do rio para a várzea. Localmente valem-se do solo rico em cascalho e respeitam o relevo do entorno do Rio Verde.

Tapagens – Coberturas de palha, barro e madeira utilizadas para bloquear o abastecimento de regros e regrinhas com água.

Sumário

Introdução	14
1. Mirorós, um pedaço de Sertão	25
1.1 O povoado Mirorós no tempo e na Memória	33
1.1.2. A evolução de Mirorós na outra margem do Rio Verde	41
1.2 O espaço produzido e a formação territorial	49
2. Saber molhar o sertão, conhecimento local, patrimônio material	55
2.1. Expressões da cultura sertaneja	57
2.2. Políticas para o patrimônio	63
2.2.1. O aspecto imaterial	65
2.2.2. A cultura e o imaterial no Brasil	68
2.2.3. O saber local associado à Biodiversidade	74
2.3. Saber molhar o sertão, patrimônio de Mirorós	78
2.3.1. Identificando o sistema de irrigação e plantio tradicional	80
2.3.2. A produção local	87
3. O tempo do Sertão e as promoções de aceleração do crescimento	90
3.1 A Barragem Mirorós, de Manoel Novaes à seca de 2012	93
3.2 Perímetro Irrigado Mirorós	103
3.3 Da perenização ao esgotamento do Rio Verde	113
4 A mudança expressa no espaço sertanejo	118
4.1 O sertanejo irrigante e sua percepção sobre o Rio Verde	119
4.2 Reflexões sobre o saber irrigar	129
4.3 A tradição irrigante nas interações sociais	138
Considerações finais	142
Referências	143

Introdução

Mirorós é um povoamento situado na divisa dos municípios de Gentio do Ouro e Ibipêba, no interior da Bahia. Cresceu em torno da agricultura e do pastoril no vale do Rio Verde, e resguarda um modo de plantar, desempenhado geração após geração, que umidifica a terra e possibilita a convivência com a seca, tornando o lugar diferente das outras localidades da caatinga. Este trabalho busca analisar esse conhecimento tradicionalmente transmitido e considerá-lo como patrimônio imaterial de sua população, apresentando os riscos de seu desaparecimento.

O saber molhar o sertão, aqui considerado um bem intangível, expressa o vínculo entre a população de Mirorós e o espaço produzido, a sustentabilidade no modo de produzir, a circulação da produção, a autonomia das famílias produtoras e a gestão do recurso natural mais precioso para o território: a água. O desenvolvimento do conhecimento local sofreu forte intervenção na década de 1980, com a construção da Barragem Manoel Novaes, inaugurada em 1983, e a inauguração do Perímetro Irrigado Mirorós, em 1996, obras executadas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf).

Estudiosa do patrimônio imaterial na América Latina, a antropóloga e historiadora Lourdes Arizpe enfatiza a definição do conceito patrimônio como um bem:

... que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu entorno, de sua interação com a natureza e sua história, lhes infundindo um sentimento de identidade e comunidade e contribuindo dessa maneira para promover o respeito a diversidade cultural e a criatividade humana (ARIZPE, 2009, p. 59, tradução nossa).

O dito popular em Mirorós conta que na década de 1980, a construção da barragem Manoel Novaes no Rio Verde alterou a inclinação da Terra. Tendo ou não interferido no eixo do planeta, a intervenção no curso natural do rio influenciou o desenvolvimento do saber local. É em torno desse marco histórico que este trabalho se desenvolve. Busca-se

compreender o *status* do conhecimento local à época da construção da barragem e sua situação nos dias atuais.

Entender a prática irrigante - de cavar *regros* no solo árido, fazer a água penetrar tornando-o propício para o plantio, selecionar sementes e compreender o tempo do plantio e da colheita - como um saber local é compreendê-la como um processo de investigação e recriação, desempenhado por populações tradicionais, como propõe Manoela Carneiro da Cunha (1999, p. 156):

Digo saber local porque, a meu ver, embora a expressão englobe a de saber tradicional ou de saber indígena, ela se presta menos a confusões. A escolha dos termos não é fortuita. Saber local, como qualquer saber, refere-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração.

Se as transformações e recriações são inerentes ao desenvolvimento, a memória dos sertanejos de Mirorós além de descrever os saberes e fazeres interpreta as mudanças sociais e espaciais ocorridas no povoado.

Para traduzir a expressão oral da memória a um registro escrito acadêmico, buscou-se a fundamentação nas teorias da memória, que se desenvolveram com o legado de Maurice Halbwachs sobre a construção da memória coletiva. Embasado no autor, Michel Pollak propõe que a memória deva ser entendida “sobretudo, como um fenômeno coletivo” (Pollak, 1989, p. 200). Entende-se que a memória individual está sempre sujeita às referências externas.

A memória do grupo reconhece personagens, objetos e elementos comuns. Apoiase ainda em lugares, evocativos da memória sobre determinado indivíduo ou fato da história. É a partir desse entendimento que Pierre Nora (1981) reconhece os lugares da memória, como espaços simbólicos do processo histórico.

A memória coletiva sobre Mirorós nos coloca em contato com elementos evocativos, (NORA, 1981, p.21) para a formação e o desenvolvimento do saber local, em torno do qual o grupo sustenta e reproduz sua cultura e seu espaço.

A história oral é o caminho para o contato com os detentores dos conhecimentos sobre a manipulação da água e a produção de víveres em Mirorós. Foram visitadas dezenas de memórias que guardam fragmentos da história do povoado e vinte e uma delas

concederam as entrevistas que compõem esta pesquisa. As contribuições compreendem depoimentos de diferentes gerações de famílias que habitam o povoado, e alcançam pelo menos um século de história. Também foram escutados aqueles que foram atraídos para o espaço com o processo de transformação dado a partir da década de 1980.

Como metodologia, a história oral envolve um conjunto de atividades em torno do registro das entrevistas. Inicia-se com o levantamento de fontes e dados para a preparação da rotina de entrevistas e da identificação de memórias que concedam o testemunho sobre acontecimentos, conjunturas, instituições e modos de vida. A apresentação da intenção da pesquisa para os entrevistados – o reconhecimento dos saberes locais acerca da agricultura irrigada – caracteriza-se como um estímulo à memória buscada.

Cabe ponderar que nem todas as lembranças alcançadas por essa pesquisa foram registradas eletronicamente. Ao relacionar a prática da pesquisa oral e a memória, Ecléa Bosi (1994, p. 39) bem pondera:

A memória é um cabedal infinito, do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos um outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito.

Dos primeiros contatos foram sugeridas novas fontes, que deram início à construção de uma rede de depoentes, ouvidos com vistas a compreender as técnicas tradicionais de irrigação e de plantio. “O que garante unidade e coerência às entrevistas enfileiradas em um mesmo conjunto é a repetição de certos fatores que, por fim, caracterizam a memória coletiva” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 28). As diferentes reações ao estímulo constituem as histórias pessoais de cada indivíduo.

Ao sistematizar a história oral, consideram-se questões subjetivas, fantasias, silêncios, omissões e distorções, entendidas também como forma de expressão. “Em termos sociomoraís, a história oral tem vocação a valorizar o indivíduo em detrimento do exclusivismo da estrutura social” (Idem, 2007, p. 63).

Os depoimentos colhidos passaram por um processo de transcrição fiel das falas e posteriormente de transcrição, com a finalidade de facilitação da leitura. A transcrição foi apresentada aos depoentes que reorganizaram ideias e aprovaram o uso das informações concedidas. Por fim, foram selecionados trechos dos documentos transcritos para a composição do documento acadêmico.

As opiniões da população sobre o desenvolvimento do saber e do espaço, colhidos a partir da metodologia história oral, constituem as espinha dorsal dessa dissertação. Estão presentes nos quatro capítulos que se seguem e dessa maneira exprimem o entendimento do coletivo sobre o território, o espaço produzido, o saber local e as transformações dadas no povoado.

O recurso da história oral pressupõe o contato direto com as fontes detentoras do saber. Para tanto, foram realizadas três viagens de campo ao povoado Mirorós, entre 2011 e 2012. Nas ocasiões, além da captação audiovisual para o registro eletrônico, as impressões das experiências de inserção da pesquisadora na vida sertaneja foram registradas em caderno de campo, e guiam a formulação da descrição dos saberes locais, tidos como patrimônio imaterial.

O caderno de campo, suporte e instrumento de trabalho de antropólogos, se justifica enquanto material que contém uma base documental de trabalho, isto é, uma escritura que põe em cena o pesquisador, investimento do “eu” no discurso, sua implicação nas observações e na construção do texto etnográfico (CHARLON, 2010, p. 86).

O caderno de campo é entendido como ferramenta metodológica e compõe o que Chartier (2002) chama de “tipos de objetos” que norteiam a ordem dos discursos. “Na cultura impressa, como a conhecemos, essa ordem se estabelece da relação entre tipos de objetos (os livros, o diário, a revista), categorias de textos e formas de leitura” (CHARTIER, 2002, p. 22).

É o reconhecimento da investida da pesquisadora e de sua intenção individual frente aos fatos pesquisados que coloca em evidência a “escritura de campo” na produção científica atual. “A história cultural tem mostrado, nestes últimos anos, o interesse heurístico de uma articulação entre os estudos dos suportes da produção textual impressa e os estudos de suas leituras” (CHARLON, 2010, p. 87).

O caderno de campo descreve a paisagem do trajeto entre a realidade cotidiana desta pesquisadora, a megalópole São Paulo, e o lugar onde se dá a pesquisa, Mirorós, interior da Bahia. Além de registrar a forma como se estabeleceram os contatos e indicações de fontes, a descrição imediata das situações nas quais foram colhidas as entrevistas colabora para a sustentação da memória da pesquisadora, no resgate de informações e situações e para a elaboração das relações feitas na redação da dissertação.

O primeiro contato feito com a comunidade aconteceu em 2008, quando integrava a equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), financiada pelo Estado, exclusivamente para os produtores do Perímetro Irrigado Mirorós, projeto que pretende a modernização da agricultura local, inaugurado em 1996.

Com a função de técnica em mobilização e organização dos pequenos produtores do projeto, o cotidiano sertanejo irrigante no povoado Mirorós foi vivenciado por oito meses, mas durante o período ignorava-se o saber tradicional.

Uma concepção da assistência técnica assimilada enquanto técnica da Ater encaminhou esta pesquisa pela vereda do patrimônio cultural. “A assistência técnica não sabe plantar nessas terras, o produtor sabe muito mais dessa prática do que os técnicos enviados de outras realidades, porque escutar suas recomendações?”, diziam muitos dos pequenos produtores do Perímetro Irrigado Mirorós.

O saber científico é questionado pelos produtores. E é a partir dessa indagação que a pesquisa no campo do saber local tem início. Quê saber local é esse e qual o valor dele para a população e para o espaço produzido?

Tendo a memória da população de Mirorós como guia e a história oral como método, a exposição dos saberes se organiza neste trabalho em quatro capítulos, onde se aprofundam as reflexões sobre espaço e território, saber local e patrimônio imaterial, políticas de modernização do sertão, reflexões dos atores sociais e considerações finais.

No primeiro capítulo busca-se reconhecer as dinâmicas do espaço e do território onde o saber se desenvolve. As especificidades do semiárido e do bioma Caatinga são exaltadas como forma de enfatizar o valor da cultura irrigante praticada em Mirorós, numa contraposição ao cenário de fome e seca enlevado pela história. Em acordo com a reflexão do geógrafo Aziz Ab’Saber, entende-se que o desconhecimento de realidades como a do povoado Mirorós alimentam teorias e políticas insipientes para o desenvolvimento territorial:

Das velhas e repetitivas noções do ensino médio – herdadas um pouco por todos nós – restaram observações pontuais e desconexas sobre o universo físico e ecológico do Nordeste seco. Sua região interiorana sempre foi apresentada como a terra das chapadas, dotada de solos pobres e extensivamente gretados, habitada por agrupamentos humanos improdutivos, populações seminômades corridas pelas secas, permanentemente maltratadas pelas forças de uma natureza perversa. Muitas dessas afirmativas, como ver-se-á, são inverídicas e, sobretudo, fora de escala, constituindo o enunciado de fatos heterogêneos e desconexos, por um processo de aproximações incompletas (AB’SÁBER, 1999, p.8).

A partir do levantamento biográfico sobre a geografia e o processo de ocupação do território, parte-se para a inserção na realidade sertaneja de Mirorós. O espaço produzido que compreende o entorno do povoado é descrito a partir de memórias que se relacionam com a história da ocupação local, que se deu com a instalação de fazendas, muitas com mão de obra escrava, comunidades quilombolas, garimpeiros e agricultores sertanejos em busca de terras produtivas na caatinga nordestina.

Historicamente, Mirorós pertence ao município Gentio do Ouro e está situado às margens do Rio Verde. Mas a partir da década de 1980, com as obras da barragem Manoel Novaes, também nomeada Mirorós, o povoamento passou a se desenvolver na outra margem do rio, onde ficava um lugarejo conhecido por Pulo do Bode, no município Ibipêba e que a época foi oficialmente é denominado Alto da Boa Vista. Dessa maneira, compreende-se Mirorós como o espaço produzido por sua população, antes e depois das transformações postas pelo Estado, e que envolve diferentes povoamentos existentes nas últimas décadas, na região onde se encontra hoje a barragem e o projeto Mirorós.

Gentio do Ouro e Ibipêba estão localizados entre o vale do Rio São Francisco e o sudoeste da Chapada Diamantina, ou Chapada Velha, na parte central do estado da Bahia. Por delimitação estadual, pertencem ao território Irecê, que abarca vinte municípios. Em Irecê, cidade conhecida como terra do Feijão, concentram-se atividades produtivas e econômicas, serviços de saúde e educação do território.

Tecidas as considerações geográficas e históricas, o primeiro capítulo encerra-se com a fundamentação teórica sobre espaço e território. É oportuna a proposta de Milton Santos acerca do reconhecimento do espaço. O geógrafo, nascido nas cercanias de Mirorós, propõe um método para o olhar interpretativo de categorias internas, entre elas a paisagem, a configuração do trabalho e da produção, funções e formas: “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que

se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.” (SANTOS, 2004, pg. 153).

O espaço produzido proposto por Santos é também colocado na pesquisa como espaço vivido, que, valorizado e apropriado simbolicamente por um grupo, caracteriza-se como território “simbólico-cultural” (HASBAERT, 2007, p. 40).

Enfatiza-se ainda que o estudo do espaço e do território, assim como o dos saberes e bens imateriais implica na ponderação sobre os campos de força em uma disputa: “o território é produto concreto da luta de classes travada pela sociedade capitalista” (OLIVEIRA, 1999, p.74).

Como propõe Morende (2013, p. 20), num trabalho que se pretende interdisciplinar: “o conceito de território adotado por este estudo está mais caracterizado por um híbrido do que fechado numa das denominações já consagradas”.

Entende-se que o espaço produzido, onde o saber fazer acontece, é anterior ao território, pois lhe confere os elementos simbólicos e culturais. Como exemplo, pode-se citar que a produção de sementes de feijão no baixio de Mirorós é anterior ao modelo produtivo intensivo de feijão na cidade de Irecê, que comprava as sementes no povoado. Com o desenvolvimento da atividade, Irecê tornou-se a “capital do feijão”, a rodovia que liga Salvador a Irecê é conhecida como “rodovia do feijão” e o sistema que leva água de Mirorós a Irecê e cidades vizinhas foi batizado de “adutora do feijão”.

Exposto o cenário físico e histórico estudado em suas especificidades locais e territoriais, parte-se para o entendimento do homem habitante do sertão em Mirorós e o desenvolvimento dos saberes locais.

O segundo capítulo inicia-se com uma exposição sobre a cultura tradicional sertaneja, e a partir dessa introdução descreve o irrigante e o saber irrigar local para a produção de víveres em Mirorós. Dessa maneira, parte-se da generalização das tradições sertanejas para a localização no contexto no povoado. Parte-se da apresentação do sertanejo como população tradicional rumo às singularidades de um saber local.

A característica irrigante local, apontada como bem dotado de valor que confere identidade a um povo, reivindica uma exposição mais profunda do estado da arte do patrimônio cultural imaterial. Tal reflexão está pautada nos debates da academia e no entendimento dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio no âmbito nacional e

estadual, respectivamente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).

Entender o conjunto de sistemas de irrigação como parte do patrimônio do grupo se pauta na compreensão do conceito como “o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos.” (CANCLINI, 1994, p. 99).

A cultura própria de um grupo inclui e relaciona bens tangíveis e intangíveis, “objetos e estruturas dotados de valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social e que podem ser materiais ou imateriais.” (ZANIRATO, 2009, p. 2).

A discussão sobre o estado da arte do patrimônio cultural imaterial no Brasil está colocada no trabalho para dialogar com as demandas sociais e as políticas públicas aplicadas ao povoado Mirorós e a outras populações que vivem processos semelhantes.

O intangível no campo patrimônio é um aspecto relativamente recente, cuja política nacional é vista nesta pesquisa como incipiente. As ações estaduais se embatem com a divisão de uma estrutura que não dá conta de preservar os bens materiais já tombados. Em conversa informal com um representante do IPHAN baseado na Chapada Diamantina, lhe foi questionado sobre a possibilidade de contratação de profissionais nos escritórios regionais com vistas ao registro do patrimônio imaterial local. A resposta foi enfática: “Pra quê? Isso não é necessário!”. Já funcionários do IPAC reconhecem não contar com pessoal suficiente para a demanda de projetos necessários para a salvaguarda das expressões e saberes tradicionais.

Mas, ainda que o poder público não atenda à totalidade das demandas acerca do patrimônio imaterial, a população expressa seus saberes, sustentações de sua identidade e sua cultura. A atenção às expressões locais é dada ainda no segundo capítulo, com a exposição do processo de identificação do saber molhar a terra em Mirorós. Neste ponto são interpretadas as diferentes técnicas desenvolvidas no lugar geração após geração, a partir dos depoimentos de quem produziu no espaço com autonomia até a década de 1980.

Compreendidos o cenário sertanejo e interpretado o saber local identificado em Mirorós parte-se para o terceiro capítulo, que narra a intervenção do Estado no espaço e as consequências para a população local. O projeto Mirorós, idealizado desde a década

de 1950 e posto em prática no fim do Governo Militar, na década de 1980, é resultado da política desenvolvimentista de execução de grandes obras.

Primeiro construiu-se uma barragem com 70 metros de altura, no encontro de serras da Chapada Diamantina e a baixada do Rio Verde, onde se formou um lago com 780 hectares (ha). Posteriormente foi construída a estrutura de concreto, que por gravidade leva a água até uma primeira subestação. Foi construída ainda uma dezena de quilômetros de canais a céu aberto para distribuição da água, sem tratamento, para o Perímetro Irrigado Mirorós e a adutora do feijão, que carrega a água para outras localidades, com a finalidade de abastecimento humano.

As obras foram executadas a partir de três metas declaradas: a perenização do Rio Verde, a modernização da agricultura e a distribuição do recurso natural para outras localidades.

Ao colocar os planos em prática e interferir na lógica natural do Rio Verde, o Estado desvalorizou o saber produzido localmente para o uso dos recursos naturais e retirou da população tradicional a gestão e o acesso a água. A várzea, onde se desempenhava o saber tradicional, foi com o tempo perdendo espaço para a monocultura instaurada com a modernidade do Perímetro Irrigado Mirorós.

Passados trinta anos desde a inauguração da Barragem Manoel Novaes, a seca se espalha por todo o leito do rio à jusante da barragem, que passa a exibir sua estrutura de concreto após viabilizar o consumo exorbitante dos recursos naturais. Com o lago da barragem esvaziado, a obra não chama mais atenção pela riqueza em água da região, mas por seu próprio esqueleto. Os canais de concreto também não sustentam mais a agricultura local para a priorização do consumo humano e urbano. O rio tampouco sustenta alguma produção, ou mesmo os animais e a flora nativa que faziam da várzea um “oásis no sertão”.

Sobre a modernização da agricultura, utilizando-se da infraestrutura da barragem Mirorós, construída em 1983, o poder público estimulou a importação e a implementação de um moderno sistema de irrigação, organizado no projeto Perímetro Irrigado Mirorós, inaugurado em 1996, que aprofundou a crise no desenvolvimento e na transmissão do conhecimento popular.

O projeto de irrigação, para onde apenas parte dos ribeirinhos foi direcionada, demorou quase uma década para se afirmar e destacou-se na produção de banana na

década de 2000. Em 2012, a crise do abastecimento hídrico instaurava-se no local, com a perda de lavouras e quebras em contratos pela redução da qualidade da produção.

Da agricultura tradicional praticada na década de 1980 às atuais condições do espaço produzido após a implementação da barragem e do Perímetro Irrigado, o quarto capítulo se dedica às considerações dos atores sociais sobre o status do saber fazer em Mirorós e o impacto das políticas públicas desempenhadas no espaço.

Expondo a memória coletiva acerca dos saberes, os atores sociais refletem sobre o uso dos recursos naturais, os saberes locais e as interações sociais. As entrevistas, produtos da prática da história oral, são consideradas com o recurso da análise do discurso possível a partir da contextualização dada nos capítulos anteriores.

A Análise de Discurso tem seu ponto de apoio na reflexão que produz sobre o sujeito e o sentido — um relativamente ao outro — já que considera que, ao significar, o sujeito se significa. Ela propõe assim uma forma de pensar sujeito e sentido que se afasta tanto do idealismo subjetivista (sujeito individual) como do objetivismo abstrato (sujeito universal) (ORLANDI, 1993, p.55).

Por esse método objetiva-se entender a construção do discurso dos habitantes sobre os recursos naturais, o patrimônio cultural e o contexto vivido. As políticas públicas são vistas de diferentes maneiras e se transformam com os resultados individuais e coletivos no passar dos tempos. Se na década de 1980 a construção da barragem e a divisão dos recursos naturais foram bem recebidas pela população de Mirorós, pela criação de postos de trabalho e pela movimentação econômica que se deu no povoado, hoje sua função é questionada, dada à crise hídrica, produtiva e social.

O modo de plantar de antes, produtivo, mas penoso, foi ofuscado pelas possibilidades econômicas e pelas facilidades técnicas que foram propostas com o Perímetro Irrigado Mirorós. O processo é ressignificado diante da ameaça de falência do projeto, posta em 2012. Até então, a água do Rio Verde nunca havia faltado para produção de víveres e hoje a agricultura e a criação de animais em Mirorós depende exclusivamente da água de poços, muitas vezes salobra ou com pouca vazão.

Os impactos das obras para o Rio Verde destacam-se como uma perda generalizada, reconhecida tanto pela população beneficiada pelas transformações locais, quanto pelo poder público e, com mais ênfase, pelos ribeirinhos.

As fontes oficiais ignoram os saberes desenvolvidos localmente e colocam o nome Mirorós como sinônimo de uma barragem e de um projeto de irrigação. E é por essa razão que a exposição das considerações dos atores sociais sobre o saber plantar no sertão aprofunda o entendimento de um processo forçado de fora pra dentro.

A trajetória vivida pela população das margens do Rio Verde deve ser tomada como exemplo a projetos vindouros, instaurados com o argumento da redução da pobreza e da desigualdade econômica presente no território e que muitas vezes dão continuidade ao desenvolvimentismo importador de soluções megalomânicas e globais. Visto que nosso sistema econômico capitalista não valoriza as relações culturais e ambientais construídas localmente e suas razões de ser, encontra-se uma lacuna no desenvolvimento de projetos sustentáveis.

Exposto o cenário territorial e contada a história evocada pela memória coletiva acerca do espaço produzido em Mirorós, a conclusão reflete sobre a desarticulação do saber local, frente ao estímulo a um novo modelo de plantio de víveres. Considera ainda o espaço do conhecimento tradicional nas políticas de desenvolvimento do nordeste seco.

A leitura é um convite a uma realidade pouco explorada, mas rica em história, cultura e conhecimento acerca da vivência sertaneja e da relação do homem com a natureza.

Os sertanejos deram ao mundo a palavra luar, que não tem tradução, é português, do Brasil

Darcy Ribeiro

1. Mirorós, um pedaço de sertão

Este trabalho trata de recentes transformações culturais e ambientais no semiárido brasileiro¹. Em particular das mudanças vividas pela população de Mirorós nas últimas décadas e que influenciaram nos saberes locais desenvolvidos na terra sertaneja. Saberes cultivados geração após geração e cantarolados em verso pela agricultora Maria Guedes da Rocha, coletado em viagem de campo realizada no povoado Mirorós, em 2012:

Na história dos fidalgo não fica vestígio meu. Porque sou rude prebeu, sem estudo e sem civismo. Por isso sou camponês, não estudei português, falo meu popularismo. E este é meu entusiasmo de falar língua materna. Tanto ouvi a voz paterna, cave as covas do feijão, que eu cavo as covas do milho.

Aspecto da cultura local, os saberes resguardados por moradores de Mirorós situam-se no contexto do bioma Caatinga², “considerado o único bioma exclusivamente brasileiro” (CAPOBIANCO, 2002, p. 139).

¹ Os atributos que dão similitude às regiões semiáridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes. As regiões semiáridas também podem ser encontradas na América Latina em três grandes áreas. A região Guajira, na Venezuela e na Colômbia; a diagonal seca do Cone Sul, que envolve muitas nuances de aridez ao longo de Argentina, Chile e Equador; e, por fim, o nordeste seco do Brasil. (AB’SÁBER, 1999, p.7).

² A partir a leitura de trabalhos de Capobianco e Mantovani, Zanirato cita que o Bioma caatinga é considerado o bioma semiárido mais rico do mundo. Enfatiza ainda que mais de 10% do território nacional sendo uma região heterogênea, onde foram identificadas paisagens únicas, na qual se veem lagoas ou áreas úmidas temporárias, montanhas e rios como o São Francisco. (ZANIRATO, 2010, p.7).

A produção de alimentos nas áreas de caatinga do Brasil é uma questão que soa contraditória. A Caatinga tem sido descrita como pobre em espécies e com baixo grau de endemismo, o que certamente é reflexo do pouco conhecimento sobre a região, uma vez que é o bioma brasileiro com menor número de inventários (HAUFF, 2010).

O que é repetidamente afirmado sobre o território é a predominância de uma terra seca, onde a produção de alimentos é limitada por questões climáticas, ocasionando a fome de sua população. O antropólogo Darcy Ribeiro, em entrevista para o seriado *O povo brasileiro*³ reproduz esse pensamento. “Toda gente pensa que o nordeste é só seca!”, entoa ao analisar o Brasil sertanejo, e na sequência de seu pensamento reconhece: “Há um nordeste que se recebe um pouquinho d’água, corresponde lindo.”

Indício desta correspondência entre a natureza produtiva e a caatinga é a vegetação do bioma “extremamente diversificada e diferenciada”, com mais de uma centena de espécies endêmicas. (CAPOBIANCO, 2002, p. 139). De acordo com o Centro Nordestino de Informações sobre Plantas da Associação de Plantas do Nordeste (CNIP/APNE), que produziu o documento Estatística Florestal da Caatinga (APNE, 2008, p. 38), já foram registradas 2.577 espécies de plantas no semiárido e 1.178 no Bioma Caatinga.

Em junho de 2012, o Instituto Nacional do Semiárido – INSA, ligado ao Governo Federal, lançou o *Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro*. Os resultados revelaram que a região contabiliza 1.135 municípios, em 980.133,079 km². Uma extensão territorial maior do que a Venezuela. A delimitação pode ser observada na Figura 1.1. Espalhado por nove estados, abriga uma população de 22.598.318 habitantes, representando aproximadamente 12% da população brasileira. (MEDEIROS; et al., 2012).

³ Produzido pela TV Cultura e pelo Canal GNT, a série homônima e baseada na obra de Darcy Ribeiro apresenta dez capítulos com cerca de 26 minutos cada. O capítulo 6, dedicado ao Brasil Sertanejo, é idealizado, roteirizado e dirigido por Isa Grispum Ferraz. O depoimento de Darcy Ribeiro foi filmado na cidade de Madrid, em 1995.

Figura 1.1 – Delimitação do Semiárido no mapa político administrativo brasileiro.
 Fonte: Agência Nacional das Águas (ANA), 2005. Mapa sem escala.

Em sua tese, o geógrafo Ab'Saber defendia que o nordeste sertanejo compunha o semiárido mais povoado do mundo, embasado nas observações do pesquisador francês Jean Dresch, que não vira “nada de deserto” durante excursão realizada aos sertões semiáridos nordestinos em agosto de 1956. “Por essa mesma razão era o espaço que, em função de sua inegável rusticidade, apresentava os maiores problemas e dramas para o homem-habitante e suas famílias.” (AB’SABER, 1999, p.60).

Se na década de 1950 a ciência internacional reconhecia a densidade do povoamento, a vivência no sertão remonta ao tempo das pinturas rupestres⁴, ao estabelecimento de tribos indígenas, sendo anterior ao processo de colonização do sertão promovido na década de 1550. Nessa ocasião, o Governador Geral da Bahia, o português Tomé de Souza, ordenou que os criadores de gado mantivessem seus rebanhos em áreas interioranas a pelo menos “dez léguas (60 quilômetros) de Salvador, onde os animais podiam pastar em campos abertos” (LOPES, 1997, p.8).

A chegada dos colonizadores europeus coincidiu com o período no qual os índios que habitavam a região passaram a ser dizimados. O processo se deu a partir das doações de terras e sesmarias “que penetravam cada vez mais o sertão” (ANDRADE, 1998, p. 167) para senhores que possuíam influência junto à coroa portuguesa.

Citando o historiador Luis Henrique Dias Tavares (2008), o estudo *Ofício de Vaqueiros*, produzido pelo IPAC, coloca os povos originários do sertão nordestino como “obstáculos” semelhantes à geografia do interior da Bahia, cuja ocupação “deu-se de forma lenta, a partir de um processo de conquista, posse e povoamento que enfrentou obstáculos naturais, rios, matas e serras e a resistência dos povos Tupi, Jê e Kariri” (BAHIA, 2013a, p. 21).

Colonizadas as terras sertanejas, já no começo do Século XVII teve início o “ciclo do gado”, com a proliferação de fazendas que levaram, de início, a uma ocupação com base em uma pecuária extensiva, que contava com mão de obra escrava e cultivos de subsistência. Tal processo desencadeava “uma rede de povoações inter-relacionadas, objetivando um espaço de povoamento contínuo.” (MORAES, 2000, p. 402).

Visto inicialmente como curral pelos colonizadores, negros africanos e afrodescendentes se valeram do sertão onde encontraram refúgio. “Nas primeiras décadas do século XIX a Bahia recebera mais de 230 mil escravos dos numerosos grupos étnicos do golfo do Benim” (MAGALHÃES, 2012, p. 32). À procura de liberdade, nagôs, aos, malês, “trocados por legítimo fumo baiano” (Idem, 2012, p. 31), espalhavam-se pela caatinga. “A zona do sertão da Bahia foi um verdadeiro paraíso para os quilombolas. O Vale do São Francisco, isolado, era uma região ideal para aqueles fugitivos” (MORAES, 2000, p. 377)

⁴ Apenas no Estado da Bahia, 141 municípios possuem 1031 sítios arqueológicos que guardam referências de arte rupestre, oficina lítica, tanque calcário, paleontológico, lítico, fauna pleistocênica. (MAE/UFBA, Sup. Do IPHAN na Bahia e Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica, 2012).

Pode estar na ocupação miscigenada, composta por populações que tradicionalmente têm uma íntima relação com o cultivo da terra, como os indígenas, negros escravizados e quilombolas, uma das chaves para o entendimento do povoamento e da agricultura de víveres no semiárido nordestino.

A sobrevivência e a estabilidade, garantidas pela agricultura irrigada são pistas para a hipótese de que o sertão pode ser produtivo e sustentável, ainda que enfrente adversidades ambientais. Dessa maneira, não seria o clima a razão maior para a baixa produtividade e o subdesenvolvimento local, ou para uma dieta menos qualificada do que a dieta seguida pela população brasileira em áreas com melhores projeções climáticas.

Em seus estudos sobre a fome no Brasil na década de 1950, o médico Josué de Castro identificava na alimentação sertaneja uma das mais balanceadas do País. Na época de sua pesquisa, Castro concluiu que o regime alimentar habitual da área do sertão nordestino apresentava-se quantitativa e qualitativamente equilibrado, atendendo sem déficits e sem excessos às necessidades nutricionais do sertanejo.

É esta mesma parcimônia calórica, sem margens a luxo, que faz do sertanejo um tipo magro e anguloso, de carnes enxutas, sem arredondamentos de tecidos adiposos e sem nenhuma predisposição ao artritismo, à obesidade e ao diabetes, doenças essas provocadas, muitas vezes, por excesso alimentar (CASTRO, 1980, p. 207).

Castro constatou que o equilíbrio nutricional do sertanejo rompia-se nos períodos de seca, quando se desorganizava a economia regional e instalava-se o que chamou fome epidêmica. Diferente dos estados constantes de subnutrição no sudeste e no centro-oeste, ou endemias de fome permanente no norte e na zona da mata nordestina, as epidemias de fome sertanejas, provocadas em fortes estiagens, atingiam a população do semiárido de tempos em tempos. Na tese de Castro, além das secas, fatores políticos colaboravam para a desorganização econômica regional.

É certo que hoje, com as mudanças na cultura de plantio e com a modernização dos sistemas de produção e distribuição de alimentos e mercadorias, a teoria de Castro deve ser reposicionada. Ainda que as secas continuem influenciando no volume e na capacidade produtiva do semiárido, a dieta sertaneja já não se vale das estratégias da subsistência como modelo de plantio diversificado, no qual a terra é utilizada para suprir as necessidades alimentares prioritariamente.

Nos escritos de Euclydes da Cunha, a temporalidade das secas, acusada pela fome no sertão brasileiro, possui uma cadência própria, e, portanto, uma determinada previsibilidade, como a calculada no sertão de Canudos, no nordeste da Bahia:

“O sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do Norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida. É-lhes de algum modo uma zona central comum. (...) As secas de 1710-1711, 1723-1727, 1736-1737, 1744-1745, 1777-1778, do século XVIII, se justapõem às de 1808-1809, 1824-1825, 1835-1837, 1844-1845, 1870, do atual. (...) Observa-se, então, uma cadência raro perturbada na marcha do flagelo, intercotada de intervalos pouco díspares entre 9 e 12 anos, e sucedendo-se de maneira a permitir previsões seguras sobre sua erupção.” (CUNHA, 1902, In: AB’SABER, 1999, p.65).

Os indicadores sociais nas áreas de saúde, educação e renda do nordeste semiárido estão, desde o século passado, entre os piores em relação à média nacional. As soluções para o sertão se transformam em cada tempo: “No final do século passado e início deste, os nossos antepassados viram na açudagem a única salvação possível, e muito fizeram nesse sentido” (FILHO; In: AB’SABER, 1999, p. 64).

Com o bem natural assegurado, os atrasos sociais e econômicos estariam vinculados ao Estado e às grandes obras rodoviárias que se enveredavam pelo País na metade do século passado: “Na década de 50 lutávamos pelo desenvolvimento do Nordeste pedindo estradas, o que conseguimos com o Plano Rodoviário Nacional” (Idem; In: AB’SABER, 1999, p. 64).

Com água nos açudes e estradas, poucas delas asfaltadas, faltaria ainda a rede elétrica, “Vieram as hidrelétricas e com elas as torres metálicas, os linhões e os cabos conduzindo a energia elétrica que hoje atinge todos os recantos do Nordeste.” (Idem; In: AB’SABER, 1999, p. 64).

Persistente, o sertão nordestino chegaria ao final da década passada com as mesmas necessidades do início do século XX. “Não podemos perder mais essa corrida, a da água doce, pois produzir, importar e reutilizar a água doce que necessitamos é mais do que uma questão de sobrevivência, é mesmo existencial” (Idem; In: AB’SABER, 1999, p. 64). As novas cisternas não acompanharam a demanda de água na mesma velocidade que o sistema de distribuição de mercadorias.

A água, bem precioso na caatinga, está presente no povoado Mirorós, cortado pelo Rio Verde. Com o recurso natural, a população de seu entorno se desenvolveu, criou raízes e técnicas de utilização da água para o plantio de alimentos.

A conflitante relação entre a irrigação e a escassez de água é surpreendida por um saber local que dribla as adversidades e garante a subsistência e a reprodução familiar e da cultura sertaneja, afastando o flagelo da seca, da fome e a imigração forçada, situações constantes em todo o entorno.

É do entendimento sobre o bioma onde se encontra o Mirorós que a pesquisa sobre os conhecimentos tradicionais acerca da produção de víveres na localidade ganha interesse.

O Rio Verde, que nasce dos olhos d'água nas serras da Chapada Diamantina, chega ao baixio onde está o povoado Mirorós com fluxo perene, ou seja, sem ser interrompido nos períodos de seca. Seu leito continua em direção ao Rio São Francisco, mas suas partes média e baixa apresentam histórico de interrupções em temporadas secas. Seu trajeto e localização podem ser observados na figura 1.2.

Figura 1.2 Fotografia de satélite do Rio Verde, desde a nascente até o Rio São Francisco, com indicações rodoviárias e municipais. Foto Google Earth - 2012

A várzea do Rio Verde é um dos lugares do sertão que conseguem quebrar a monotonia das condições físicas e ecológicas e sua importância reflete na capacidade de enriquecimento da produtividade agrária local e desenvolvimento da vida sertaneja.

Para entender o papel de Mirorós no contexto semiárido parte-se da valoração de saberes locais, que não foram desenvolvidos dentro de caixas disciplinares e sim no centro das necessidades sociais, geração após geração.

1.1 O povoado Mirorós no tempo e na memória

A partir da compreensão de que o universo sertanejo está inserido no contexto social e ambiental do semiárido, parte-se para uma imersão temporal e espacial, neste plano de extensos horizontes. Neste início de século, no interior do Brasil, a caatinga segue se impondo aos lugares. Por centenas de quilômetros empoeirados o que se vê é a vegetação rala e contorcida, que se depara com pequenos centros urbanos onde as mesmas marcas das cidades grandes estampam agências bancárias, redes de eletrodomésticos, lojas de roupas, fornecedores de alimentos, distribuidores da dinâmica moderna e tecnológica deste século. (Anotação caderno de campo, 2012).

Entre um município e outro, milhares de povoados vivem uma dinâmica diferente do que se caracteriza como o tempo presente. Parecem permanecer em tempos passados. Um deles, no Estado da Bahia, vive entre a contradição da lógica moderna de produção e o isolamento característico dos grotões do semiárido. Na divisa entre os municípios de Gentio do Ouro e Ibipêba, o povoado Mirorós abriga uma população de sertanejos irrigantes, detentora de práticas desenvolvidas ao longo de séculos e hoje em vias de desaparecimento. Tais práticas, transpassando gerações, possibilitaram a produção de víveres de subsistência e reprodução familiar, suportando a existência sertaneja.

Ao buscar o entendimento das referidas práticas, parte-se do reconhecimento da história e do lugar onde se desenvolvem, e para tanto se recorre à memória. Entende-se que a memória tem a ver com acontecimentos vividos efetivamente ou com acontecimentos que mesmo não vividos pessoalmente pelo indivíduo chegam ao seu conhecimento através do grupo ao qual pertence. “São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”. (POLLAK, 1989, p. 200).

Esses conhecimentos armazenados nos indivíduos e objetos que o cercam são processados e, dessa maneira, geram uma memória coletiva. A memória, construída coletivamente e submetida a constantes transformações, é constituída por personagens, lugares, objetos e elementos outros, evocativos das lembranças de determinado grupo. Nossos pensamentos estão ligados à sucessão de imagens que nos rodeiam. Vemos os

lugares de acordo com o que apreendemos deles ao longo do tempo. Dessa forma, entende-se que cada sociedade recorta o espaço a seu modo e constitui o quadro onde localiza suas lembranças.

A população de Mirorós vive intensas transformações, mas a tradição oral prevalece como principal mecanismo de aquisição e transmissão dos saberes acerca da irrigação do semiárido. Alguns aspectos colaboram para esta afirmação.

Grande parte da população adulta do lugar é analfabeta. Entre as vinte e cinco pessoas formalmente entrevistadas para a elaboração deste trabalho, 15 declaram-se não escolarizadas ou analfabetas funcionais. De acordo com o último Censo 2010 realizado pelo IBGE (BRASIL, 2010), a população de Ibipêba alcançava a marca de 17 mil habitantes. Desta população, entre os habitantes com mais de dez anos, mais de 9,2 mil não possuía instrução ou ensino fundamental completo. Em Gentio do Ouro o cenário não é diferente. A população, de 10,6 mil habitantes, tem 6,6 mil habitantes com mais de dez anos sem instrução ou ensino fundamental completo (BRASIL, 2010).

Não há circulação de meios de informação impressos que tratem do cotidiano de Mirorós. As tecnologias da informação e comunicação ensaiam sua inserção no povoado, onde a telefonia celular ainda não funciona. O único canal de televisão captado por antenas simples é a rede Globo e a internet a rádio é lenta e cara.

Assim, a história desses irrigantes, que guardam o conhecimento sobre a arte de molhar o sertão, será apresentada na narrativa da pesquisa valendo-se prioritariamente da memória, agora transcrita, transcrita e registrada a partir da metodologia da história oral. Como defende Michel Pollak (1989, p. 208): “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre a fonte escrita e a oral”.

Mirorós é hoje conhecido pela barragem e por um projeto de irrigação com bases modernas e tecnologia sofisticada. Porém, é importante compreender que a irrigação esteve presente nas margens do Rio Verde ao longo do último século. Essa informação está expressa nas palavras de antigos moradores, que resguardam o conhecimento tradicional ali desenvolvido.

Mirorós é oficialmente um povoado ribeirinho no município baiano de Gentio do Ouro. No entanto, a população local aponta Mirorós como povoado do município Ibipêba, cujo nome oficial é Alto da Boa Vista, antigo Pulo do Bode.

A Barragem Manoel Novaes também é chamada Barragem de Mirorós. Construída na década de 1980, entre os dois municípios, a barragem foi levantada no encontro das serras de onde brotam dezenas de nascentes.

A descrição de Mirorós nesta pesquisa começa pelo espaço oficial, na margem esquerda do Rio Verde, no município de Gentio do Ouro, onde hoje permanece apenas a família de Ismael Nunes de Miranda, o Nêgo de Nazió. A entrevista concedida pelo agricultor em 2011, nas mesmas terras onde nasceu, aponta aspectos de um tempo passado. “Eu nasci ali mais embaixo um pouquinho, depois dessas bananeiras. Foi num ranchinho, antigamente era de paia de carnaúba, de cavaco da serra, casinha de barro e madeira”. A localização de Mirorós não é dada com facilidade pelo agricultor, que tem de recorrer à memória para certificar suas palavras:

Aqui é terra de Gentio do Ouro, Mirorós toda vida foi aqui. Do outro lado do Rio era o Pulo do Bode, depois passou pra Alto da Boa Vista, ainda que o povo chame de Mirorós, nas contas de telefone vem tudo como Alto da Boa Vista. É. Então Mirorós é aqui! O pessoal diz que Mirorós é lá, mas Mirorós toda vida foi aqui.

A explicação sobre o espaço ocupado por Mirorós, como aponta a fala do agricultor Ismael, não se limita a um só espaço e tampouco a um só tempo. As informações estão contidas em uma memória expressa e sustentada por objetos e documentos citados: a carnaúba, indicadora de água, a casa de barro, construção típica da região e a conta de telefone, elemento novo que indica a continuidade e o presente da história.

Nas serras da Diamantina, partindo do baixio de Mirorós, onde está a fazenda de Ismael, rumo ao sul e ao município de Ipupiara, chega-se à Fazenda Água Quente, posse e moradia de Luis Queiroz Dourado. Na casa sede, Luis concedeu entrevista, em 2011, onde narrou sua trajetória de vida e a relação com Mirorós. Nascido em 25 de agosto de 1930, hoje mora na fazenda em companhia de um dos filhos. “O pai de minha mãe, Apolinário Dourado, foi quem primeiro comprou terras aqui”, afirma o ancião, registrando a origem da posse da terra e a origem de sua propriedade como herança familiar.

A família Dourado tem história na Região, é sim senhora! Eu nasci aqui na Água Quente, meus pais eram daqui da região, minha mãe daqui mesmo da Água Quente, que pertence ao município Gentio do Ouro. Nessa época já existiam os povoados ali do baixio. Primeiro tinha o Mirorós, depois o Pulo do Bode. O Feixo da Serra foi depois, quando foi na época da barragem foi desapropriado e acabou lá, virou o lago de água! Nessa época tinha um vizinho nosso que era da Cabaceira. Compadre de meu pai, quando ele vinha aí tomava umas duas. Às vezes ele vinha falando - Compadre Amâncio, já vim hoje de Pulo do Bode!

A Figura 1.3 registra Luis Dourado e duas filhas, nas terras da Fazenda Água Quente, em 1984. O Rio Verde ao fundo aparece cristalino e arenoso.

Figura 1.3 Luis Dourado e filhas na margem do Rio Verde, na fazenda Água Quente, em 1984. Foto Acervo pessoal Luis Dourado

A Figura 1.4 permite identificar a permanência da família no espaço, o ancião aparece na porta da casa de uma das filhas, no povoado Lameirão, acima da Fazenda Água Quente. As figuras tratam do povoamento do Rio Verde na região das nascentes.

Figura 1.4 Luis Dourado e filhas no Lameirão, povoado acima da fazenda Água Quente, em 2012. Foto Joana Horta

Luis Dourado é um dos anciãos que possibilita o contato com as memórias vivas mais antigas do lugar. Ao narrar sua trajetória, recordar suas origens e refletir sobre sua vida hoje, constrói o Mirorós onde vive há quase um século. Seus filhos, netos e bisnetos espalham-se por vários povoados e cidades no Brasil e também ao redor da Fazenda Água Quente. Persistente, vive da agricultura irrigada com o mesmo sistema de irrigação praticado por seu pai e que hoje é mantido por seus filhos e netos.

Se as terras de Luis Dourado resistiram às transformações no território, mantendo vivo o antigo sistema de *regros*, o mesmo não se deu com o povoado Feixo da Serra, que está entre as localidades que foram engolidas pela barragem Manoel Novaes.

Nesse povoado vivia a família do agricultor Turíbio Alves de Souza. “O Feixo ficava onde hoje fica o lago”, afirma o agricultor, ao localizar geograficamente o povoado, em entrevista concedida em 2011. “Mais pra cima da serra, em direção à fazenda Água Quente, ainda tinha o Rumão, a Cabaceira, o Macaco. Nós mudamos do Feixo em 1980, na época da barragem, que desapropriou as terras”, relembra o agricultor. Nascido em 1940, Turíbio é o irmão mais velho dos sete ainda vivos.

Nascido em 1942, Nadson Alves de Souza, narra a chegada da família nas margens do Rio Verde, em entrevista concedida em 2011:

A gente nasceu adiante de onde é a barragem, no Município de Gentio do Ouro, num arraialzinho chamado Pequizeiro. Mais ou menos na base de 1957 fomos morar no Feixo da Serra, porque onde a gente morava era lugar de terra ruim e os pais nossos tinham uma terra que era na beira do rio. O povo vivia de plantar na beira desse rio. Plantava pra viver e sobrava pra vender. Às vezes vendia aqui no Mirorós, outras horas pilava, limpava e levava pra feira, pra essa região de Irecê, outras horas pra região do Gentio do Ouro.

O agricultor ainda relembra a importância de Mirorós para os povoados do entorno. “Nesse tempo o Mirorós era maior, Mirorós já foi grande! Eu mesmo estudei dois meses aqui no Mirorós velho, quando eles botaram um professor. Eu tinha uns doze anos, vinha todo dia pra escola.”

A Fazenda Água Quente e muitos dos povoados desapropriados na década de 1980 para a construção da barragem Manoel Novaes tem registrado como primeiros habitantes, os indígenas de ramificação da nação tupi. (BRASIL, 2013a).

O município apresenta-se como o ponto de origem da exploração do diamante na Bahia. O depoimento do escrivão da Alfândega de Salvador, Belchior Dias Moreira, em 1604, citaria uma lenda a respeito da existência de montanhas de prata na região: “Os exploradores que para lá se dirigiram, não encontrando as referidas minas, estabeleceram-se em diversos pontos das serranias, desenvolvendo a lavoura e a criação de gado.” (BRASIL, 2013a).

No entanto, somente dois séculos depois, com a revogação do monopólio da exploração de minérios por parte da Coroa Portuguesa, ocorreu uma movimentação consistente em busca das lavras de Gentio do Ouro, como aponta a pesquisa de Walfrido Moraes (1963).

Somente depois de decretada a liberdade de exploração de diamantes, em 1832, com a revogação do monopólio, é que começam a surgir rumores, em fins do ano de 1839, de que “um explorador atilado, cujo nome não conseguimos saber, mas que dizem ter sido mineiro, descobriu um lugar denominado Tamanduá, distante onze léguas do Gentio do Ouro alguns diamantes, e fez atrair para aquele local algumas pessoas para explorarem esse minério. (MORAES, 1963, p.8).

Reveladas as minas de ouro e diamantes locais, chegaram contingentes de exploradores garimpeiros. Ainda em fins do século XIX, formam-se povoações entre as quais a “Gameleira”, que se elevou à categoria de vila, com o nome de Gameleira do Assuruá, em 1890.

Em 1927 foi criado o distrito de Santo Inácio e anexado ao município que passou a denominar-se Assuruá. Em 1953, a sede do município de Santo Inácio foi transferida para o até então distrito de Gentio do Ouro. Após uma série de alterações territoriais e toponímicas, o Município recebeu a denominação de Gentio do Ouro. O topônimo é uma referência à grande quantidade de gente (gentio) no garimpo do ouro. Apenas em 1961 Ibipeba e Iguitu, até então distritos de Gentio do Ouro, foram desmembrados para formar o novo município de Ibipeba.

O último desses episódios é narrado por Marcelo Rocha, em entrevista concedida em 2011. Proprietário de terras no baixio, relembra a origem da posse das terras que herdou do pai, Epaminondas Rocha. Segundo Marcelo, com o apoio de um “rico fazendeiro, seu pai de criação, o coronel Marcolino Forte”, Epaminondas Rocha se candidatou à prefeitura do município Gentio do Ouro e aos 30 anos causou “uma revolução no município”, transferindo a sede de Santo Inácio para Gentio do Ouro, “onde os garimpos estavam muito movimentados”. Com a renda do comércio de cristal, Epaminondas e o primo Turíbio Santos adquiriram as terras da fazenda Conceição, nas margens do Rio Verde, no baixio de Mirorós.

Seguindo a tradição familiar, Marcelo inclinou-se para a vida política, saiu das terras para formar-se engenheiro agrônomo e retornou para cuidar das terras, candidatou-se a cargos públicos e hoje dirige o escritório da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que funciona em Mirorós, Ibipeba.

Os garimpos de Gentio do Ouro capitalizaram sertanejos como Epaminondas Rocha, mas Herberto Sales, citando Orville Derby e seu estudo sobre os Primeiros Descobrimientos de diamantes no Estado da Bahia, relega a um plano secundário as descobertas anteriores à realizada no Rio Mucujê em 1844 (SALES, p. 2, 1955), onde hoje está a zona turística da Chapada Diamantina.

Ainda que Gentio do Ouro esteja fora da atual rota traçada para turistas que visitam a Chapada Diamantina, e que esse fato seja pouco evocado nos livros de história, a memória da população possibilita compreender as transformações que tal período teve sobre suas vidas.

Em entrevista concedida em 2011, em sua casa no povoado Mirorós, Ilda Nunes Miranda fala de suas origens e da relação com o garimpo. Nascida em 1944, a agricultora aposentada recorda suas origens nas serras de Gentio do Ouro: “Nasci na Formosa, fica

adiante da Fazenda Água Quente e do Salitre. Já ouviu falar Salitre? Lá é que tem a boca d'água, a nascente do Rio Verde”, ressalta Ilda, que recorda a atividade de garimpo praticada pela população:

Lá nessa época o pessoal trabalhava com garimpo, e meu pai era garimpeiro. Meu pai era daqui mesmo desse barro vermelho, do município de Ibipêba, mas foi pra serra, pra Santo Inácio. Nessa época corria o metal, o dinheiro do diamante e do carbonato, já nas serras do Gentio do Ouro tinha cristal e ouro. Nossa família era muito humilde, meu pai foi garimpeiro e arrumou uns trocadinhos no garimpo, aí melhorou um pouco, comprou os terrenos aqui no Mirorós e foi plantar, criar ovelha, criar bode, e nós ficamos com a situação melhor.

Walfrido Moraes (1963), ao narrar a trajetória da Chapada Diamantina, dá importância à agricultura da região, desenvolvida em “vales frescos”, no início do século XVII, antes das descobertas do diamante. Em sua tese, a atividade agrícola já desenvolvida em algumas encostas férteis foi responsável pela sustentação da demanda alimentar que explodiu no XVIII com a ocupação das serras diamantinas. “Já se desenvolvia àquela época uma pastorícia magnífica e uma lavoura plena de feijão, de milho, de mandioca, de fumo, de cana-de-açúcar, de café, de algodão e de arroz, que ondeava nos brejos como numa festa de verdura.” (MORAES, 1963, p.8).

Os espaços produtivos de sertão, que colaboraram para sustentar a explosão demográfica, também passaram por um processo de transformações culturais, estimulado pela chegada de forasteiros advindos de todas as partes do globo, com técnicas de desvios de rios e águas para a extração de minérios.

Um indício desse processo está na semelhança entre os *regros* principais da fazenda Água Quente, e os canais de desvio de água para a lavagem do cascalho e extração de diamantes que podem ser encontrados por toda a Chapada Diamantina.

1.1.2 A evolução de Mirorós na outra margem do Rio Verde

Além de papel importante na época áurea da sociedade lavrista que se desenvolveu nos séculos XVIII, XIX e XX, o território onde se encontra Mirorós foi palco da disputa entre coronéis, pelas terras férteis imprescindíveis para a sustentabilidade do território. Muitos desses coronéis advinham de Minas Gerais, carregados de experiências nas lavras do Sudeste.

Segundo Marcelo Rocha, além da influência de Marcolino Forte, natural de Minas Gerais, as terras dos entornos do Rio Verde ainda pertenciam prioritariamente à família Viana, de origem de Xique-Xique e Barra do Rio Grande. “Já nos domínios da Fazenda Conceição, as terras eram do Coronel Janjão, que tinha muitos escravos”.

No Mirorós da margem esquerda do Rio Verde, de Gentio do Ouro, a população praticamente se extinguiu, abrigando hoje apenas parte da família do agricultor Ismael Miranda, e alguns camponeses que cuidam das antigas fazendas, hoje improdutivas pela falta de água.

Já na margem direita, pertencente ao município de Ibipêba, o povoamento se desenvolveu a partir da década de 1990 e recebeu famílias de povoados e municípios vizinhos, além de agricultores de outros Estados brasileiros, que buscaram o sertão baiano como oportunidade diante do projeto de irrigação instalado pelo governo federal, através da Codevasf, vivendo um novo processo de transformações culturais.

Muito antes das recentes transformações impostas ao lugar pelo poder público no município de Ibipêba, a ocupação territorial também se deu por comunidades quilombolas. Os quilombolas, descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos, foram reconhecidos pelo IBGE em março de 2010 no povoado Segredo dos Negros, Olhos d'Água do Badu, Vereda, Salva-Vidas e Baixão, localidades que estão distantes de 5km a 20 quilômetros do atual Mirorós, citadas constantemente nas entrevistas colhidas em pesquisa de campo.

As palavras de Aureliano Rodrigues, negro descendente de quilombolas que ocuparam a região nos séculos passados e morador do povoado Salva-Vidas, em Ibipêba, distante cinco quilômetros do povoado Mirorós, explicam o modo de plantar nas margens do Rio Verde. “Na beira desse rio plantava arroz. Era muito arroz! Muito mesmo.”,

ênfatiza o produtor, que complementa a fala recordando a organização social para a prática agrícola, durante entrevista concedida em 2011:

Fazia aquele adjunto de gente, pra plantar e cortar. Naquele tempo a gente não podia pagar ninguém e aí juntava aquele bando. Quem chamava era o dono na roça mesmo, gente pobre e gente rica. Chamava o adjunto e tal dia ia um bocado de gente lá. Fazia pra se ajudar. Hum, eu participei! Eram às tantas! Matava um bode ou um porco e dava de comer ao povo. Era um mutirão no tempo de plantar arroz, mais no fim da seca pra pegar o período do verde. Porque dependia da água do rio e a chuva ajudava. O arroz a gente pegava no pilão e ia vender em Uibaí, em Ibipêba, Barra Grande!

Filho de agricultores de várzea e sequeiro, nos entornos do Rio Verde, aos 61 anos destaca o desaparecimento de víveres tradicionalmente cultivados no lugar. “Tinha alguns tipos de arroz, mas o que eles gostavam era desse vermelho. Desse já não tem faz muitos anos. A mandioca, que o povo cuidava, outra que desapareceu”, exclama Aureliano, retratado na Figura 1.5.

A família de Aureliano foi indenizada com um lote de cinco hectares no Perímetro Irrigado, por conta da desapropriação de suas terras para a construção do projeto e hoje é Aureliano quem cuida do terreno, onde planta banana.

Figura 1.5 Aureliano Rodrigues, descendente de quilombolas, no povoado Salva Vida Foto: Joana Horta, 2012

Os elementos citados pelo agricultor – o rio, as plantações diversificadas, os *adjuntos*, os *regros* e *tapagens*, o projeto de irrigação, a barragem – são constantes nas falas dos moradores locais, componentes da história e da organização social investigadas neste trabalho de entendimento e reconhecimento dos saberes desenvolvidos no lugar.

Aos cento e um anos “e dois meses”, a mais velha moradora de Mirorós, a senhora Josefa Conceição da Silva, nascida em 1911, acrescenta mais elementos sobre o passado do lugar durante a narrativa de sua história de vida. Retratada na Figura 1.6, a moradora do povoado Mirorós, em Ibipeba, concedeu entrevista em 2011, e relata suas recordações sobre o processo de transformação do povoado. “Alembro do tempo do Mirorós acolá, não sei quantos anos faz que não vou lá. Eu digo que hoje só mora Nêgo e era um lugar que tinha muita gente”.

Figura 1.6 Josefa Conceição, aos 102 anos, no povoado Mirorós Foto: Joana Horta, 2012

Nascida no povoado Serra Grande, no município de Ibipeba, a anciã relembra o movimento de migração local acompanhando o marido em busca de trabalho e o encontro com a possibilidade do plantio irrigado na caatinga:

Depois de Serra Grande, fui pra Olhos da Água do Badu. Óia, acho que eu não sei não quantos anos eu tinha não! De Olhos d'água eu mudei pra a Fazenda Nova. Lá tinha engenho, fazia rapadura. Eu trabalhava na roça, na tapagem do alagadiço que era logo aqui. No tempo que chovia se plantava na caatinga. Quando não chovia plantava no alagadiço. Moço o que era aqui com tanta água? Tinha muita água sim minha irmã! Passava aí de nado. Pra ir pra Fazenda Nova era de nado. Pra passar pro outro lado lá no corredor por aqui tudo era de nado. Quem não soubesse nadar não passava. Tanta água da enchente! Nesse tempo não tinha a barragem que tem agora, a água dava tudo nesse rio aqui, e era água.

A centenária Josefa, dona de uma saúde que lhe permite cuidar de casa, fazer caminhadas e sentar de cócoras à porta de sua casa por longos períodos, é possuidora da memória viva mais antiga alcançada nesta pesquisa e dá importantes pistas sobre a vivência no sertão. Do lado do rio pertencente à Ibipeba, a sociedade das lavras se distancia e a vida é levada pelo cultivo da terra.

Ilda Nunes de Miranda, moradora do Mirorós de Ibipeba desde a infância, recorda a ocupação territorial do lugarejo na época de sua infância e juventude, em entrevista concedida em sua casa, no povoado Mirorós, em 2011. “Há quarenta anos, gente de fora não existia, só mesmo as famílias que nasceram aqui. Eram mais pretos do que brancos. Tinha muito preto!”, avalia a senhora de pele clara, queimada do sol na lida com a terra. Sobre a produção local de alimentos, Ilda pontua: “Aqui tinha caça, pesca, agricultura e gado, era disso que o povo vivia”. A senhora ainda recorda detalhes da organização espacial e cultural do lugarejo na época de sua infância e juventude. “Aqui era um povoado bem pequeninho. O povo morava de casinha de taipa, feita de barro, a primeira casa de tijolão era essa nossa aqui”. Ilda e a casa de adobão estão retratadas na figura 1.7.

Figura 1.7 Ilda Nunes em sua casa de adobão, no povoado Mirorós Foto: Joana Horta, 2012

Ainda que o garimpo ficasse nas serras de Gentio do Ouro, movimentavam a economia de toda a região, como recorda Ilda:

Meu pai e muitos pais de família contratavam professor fora, o pessoal se juntava e cada um dava a sua parte, por isso aprendemos a ler um pouquinho. Naquela data do metal tinha muita gente que vinha com essa profissão de professor. Quando os garimpos acabaram parou.

Sobre festejos e religião, a sertaneja rememora com saudosismo as festas da igreja católica, o padroeiro do povoado e as reuniões sociais. A figura 1.8 expressa a presença da instituição religiosa ainda nos dias de hoje.

Aqui festejava Santo Antônio, era na igreja, muita comida, bolo, canjica. Fazia a festa de noite e os velhos iam só pra orar pro santo e pronto. Eram festas de sanfona, tudo que tocasse a gente dançava! E tinham os casamentos. Fazia na frente das casas uma latada de folha de coco, para proteger do frio, do vento da noite, porque as casas eram pequeninhas. Na minha família, fazia aqui na frente da porta e botava uma rabiola pro quintal. E ali era o lugar dos mais velhos, lá fora era a folia dos mais novos. Os mais velhos contavam histórias, e os mais novos iam dançando, se alegrando.

A figura 1.8 expressa a presença da instituição religiosa católica ainda nos dias de hoje. Atualmente, mais de uma dezena de casas de oração, predominantemente evangélicas, funcionam no povoado. Há ainda um centro espírita. Não povoado não foram identificados espaços religiosos de matriz africana.

Figura 1.8 Largo da Igreja, ao fundo, escola municipal do povoado Mirorós, Ibipeba. Foto: Joana Horta, 2012

O Mirorós que serve de base para essa pesquisa inclui o que ficou no passado, na outra margem do rio, e o do presente, que se desenvolve no contexto do projeto Perímetro Irrigado de Mirorós. A história de um representa a continuidade de uma vivência sertaneja remota.

A Figura 1.9, produzida a partir de imagem de satélite, possibilita compreender a ocupação do espaço nas margens e na antiga área de sequeiro, hoje ocupada pelo Perímetro.

Figura 1.9 Perspectiva espacial do povoado Mirorós: várzea do Rio Verde, na parte inferior da foto, povoado ao centro e Perímetro Irrigado na parte superior. Foto: Google Maps, junho, 2012.

Dos diversos povoados localizados como centros de desenvolvimento social e cultural, como o Macaco, a Cabaceira, o Rumão, o Feixo da Serra; as fazendas Água Quente, Conceição, Nova; muitos já não existem por conta da desocupação da região para a construção da barragem Manoel Novaes e estão hoje concentrados no antigo povoado Pulo do Bode, que se transformou em Alto da Boa Vista e hoje é Mirorós de Ibipeba.

A figura do bode não desapareceu apenas do nome do povoado, como também do nome do município Ibipeba e das serras onde os animais eram criados soltos. “Nos idos de 1884 um grupo de caçadores chefiados por José Antônio Alves Barreto, passando pela região onde hoje está instalada Ibipeba, avistaram um rebanho de bodes e uma lagoa rodeada por um capim denominado Tiririca. Deram então seu primeiro nome de Tiririca do Bode.” (BRASIL, 2013b).

O topônimo foi posteriormente modificado para Tiririca do Assuruá, porque passou a pertencer a Gameleira do Assuruá com sede em Santo Inácio e, mais tarde, passou a pertencer a Gentio do Ouro. No dia 19 de setembro de 1961, foi inicialmente criado o município de Ibipeba, com seu território desmembrado de Gentio do Ouro, por força da Lei Estadual nº 1482, publicada no DOE de 20 de setembro de 1961.

A partir da década de 1980, com a construção da Barragem Manuel Novaes, os saberes acerca da produção irrigada em Mirorós começaram a se transformar. A atividade principal praticada para a sobrevivência sertaneja até a década de 1990 era, prioritariamente, a agricultura irrigada tradicional, diversificada e de subsistência para a reprodução familiar. No processo de reconfiguração espacial e ambiental do lugar, a agricultura moderna foi estimulada, passando a transformar o espaço produzido pelo conhecimento tradicional, e, com isso, os costumes sociais.

Ainda que a cultura sertaneja de plantio tenha se transformado, o conhecimento sobre as práticas de plantio e irrigação permanecem na memória da população. Em alguns casos, segue sendo transmitida de geração para geração.

1.2 O espaço produzido e a formação territorial

Para ter acesso ao conhecimento desenvolvido pelos irrigantes sertanejos de Mirorós é preciso percorrer algumas dezenas de quilômetros em estrada de terra. O caminho mais utilizado se dá pela estrada que sai da sede de Ibipêba, a partir da qual percorrem-se 52 quilômetros e que cruzam os quatro distritos que compõem o município: Ibipêba, Iguitu, Lagoa Grande e Mirorós.

Durante o trajeto encontram-se povoados, onde tradicionalmente praticava-se a agricultura de sequeiro, dependente unicamente das águas da chuva, mas que pouco a pouco inauguram espaços irrigados que transformam a paisagem das margens da estrada.

O primeiro povoado no trajeto, Lagoa Grande, é o único onde os aparelhos celulares ainda conseguem captar sinal para o funcionamento. A estrada corta o povoamento e segue em direção ao povoado Serra Grande. Até este ponto, parte do trajeto é feito por estrada de terra e parte por asfalto. O asfalto, previsto desde a concepção do Perímetro Irrigado de Mirorós, deveria encurtar o tempo de transporte de víveres. No entanto apenas doze quilômetros foram asfaltados, desde início das obras, em 2006.

A partir de fazenda de Adalberto Lélis Filho, ou Beto Lelis, ex-prefeito de Irecê e Ibipêba, e ex-deputado federal; não há mais asfalto e a estrada poeirenta passa por Olhos d'água do Badu, Iguitu, Velame e Vereda de Campos Belos. No trajeto, a paisagem árida transforma-se gradualmente com o verde dos bananais que vem sendo instalados com o recurso da irrigação. Quanto mais próximo a Mirorós, mais se intensificam as plantações de banana.

O povoado ainda pode ser acessado a partir da sede do município de Gentio do Ouro. Deste ponto, são 32 quilômetros de estrada de terra. Ainda que o trecho seja mais curto, o asfalto entre Gentio do Ouro e as rodovias estaduais e federais encontra-se em péssimo estado de conservação, ao passo em que as rodovias que ligam Ibipêba à malha rodoviária foram recentemente reformadas.

Independente da margem do Rio Verde, observando do Mirorós velho, de Gentio do Ouro, ou do Mirorós novo, de Ibipêba, o que se vê é um feixe de serras. As serras de onde brotam as nascentes do Rio Verde, que separa o povoamento velho do novo,

pertencem à cadeia de montanhas que compõe a Chapada Diamantina. O povoado Mirorós localiza-se no trecho denominado de alto Rio Verde, cujas primeiras nascentes estão na Serra da Mangabeira no município de Ipupiara (BA), em altitudes superiores a 1.400 m, desaguando no Rio São Francisco após percorrer cerca de 300 Km. Ao chegar no povoado Mirorós, o Rio Verde está a 494 m de altitude.

Os municípios cortados pelo Rio Verde integram o Território de Identidade de Irecê⁵. O território de Irecê, delimitado pelo Governo Estadual da Bahia, e retratado na Figura 1.10, acontece em consonância com projetos Federais, como o programa Territórios da Cidadania, lançado para erradicar a extrema pobreza no meio rural. O território de Irecê tem os extensos períodos de seca característicos da região como um dos principais desafios para o seu desenvolvimento e para a erradicação da miséria.

Atualmente, as águas do Rio Verde abastecem pelo menos metade dos municípios que compõe este território. Assim, a capacidade de aproveitamento do recurso hídrico é um ponto relevante para o equilíbrio ambiental e social de todo um território. A composição da bacia do Rio Verde pode ser melhor compreendida a partir da leitura da Figura 1.11.

A revolução tecnológica, na busca incessante pela introdução da inovação nas técnicas produtivas desenvolvidas em sociedade, se expande impondo a universalização de costumes e técnicas, aos quais também podemos chamar de saberes. Neste processo, gestado desde a modernidade, o desenvolvimento de técnicas locais não acontecem de forma homogênea, assim como o desenvolvimento social não esconde suas disparidades.

⁵ § 1º - Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial. Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010 da Bahia

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE 01 IRECÊ - BAHIA, 2007

Figura 1.10 Mapa com os municípios incluídos no Território de Identidade de Irecê, 2007. Fonte: Coordenação Estadual dos Territórios da Bahia

Figura 1.11 Localização da bacia hidrográfica do Rio Verde. Fonte: Silva, H, M, 2004

Entende-se que os saberes acerca da produção irrigada em Mirorós são produtos desenvolvidos no local, porém inseridos em uma dinâmica complexa, executada em um contexto socializado. Este contexto é definido por Milton Santos (2002, p. 22) como espaço: “A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações poderíamos reconhecer suas características internas analíticas”.

Para Santos (2004), se é relevante pensar o espaço geográfico como um híbrido, composto por sistemas de objetos e sistemas de ações interdependentes, é preciso ainda reconhecer a influência das técnicas inseridas no contexto social. Este reconhecimento se faz cada vez mais necessário desde a revolução tecnológica, que comporta as diversas manifestações contemporâneas de transformação do espaço, entre elas a unicidade do tempo, da vida social e econômica.

Entende-se que o exercício da observação das dinâmicas em Mirorós, seus aspectos socioculturais e naturais, levam à compreensão das engrenagens do espaço, componente de um “território cultural”, ou “simbólico-cultural”, como propõe Hasbaert (2007). Ao sintetizar as várias noções de território, o autor agrupa-as em três vertentes básicas: política, cultural e econômica. (HASBAERT, 2007, p. 40).

A vertente cultural “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.” (HASBAERT, 2007, p. 40). A partir do contexto do território cultural e do entendimento da cultura como campo de disputa, que cabe ainda a avaliação de que “o território é produto concreto da luta de classes travada pela sociedade capitalista” (OLIVEIRA, 1998, p.74).

Para Hasbaert (2004), qualquer acepção sobre território relaciona-o com poder, seja o poder no seu sentido concreto – dominação –, quanto no seu sentido simbólico – apropriação. Para o autor, o território é, simultaneamente e obrigatoriamente, funcional e simbólico, de modo que o domínio sobre o espaço se estabelece tanto na realização de funções quanto para a produção de significados.

Dessa forma, a multiplicidade das manifestações do território e da territorialização, “é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos.” (Hasbaert, 2004, p.3). Os territórios

seriam diferenciados por meio dos atores que de fato exercem o poder e controlam esse espaço, bem como dos processos sociais que o constitui.

Para Haesbaert (2004), o território tem que ser pensado enquanto relação híbrida: natural e social; material e imaterial; espaço e tempo; movimento e estabilidade; zona e rede; nas múltiplas imbricações do poder material e imaterial e nas dimensões simbólicas-culturais.

Estudioso da questão agrária, Bernardo Mançano Fernandes também defende que o espaço é multidimensional, contendo elementos naturais e sociais, como a política, a economia e a cultura. Por isso, a sociedade produz espaço, mas também, dialeticamente, é condicionada pelo mesmo. “O espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade.” (FERNANDES, 2005, p. 15).

Para Fernandes, o espaço antecede ao conceito geográfico de território, mas em ambos os aspectos, sujeitos e objetos se relacionam e se contrapõem de maneira dialética. Em sua lógica, o espaço nunca é destruído, ao contrário do território, que é construído e destruído pela sociedade e em suas disputas.

Por compreender Mirorós como um espaço, antecedente ao território ao qual se incorpora, buscou-se apresentar, em sua gênese, os diversos aspectos da composição natural e as transformasse usos sociais diversos.

O entendimento dos sistemas de objetos e ações revela a formação de um passado e de um presente, onde as técnicas exercem influência direta. As técnicas de produção irrigada, parte do patrimônio cultural imaterial reconhecido no entorno de Mirorós, não pertencem a um só tempo. Estão relacionadas à construção da história de um povo e sua identidade, da construção do espaço ocupado, as relações de poder e, por fim, ao estado presente de todo um território.

Expostas a composição do espaço e a formação histórica do lugar, o próximo capítulo apresenta o irrigante de Mirorós, introduz as discussões sobre as técnicas e saberes como patrimônio cultural imaterial e aprofunda a descrição do conhecimento local desempenhado pela população de Mirorós.

Patrimônio é o legado que recebemos do passado, que vivemos no presente e que transmitimos às gerações futuras. Nosso patrimônio cultural e natural é uma fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.

Unesco, 2013

2 Saber molhar o sertão, conhecimento local, patrimônio imaterial

Se “o espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 2008, p. 22), a caatinga brasileira é sertaneja. Após a introdução do espaço geográfico e da formação do território onde se encontra Mirorós, no primeiro capítulo, a presente etapa explica o irrigante e seu saber irrigar tradicional a respeito da produção de víveres no sertão, um conhecimento aqui considerado como patrimônio intangível da população de Mirorós.

O conhecimento desenvolvido por sertanejos em Mirorós, ao passar de gerações, guarda referências da identidade da comunidade. O capítulo coloca tais conhecimentos na arena do Patrimônio Cultural, como forma de sustentação da cultura de uma comunidade sertaneja.

Dessa maneira, parte-se das tradições sertanejas, para a localização no contexto de Mirorós. O sertanejo é considerado como integrante do que se designa como população tradicional (DIEGUES, 2000), dotada de um singular saber local, que o faz ser caracterizado como sertanejo irrigante de Mirorós.

A característica irrigante exaltada, apontada como bem dotado de valor que confere identidade a um povo, reivindica uma exposição mais profunda do estado da arte do patrimônio cultural imaterial. Tal reflexão está pautada nos debates da academia e no entendimentos dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio no âmbito nacional e estadual, respectivamente IPHAN e IPAC BA.

Um olhar atento às relações entre o patrimônio e a Biodiversidade relaciona a ocupação do espaço e os modelos de preservação da natureza.

Tomando como eixo de reflexão a relação da população do povoado Mirorós, com o sistema de irrigação praticado no Rio Verde, recorre-se à memória que sustenta referências do que constitui o patrimônio cultural de um grupo.

O processo de plantio tradicional é reconhecido e valorado na memória coletiva da população e acessado por meio da história oral. A partir das memórias dos sertanejos irrigantes, verbalizadas e reunidas em uma série de entrevistas, somadas à vivência com a população, dá-se a descrição do saber local a cerca do cultivo irrigado praticado por sertanejos.

Depoimentos de avôs, filhos e netos, jovens, adultos e centenários, explicam como a comunidade ribeirinha de Mirorós e arredores praticou um sistema de plantio particular e produtivo, que sustenta em pleno sertão um grupo de irrigantes.

2.1 Expressões da cultura sertaneja

O sertanejo do século XXI segue cultivando muitas de suas peculiares formas de ser, apontadas desde os Sertões de Euclides da Cunha, no começo do século passado, sustentando a cultura do sertão com tradições e manutenções. Foi imortalizado como “antes de tudo, um forte”, no contexto do mestiço que apesar não possuir a “altitude intelectual dos ancestrais superiores” supera as adversidades da terra onde vive. “É um retrógrado; não é um degenerado”. (CUNHA, 1963, p. 94).

Como o sertanejo ditado por Euclides da Cunha, na população de Mirorós, índios, negros, colonizadores se misturam na composição da população e da ocupação continuada desse espaço. “A população daqui era mais descendente de negros, mas os fazendeiros com maior condição eram mestiços. A ocupação das terras também foi estimulada pela pecuária extensiva e pela agricultura na várzea do Rio Verde”, diz o entrevistado Marcelo Rocha, natural de Gentio do Ouro.

A miscigenação sertaneja desenvolveu uma cultura própria, dotada de saberes e fazeres capazes de tornar seu povo uma população tradicional, como propõem alguns autores, como Ribeiro (1968) e Diegues (1999).

O Brasil Sertanejo descrito por Darcy Ribeiro é o ocupado já no fim do século XVI, quando os criadores de gado na Bahia e em Pernambuco “se encontravam já nos sertões do Rio São Francisco, prosseguindo ao longo dele, rumo ao sul e para além”. Para o autor é a partir desse movimento que se conforma a cultura do sertão:

Um tipo particular de população, com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada pela sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo. (RIBEIRO, 2006, p. 307).

Diegues (2000, p. 51) nomeia como “sertanejos/vaqueiros” a população tradicional que ocupa “a orla descontínua ainda úmida do agreste e prosseguem com as enormes extensões semiáridas das caatingas.”

Inspirado em Raquel de Queiroz, o autor coloca as atividades pastoris, as condições climáticas dos sertões e as secas periódicas como fatos que “conformaram não só a vida, mas também a própria figura do homem e do gado. Assim associados, multiplicando-se juntos, o gado e os homens foram penetrando terra adentro, até ocupar, ao fim de três séculos, quase todo o sertão interior.” (DIEGUES, 2000, p. 51).

Do processo de ocupação do sertão, “por estradas abertas pela batida das boiadas” a cultura sertaneja é marcada pela criação de animais de pastoreio. O sertanejo agricultor adquire a posse após uma década de ocupação ou assentamentos agrários. “Esse é o mesmo sistema das sesmarias reais do período colonial, só que agora as concessões de glebas dependem da prodigalidade de políticas estaduais e/ou federais.” (Idem, 2000, p. 51).

A agricultura é identificada neste processo, relacionada à fixação de núcleos para a lida com os animais e fundação dos currais. A formação das cidades e povoados é característica por Darci Ribeiro (2006, p. 309):

Os núcleos formados nos currais plantavam roçados e amassavam umas quantas vacas para terem leite, coalhada e queijos. Carneavam, por vezes, uma rês, garantindo-se assim uma subsistência mais farta e segura do que a de qualquer outro núcleo rural brasileiro.

“O movimento secular de expansão da ocupação humana dos desertos interiores” (DIEGUES, 2000, p. 51) jamais teria êxito apenas pela existência do gado. A agricultura, na terra seca, é fundamental para a fixação do sertanejo.

O saber aproveitar a pouca água para a multiplicação de víveres torna-se, dessa maneira, um bem intangível nos contextos do território e do espaço local. “Na vastidão do mediterrâneo interior configuram-se diversas variantes de modos de vida que são adaptações locais e funcionais dessa expansão sertaneja.” (DIEGUES, 2000, p. 52)

Vista a importância dada pela história ao período de colonização do sertão a partir do século XVI, o ofício de vaqueiro – seus saberes e fazeres – foi reconhecido como Patrimônio Imaterial da Bahia, através do decreto nº 13.150, publicado em 09 de agosto de 2011, no Diário Oficial do Estado da Bahia. Um avanço na política de registro dos bens intangíveis no estado, que possui, além deste, apenas outros cinco registros

concentrados na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo Baiano. (BAHIA, 2013a).

O território de Irecê, onde se encontra o povoado Mirorós, possui um relevante acervo arqueológico. Em Gentio do Ouro estão cinco sítios de arte rupestre e um em Ibipêba, nenhum desses em Unidades de Conservação. O território não apresenta nenhum bem tombado ou registrado pela União e apenas um tombamento provisório pelo Estado, uma imagem de Nossa Senhora do Patrocínio, localizada em Canarana. (BAHIA, 2013b).

O sertão continua sendo povoado e sua cultura se produzindo e se transformando. Dos povos originários, aos por colonizadores infiltrando o vaqueiro mediterrâneo adentro, hoje, investidores brasileiros e estrangeiros buscam na caatinga oportunidades de negócio, seja em modernos projetos de irrigação, seja na exploração de fontes de energia alternativas. Nas serras da Chapada Diamantina, a exploração de minérios e o turismo atraem pessoas de todos os continentes.

A miscigenação de sua população é contínua e presente, assim como a migração para as capitais e grandes cidades. Ainda que não seja mais a fome de alimento que suscite o movimento, as poucas opções de formação profissional e a oferta de trabalho qualificado motivam a quem tem a oportunidade. A falta de trabalho e perspectivas de renda também são estímulo para a migração.

Aqueles que permanece na terra seguem expressando as tradições populares, como os festejos juninos. Em Mirorós, nos anos em que a produção de alimentos atende as expectativas econômicas, o “Forró dos Irrigantes” e as festas da igreja e da prefeitura mobilizam a população por até uma semana, entre os dias em que se celebram os santos da Igreja Católica São João e São Pedro. Há música, dança, fogueira, brincadeiras, comidas e bebidas tradicionais.

As atrações relacionam-se com elementos comuns à realidade sertaneja. Entre as atividades realizadas há gerações, a corrida de jegue, animal criado solto por toda a região, e o pau de sebo atraem as crianças. Já a “corrida de argolinha” é disputada por quem monta a cavalo e relaciona-se à lida com os animais e a preservação dos costumes dos antepassados vaqueiros, como se percebe na Figura 2.1. Montado em um cavalo, o concorrente deve correr em disparada com máxima velocidade durante um curto trajeto, na tentativa de encaixar um bastão, que carrega à mão, em uma pequena argola pendurada em um suporte. Em Mirorós, o desafio termina com um salto.

Figura 2.1 Populares em Mirorós observam a competição de argolinha, no Forró do Irrigantes em 2008. Foto Joana Horta

Novidade e relacionada aos saberes desenvolvidos em Mirorós é a competição de “despencadores”, como mostra a Figura 2.2. A atividade coloca à prova os trabalhadores do campo que conseguem em menos tempo separar em pencas os cachos com centenas de bananas, produzidos no Perímetro Irrigado de Mirorós. Oferecer os cachos de banana para a competição é motivo de orgulho para o produtor. Quanto maior a quantidade de pencas de banana, maior o desafio dos despencadores. No ano de 2008, as pencas oferecidas para a competição possuíam em torno de duzentas bananas, um retrato da agricultura farta.

Figura 2.2 Trabalhadores rurais de Mirorós participam da competição de despencar bananas, no Forró dos Irrigantes em 2008. Foto Joana Horta

As brincadeiras elencadas para compor os festejos juninos, praticadas por crianças, adultos e jovens em Mirorós, mostram aspectos da cultura sertaneja tradicional e apontam a influência das transformações no espaço e na cultura local. Se os jogos tradicionais se relacionam com os saberes e domínios dos vaqueiros, hoje expressam as habilidades dos homens do lugar, a partir de uma agricultura praticada.

É indiscutível a influência da cultura do vaqueiro na cultura sertaneja. Em Mirorós, por exemplo, a vestimenta de couro ainda é utilizada pelos mais velhos, e o chapéu por todas as gerações. Mas é preciso abrir os olhos para as tradições que sustentam os diferentes modos de vida que coabitam o sertão.

Contentar-se com a eleição do vaqueiro como representante único da cultura sertaneja é eleger como patrimônio a cultura de um país colonizado. Se o vaqueiro correu

o sertão instalando currais e abrindo estradas na marcha da boiada, esse foi um movimento estimulado pelos colonizadores que controlavam o litoral. No entanto, a vivência e a cultura do sertão não se iniciam neste processo, como evidenciam os sítios arqueológicos encontrados no território de Irecê, as comunidades quilombolas remanescentes e a arquitetura do garimpo encontrados nos arredores de Mirorós.

O próximo tópico aborda o desenvolvimento e o status das políticas patrimoniais para o Brasil, dando-nos um cenário das possibilidades de entendimento do patrimônio imaterial em Mirorós no âmbito das políticas públicas.

2.2 Políticas para o patrimônio

Antes de aprofundar a descrição da cultura irrigada praticada por sertanejos, colocada nesta pesquisa como patrimônio cultural imaterial em Mirorós, cabe refletir sobre o estado da arte das discussões sobre a cultura, a transmissão do conhecimento popular e o patrimônio. A reflexão sobre a trajetória dos conceitos na academia e dentro dos órgãos governamentais, justifica-se neste trabalho como base teórica para a população de Mirorós, em sua busca por políticas públicas para a proteção do patrimônio e manutenção da identidade irrigante.

Embasada em Castillo Ruiz, Silvia Zanirato (2009, p. 145) propõe que o patrimônio deva compreender “os elementos materiais e imateriais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo reconhece sinais de sua identidade.” A partir desse conceito, pode-se compreender o plantio irrigado como a prática de um saber local, construído a partir de uma rede de elementos culturais e naturais, associados a elementos materiais e imateriais.

Os saberes observados em Mirorós se contrapõem às origens do patrimônio como campo de conhecimento, que se desenvolve, a priori, em torno de objetos capazes de abordar as memórias nacionais, através de monumentos, obras-primas, objetos excepcionais, assim classificados por minorias sociais dominantes, cujos interesses se fazem sobrepor aos interesses dos diversos grupos que compõe um território.

François Choay dá a patente do patrimônio histórico como uma invenção francesa, datada do século XV, que “sob denominação de antiguidades, ilustra o desdobramento do projeto humanista.” (CHOAY, 2001, p.205). A consagração da noção, no entanto, pertence aos séculos XVIII e XIX com o desenvolvimento de um corpo legal. “Somente em finais do século XVIII, sobretudo a partir da Revolução Francesa é que se percebe uma outra sensibilidade em relação à proteção e conservação de bens considerados dotados de valor” (ZANIRATO, 2006, p.86). Nessa conjuntura, os bens ganham o sentido de herança pública, sendo assim, dignos de investimentos públicos.

É no século XX que as discussões sobre o patrimônio entram em ebulição e ao final do centenário, o conceito se amplia a ponto de despertar um processo em curso

chamado de “patrimonizalização”. O termo cunhado por Henri-Pierre Jeudy, com base na análise da realidade francesa, indica o “excesso de conservação”. Para o autor, “o poder infernal das raízes anula a vida presente, destituindo-a de seus encantos”. (JEUDY, 2005 p. 15). Mas, tal reflexão, deve ser analisada com ressalvas diante da realidade brasileira.

Inclusive porque o próprio autor afirma que ela (a patrimonialização) não é um fenômeno universal. Além disso, no conjunto do território nacional a precária situação de conservação de boa parte do patrimônio, reconhecido ou não, além da crônica dificuldade de atuação dos órgãos públicos de preservação revela que se está muito distante de um quadro que se pudesse qualificar de ‘excesso de patrimônio’ (SCIFONI, 2006, p. 56).

Não é apenas a precária condição do patrimônio reconhecido que contradiz o conceito da patrimonialização. Bens e saberes locais são constantemente subjugados frente ao processo de modernização, que transforma tradição em sinônimo de obsolescência e retroação. É neste cenário que se encontra o bem reconhecido em Mirorós.

Para Canclini “se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e a apropriação exigem que o estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre classes, as etnias e os grupos” (1993, p. 97).

Ao se referir diretamente ao papel da nação e dos conflitos sociais em torno do patrimônio, Canclini (1993) aproxima o Estado de uma memória constituída por seus interesses e representações, o que significa a institucionalização da memória social figuradas pelo patrimônio. Marly Rodrigues (2000, p.145) reforça:

O patrimônio é um campo de disputas simbólicas no qual se refletem as possibilidades de cada segmento social apropriar-se do passado e manter ou conquistar o acesso pleno aos direitos sociais, o que torna também um lugar de esquecimento, de exclusão, em constante mudança.

O processo de criação de um saber local, um bem intangível, e de transformação desse saber diante das pressões estabelecidas pela dinâmica moderna serão narrados ao longo deste e do próximo capítulo. Sob esta lógica, a experiência de pesquisar sobre um patrimônio significa a inserção em campo de disputas, uma perspectiva necessária para o pesquisador que busca entender o significado dos valores atribuídos a práticas e representações por um grupo, cultura ou classe social.

2.2.1 O aspecto imaterial

A cultura ribeirinha em Mirorós, que desenvolveu ao longo dos séculos uma tecnologia de plantio irrigado baseada no conhecimento do espaço produtivo, demonstra-se em arquiteturas construídas na várzea do Rio Verde. Mas sua essência é intangível, não apresenta aspectos materiais monumentais ou excepcionais. Ainda que vestígios dessa arquitetura sejam visíveis no espaço, sua essência imaterial pode ser acessada através do conhecimento oral. Dessa forma, cabe ponderar sobre o lugar do imaterial nas discussões acerca do patrimônio histórico e cultural.

Os séculos de desenvolvimento do campo patrimonial chegaram aos dias de hoje carregados com os mesmos signos impressos na revolução francesa: bens edificadas, monumentos excepcionais, produção da elite. No entanto, as limitações do conceito para o campo imaterial foram afirmadas na Convenção de Haia, em 1954, quando o sentido de patrimônio passou a conter também uma face imaterial. (ZANIRATO, 2006, p.87). Posteriormente, na Declaração de Quebec de 1971, as “experiências vividas” foram abarcadas no campo patrimonial. (ZANIRATO, 2006, p. 89).

Outra contribuição veio através da Conferência Mundial no México, em 1985, que redefiniu o conceito patrimônio cultural ao aplicá-lo aos bens materiais e imateriais considerados por um povo, seja esse composto pelas obras de artistas, arquitetos músicos, escritores e sábios, assim como pelas criações anônimas surgidas da alma popular, do conjunto de valores que dão sentido à vida. (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, apud ZANIRATO, 2006, p. 89).

Dar sentido ao termo patrimônio cultural hoje implica em um posicionamento frente ao confronto entre tendências adversas, como a universalização da cultura e a diversidade cultural. Para Sandra Pelegrini (2009), os estudos que se debruçam sobre o patrimônio cultural na atualidade têm resultado em duas correntes predominantes de análise:

Uma aborda as relações dos bens culturais e as memórias nacionais representadas nos bens naturais ou nos chamados “bens de cal e pedra”, quais sejam os monumentos, os conjuntos arquitetônicos e as obras de arte consideradas obras-primas ou expressões do gênio humano e que, em última

instância, constituem representações dos interesses de determinados segmentos sociais dominantes. Outra vertente se dedica às histórias e memórias dos segmentos menos favorecidos expressos nas tradições orais e no patrimônio imaterial desenvolvido em determinadas épocas e regiões do planeta (PELEGRINI, 2009, pg. 99).

Como bem pondera a autora, a segunda vertente citada incorre em uma busca por bens deixados de lado pela tradição de seleção do patrimônio e se contrapõe ao aceite de um movimento de “dicotomia cultural”, frente ao entendimento de “circularidade cultural”, delineado por Mikhail Bakhtin.

Afirmar que a cultura de irrigação em Mirorós é subjugada frente às tecnologias modernas não se presta a aceitar o movimento dicotômico, mas a compreender o poder de opressão das classes dominantes frente aos saberes locais de populações postas à margem da sociedade. Entende-se que a atividade agrícola tradicional e o conhecimento local aplicado ao método moderno resultam em uma troca de saberes para a perpetuação da agricultura irrigada sertaneja. “É bem mais frutífera a hipótese formulada por Bakhtin de um influência recíproca entre as culturas das classes subalternas e a cultura dominante” (GINZBURG, 2006, p.18).

Prova do movimento de opressão e resistência está no fato de o mundo ocidental começar a considerar os aspectos imateriais do patrimônio quando, após a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, da Unesco (1972). No encontro internacional, países do chamado "Terceiro Mundo" reivindicaram a realização de estudos para a proposição de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural. Em 1989 uma resposta foi dada a essa reivindicação por meio da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. (SANT’ANNA, 2003, p.49)

Mas o reconhecimento oficial da face imaterial do patrimônio se deu apenas com a Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, que reconheceu as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, seus instrumentos, objetos e lugares culturais associados, que comunidades e, em alguns casos indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. A convenção ainda localizou as manifestações, em particular, nas tradições e expressões orais, conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo, e em técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2003).

Temos então que o patrimônio cultural imaterial corresponde às expressões e tradições, como os saberes, os modos de fazer, as celebrações, costumes e tradições, pertencentes e reconhecidas por um grupo de indivíduos. Dentro dos inúmeros elementos que compõem o patrimônio cultural imaterial destacam-se os conhecimentos tradicionais. Como o próprio nome indica, eles estão ligados a uma determinada comunidade e à sua cultura, formada por várias gerações e em constante mutação. São formas de desenho, celebrações, rituais e métodos para produção de alimentos, pratos e medicamentos a partir de recursos naturais. (UNESCO, 2003)

O aspecto intangível refere-se, também, à concepção de ideias e dos indivíduos que a concebem e transmitem e, justamente por não dependerem de objetos representativos, possuem uma dinâmica diferenciada para a sua existência.

Cabe colocar que no oriente a tradição da valorização da cultura e não dos objetos produzidos por ela não dependem das convenções internacionais. No mundo oriental, os objetos jamais foram vistos como os principais depositários da tradição cultural. “A permanência do tempo, nas expressões materiais dessas tradições não é o aspecto mais importante, e sim o conhecimento necessário para reproduzi-las” (SANT’ANNA, 2003, p. 49).

Na Europa, entre as ações mais significativas no campo do patrimônio intangível está a ação do governo francês, que promoveu o desenvolvimento de uma política patrimonial conhecida como Tesouros Humanos Vivos, que consiste na preservação de saberes antigos. O projeto trata não só da identificação do saber, mas também da transmissão. Os Tesouros Humanos Vivos são mestres na produção e fabricação de determinado bem. Após serem reconhecidos como mestres, o governo passa a dar incentivo para a formação de aprendizes, como forma de garantir a transmissão do conhecimento a novas gerações. (SANT’ANNA, 2003, p. 50).

A transferência do conhecimento secular desenvolvido em Mirorós está ameaçada nos dias atuais. Diante do risco eminente de perda das referências culturais que asseguraram o desenvolvimento de sua população, reforça-se a importância da criação de políticas públicas que contemplem o patrimônio, para além de sua face material, a exemplo das experiências citadas.

2.2.2 A cultura e o imaterial no Brasil

A trajetória das políticas públicas para a salvaguarda do patrimônio no Brasil não se diferencia do que foi praticado pelo mundo ocidental. O reconhecimento do imaterial como bem merecedor de atenção do Estado veio a pouco mais de uma década. Ainda assim, os saberes e fazeres ocupam um espaço reduzido no montante das políticas públicas para o patrimônio cultural brasileiro.

Ainda distante de um cenário de excesso de patrimônios, o Brasil acompanha o debate internacional e há quase um século pratica o exercício da preservação de bens históricos e culturais. Mas o campo de disputas que compreende o patrimônio não permitiu que o País contemplasse de forma homogênea a diversidade cultural e histórica que compõe a realidade brasileira.

A atenção aos bens imateriais é recorrente desde a década de 1930, com a atuação de Mário de Andrade, considerado pioneiro na atenção aos bens imateriais, para autores como SANT'ANNA (2003, p. 51) e PELEGRINI (2009, p. 102),

Mariza Santos (1996) narra o nascimento conceitual como fruto das políticas para o patrimônio brasileiro. O ponto de partida é a chamada “fase heroica” e o nascimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1936. Nas suas primeiras décadas, o SPHAN constrói um “mapa cultural” do Brasil através do tombamento de 689 bens, entre 1938 e 1967 (SANTOS, 1996).

Nas narrativas da trajetória da instituição, os nomes de grandes intelectuais do século, como Mário de Andrade e Oscar Niemayer, aparecem imersos numa busca pela construção de uma identidade cultural para a modernidade.

O grupo possui como uma de suas ‘armas’ como um traço de sua distinção, o caráter pioneiro, heroico, inaugural de sua atuação. O fato de ‘começar do zero’, de criar uma instituição, um órgão público de âmbito nacional, investia tal grupo de uma sacralidade capaz de conferir-lhe uma enorme disposição de trabalho, ânimo para enfrentar todas as barreiras (SANTOS, p.78, 1996).

O SPHAN foi oficialmente instituído em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo

Capanema, pediu a Mário de Andrade a elaboração do Anteprojeto para o órgão. Mas as diretrizes, que contemplavam com maior abrangência as referências culturais brasileiras não foram aceitas em sua amplitude.

E é neste ponto que se nota que não há o “enfrentar todas as barreiras”, que qualifica a “fase heroica” estudada por Mariza Santos. Ainda que a autora alerte para o “clima de acirradas disputas” e de sinergia entre discurso e ênfase nas discussões sobre patrimônio e nação, elaboradas nas décadas de 1920 a 1940, há a eleição de um patrimônio específico, para um público recém-criado, “um homem novo, construído a partir do binômio educação e trabalho” (SANTOS, p.80, 1996).

A recusa do Anteprojeto de Mário de Andrade é, em partes, a recusa do homem antigo, que habitava o Brasil antes de sua colonização, ou então do homem escravizado, trazido à força e desprovido de bens materiais, que carregou consigo apenas o que possuía de imaterial, tal qual a população que primeiro povoa Mirorós.

A derrota do projeto de Mário de Andrade, não enfrentada a tempo, significou toda uma trajetória de cristalização de um patrimônio e a perda do que não foi entendido como emergencial, durante as primeiras décadas do serviço público de defesa do patrimônio. Forças de um momento da história que elegeu uma política de esquecimento do passado.

Outro aspecto que merece discussão é a presença exclusiva de Rodrigo Melo Franco de Andrade, à frente do SPHAN, desde a fundação do órgão, em 1937, até 1968. Para Rubino, (1996), antes de sua atuação o Brasil não possuía nenhuma metodologia ou conjunto de leis que apoiassem a salvaguarda do patrimônio nacional. As diretrizes da política adotada podem ser encontradas no conjunto de bens tombados durante sua atuação. “O conjunto eleito revela o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões (...) e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes.” (RUBINO, 1996, p. 98).

Apesar de o Brasil viver apenas os primórdios de sua industrialização e urbanização, Rodrigo Melo Franco de Andrade iniciou o acervo de bens nacionais com índices de tombamentos insignificantes para a arquitetura rural, apenas 4,8% do acervo, enquanto a urbana garantiu 18,6%. Parques e áreas naturais ficaram com apenas 0,7%, dando espaço às fontes e chafarizes, com 3,5% dos tombamentos. Além destas, ainda foram tombados bens em outras doze categorias, com destaque para a “arquitetura

religiosa”, “arquitetura ligada ao Estado”, “conjuntos” e “ruínas”. (RUBINO, 1996, p.98).

No Brasil da “fase heroica”, o Rio de Janeiro é o estado com maior número de bens tombados. Apenas no primeiro ano de atuação do SPHAN, 78 bens recebem a salvaguarda, representando 56% de todo patrimônio a ser tombado até 1967. A Bahia não foi esquecida, ocupando o segundo lugar em tombamentos, com 50 inscrições, 36% sobre o mesmo total. (RUBINO, 1996, p.97).

Cabe ponderar que o Decreto-Lei nº 25 de 1937, que criava o SPHAN, definia o patrimônio histórico e artístico de maneira bastante abrangente, num momento em que as preocupações com o patrimônio cultural ainda não ocupavam a atenção pública. O decreto tinha o patrimônio como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País, quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou histórico”.

E é nessa abrangência, que as figuras individuais, no momento da criação do organismo federal de proteção ao patrimônio, agem para a criação do acervo nacional. Como campo de disputas, uma arena ideal para uma peleja sem testemunhas, onde o Estado impõe suas vontades, sob a tutela de intelectuais oriundos de classes hegemônicas.

Outra etapa relevante da edificação do patrimônio nacional dá-se com a transformação do SPHAN em fundação Pró-memória, quando o Estado buscará criar uma melhoria operacional, lançando novos programas, como o Cidades Históricas (1973) e a criação do Centro Nacional de Referências Culturais (1975).

No mesmo período, relembra Rocha (2009), que vai dos anos 1960 até 1980, populariza-se o conceito de cultura popular, tendo sido disseminada como arrimo do Estado Nacional, para o fortalecimento do ideário nacionalista, em um período de regime autoritário. Essa cultura popular espalhada aos quatro cantos do País é sustentada por esse conjunto de bens tombados e que não representam de forma abrangente todas as referências culturais do território nacional.

A terceira fase deste processo inicia-se na década de 1990. O termo patrimonialização se reforça, exigindo novos arranjos nas políticas públicas. As políticas dessa etapa estão inseridas no instante da mundialização da cultura como instância universal.

Nesse contexto, sob reivindicações por novos modelos de salvaguarda, o estabelecimento do Registros de Bens Imateriais para a salvaguarda do patrimônio

cultural intangível é adotada, ao passo em que a chancela é estabelecida como ferramenta de salvaguarda de paisagens culturais.

O campo teórico do patrimônio imaterial no Brasil possui suas bases na noção de referências culturais trabalhada na década de 1970 pelo Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC, criado por Aloísio Magalhães, na década de 1970 e que, posteriormente, com a criação da Fundação Pró-Memória, se constitui domínio específico do campo patrimonial.

É precisamente da tensão que se estabeleceu entre o ‘pedra e cal’, expressão que designava o conjunto das ações de proteção ao patrimônio edificado, e as referências culturais, oriundas do CNRC, no final das décadas de 1970 e início de 1980, que o campo do patrimônio imaterial se construiu (Oliveira e Freire, 2005, p. 154).

Antecipando-se à Convenção de 2003 da Unesco, através do Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, o Brasil instituiu o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Registro de Bens de Natureza Imaterial. Por esse decreto a política nacional deu ao campo patrimonial novas capacidades, agora relativas ao caráter intangível, para além dos signos do monumento e da excepcionalidade.

A criação do Registro e do INRC corresponde a uma mudança na maneira como o Estado percebe a cultura brasileira e os processos de construção de identidades contemporâneas, nela reconhecendo a existência de diferentes mundos socioculturais e a convivência de práticas e valores distintos (Oliveira e Freire, 2005, p. 153).

Se a evolução do campo patrimonial no Brasil chegou ao reconhecimento de sua face imaterial através do trabalho pioneiro do CNRC e, mais recentemente, recebeu a sistematização do INRC, cabe dissertar sobre a noção de “referência cultural” que se coloca tanto no nome do órgão de execução, quanto no instrumento de proteção desenhado para identificar o patrimônio cultural imaterial.

Etimologicamente, a palavra referência vem do verbo latino *referre*, que significa “levar”, “transferir”. De acordo com o INRC:

A expressão “referência cultural” tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores

atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio “descentrar” os critérios, considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos, que costumavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais (LONDRES, in INRC, 2000, p. 14).

A leitura do INRC aponta a interpretação das referências culturais como o direcionamento do olhar “para representações que configuram uma “identidade” da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos “fazeres” e “saberes”, às crenças, hábitos, etc.” (LONDRES, In: INRC, 2000, p. 14).

O INRC, implantado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem por objetivo identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais brasileiros. O delineamento dos objetos específicos desse levantamento deve fundamentar-se nas categorias de bens culturais destacadas pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI), criado pelo Ministério da Cultura, que são as seguintes: 1. Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; 2. Celebrações, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana; 3. Linguagens musicais, iconográficas e performáticas; 4. Espaços em que se produzem as práticas culturais.

Em consulta ao Banco de Dados dos Bens Culturais Registrados (BCR) do IPHAN, em abril de 2012, foram encontrados 25 bens imateriais registrados e inventariados de acordo com a metodologia do INRC.

Como exemplo, pode-se citar o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, registrado no Livro dos Saberes. “Entendido como um conjunto estruturado, formado por elementos interdependentes: as plantas cultivadas, os espaços, as redes sociais, a cultura material, os sistemas alimentares, os saberes, as normas e os direitos.” (BCR, 2012). Esse bem cultural está ancorado no cultivo da mandioca brava e representa características da base social de povos indígenas, habitantes do rio Negro, em um território de fronteira.

Dos registros encontrados no IPHAN, o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, é o que mais se aproxima da manifestação reconhecida em Mirorós. Representante da população tradicional indígena, o registro mostra como o conhecimento das populações tradicionais vai além dos aspectos culturais.

O saber envolvido no Sistema Agrícola do Rio Negro é estratégico para lidar com as limitações e potencialidades do ecossistema da região sem degradá-lo. (...) Outros valores, que divergem daqueles que marcam a agricultura ocidental, estão na base desse sistema. Na agricultura ocidental, há uma estreita relação entre o cultivo e o seu produto final e ocorre uma busca pela homogeneização e pela alta produtividade (BCR, 2012).

Na Bahia, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, o Ofício das Baianas de Acarajé, a Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira, registrados sem municípios definidos, representam para o IPHAN, hoje, todo o patrimônio imaterial do Estado.

Já o IPAC concedeu o registro especial do patrimônio imaterial para o Ofício do Vaqueiro e para a Capoeira, sem municípios definidos; para a Festa da Boa Morte, no Recôncavo; para o Carnaval de Maragogipe e para a Festa de Santa Bárbara, o Cortejo do dois de Julho e o Desfile dos Afoxés, manifestações da Região Metropolitana de Salvador. De acordo com o IPAC (2012), “quando um bem cultural é chancelado como Patrimônio Imaterial, ações e recomendações de salvaguarda são propostas, visando a continuidade do citado bem, sua auto-sustentabilidade, preservação e difusão”. Uma visão um tanto contraditória, uma vez que se o bem necessita recorrer a chancela para ser preservado, indica que não possui condições para sua “auto-sustentabilidade”.

Passados dez anos desde a criação do INRC e do acordo para a salvaguarda dos bens imateriais em conjunto com as centenas de nações que acordaram com as diretrizes da Unesco (2003), o Brasil caminha a passos curtos para a elaboração de um tabuleiro de representações que costure a colorida colcha de retalhos que é o universo cultural brasileiro.

Num país com enorme extensão territorial, grande diversidade climática e geográfica, onde diversos grupos pertencentes a populações tradicionais, como caiçaras, indígenas, quilombolas e sertanejos que resistem e preservam o espaço de suas tradições; é preciso acelerar os trabalhos de registro, para que não se perca o legado dos conhecimentos desenvolvidos localmente, geração após geração, diante do processo acelerado de globalização da cultura.

Os saberes desenvolvidos localmente, como a irrigação por gravidade praticada pela população de Mirorós nas margens do Rio Verde, podem guiar soluções mais consistentes às populações envolvidas, diante das transformações inerentes ao passar dos tempos.

2.2.3 O saber local associado à biodiversidade

Como a população do Alto Rio Negro, diversos outros grupos, comunidades e possivelmente indivíduos, resguardam um conhecimento desenvolvido localmente e que possibilita a vivência sustentável no que diz respeito a reprodução cultural e às relações com a natureza.

Este é um dos aspectos de maior relevância identificado nas práticas e conhecimentos pesquisados em Mirorós. Como já posto, são encontradas mais de duas mil e quinhentas espécies de plantas no semiárido, mais de mil na caatinga e centenas de espécies endêmicas.

O conhecimento sobre o espaço habitado, o valor de uso de cada pedaço de planta, o sentido apurado para as mudanças no tempo são características dos sertanejos irrigantes. A evolução de sua população parece ligada à reprodução da natureza que o cerca. O saber do irrigante é, por tanto, associado à biodiversidade.

Para Juliana Santilli (2004), os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade “vão desde técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies e as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna”. Para a jurista, as populações tradicionais, além de preservarem os territórios onde se encontram, praticam a diversidade biológica, como “produto da interação e do manejo da natureza” (SANTILLI, 2002).

O Rio Verde correu por séculos e séculos por um curso natural. Na década de 1980, as águas foram represadas e, em 1996, desviadas para os canais do Perímetro Irrigado Mirorós e a adutora do feijão. A implantação do novo sistema alterou profundamente as práticas tradicionais desenvolvidas pela população de Mirorós e que era responsável por guardar espécies de plantas e animais, ao incluí-las no modo de viver irrigante.

O rio é visto como patrimônio da população, justamente porque ela se reconhece em seu entorno, em seu uso e no convívio praticado dia-a-dia nas margens que permitiu, durante séculos, a vivência sertaneja. A Figura 2.3, que trata de uma carta ao Governador

Jacques Wagner, redigida por populares, em 2007, aponta aspectos da identificação da população de Mirorós com o ambiente, como identifica o seguinte trecho: “a história do Rio Verde deixou em nossa memória lembranças que ainda hoje tocam nossos corações.”

Figura 2.3 Carta enviada ao Governado Jacques Wagner, em 2007, onde a população reconhece o Rio Verde e seu uso como patrimônio da população local.

pássaros aquáticos, águas cristalinas e extensões que consolidava um verdadeiro paraíso.

Na memória da comunidade de Mirorós, está a lembrança do desmatamento, a perda acrescida das terras que os nossos antepassados usavam para a instalação do período da irrigação. O líquido vital que emanam das nascentes do Rio Verde, e que é imprescindível para as nossas vidas, antes era abundante hoje é perceptível a diminuição de seu volume em suas nascentes, devido o desmatamento ocorrido com frequência sobre e próximo das nascentes.

Usighe governador, atualmente é preocupante em todo o mundo a questão do aquecimento global do planeta, é notório este decorrente das alterações ambientais, principalmente emissões de gases poluentes pelas atividades antrópicas de florestas onde vêm provocando o derretimento das geleiras, falta de chuva em algumas regiões e a evaporação das águas de lagos com maior intensidade, esses desequilíbrios ambientais afetam também as nascentes, como é o caso das nascentes do Rio Verde, no qual o seu volume já não é mais o mesmo de 15 anos atrás.

O Rio Verde é Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, por esta razão e diante do exposto, viemos através deste respeitosamente à presença do Excelentíssimo Governador do Estado da Bahia, solicitar que Vossa Excelência digno-se rever vossa postura frente a este patrimônio, com o intuito de que o rio seja revitalizado, tornando-o perene, capaz de gerar novas vidas e irrigar as nossas terras de onde brotam leite e mel, tendo em vista que o Estado é quem detém o direito sobre as águas.

Sem outro para o momento, sabedores que somos do vosso espírito altruista, nos certificamos do pronto atendimento.

ACOM
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
de Mirorós.

Atenciosamente,
Jandamarilda Pires de Carvalho
Maria José Pereira Araruna.

Dominga Araruna

Figura 2.3 Carta enviada ao Governado Jacques Wagner, em 2007, onde a população reconhece o Rio Verde e seu uso como patrimônio da população local.

No documento, populares registram o entendimento do processo de degradação vivido pela população com o desvio das águas do rio, e relacionam o bem natural à existência de atividades sociais e à procriação de espécies animais e vegetais.

Nas últimas décadas, as formas inapropriadas de uso dos recursos naturais evidenciaram os usos locais tradicionais, praticados por índios, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, em diversos aspectos, distinguindo-os como tal pois:

“Essas contribuições ressurgem como legado exemplar, valor cultural e potencial de mercado” (LEONEL, 321, p. 160).

Embasada nos estudos do projeto Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil, realizado pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (Nupaub-USP), em 1999, Santilli considera que a diversidade de espécies e ecossistemas não seja um fenômeno exclusivamente natural, mas também cultural e resultado da ação humana:

Desse modo, aquilo que os cientistas naturais (botânicos, biólogos, ictiólogos) chamam de biodiversidade, traduzida em longas listas de espécies de plantas e animais, descontextualizadas do domínio cultural, é diferente do conceito de biodiversidade, em grande parte construída e apropriada material e simbolicamente pelas populações tradicionais. (SANTILLI, 2002, p. 53).

Desse modo, a vulnerabilidade da biodiversidade está relacionada à vulnerabilidade dos saberes locais acerca do trato e da produção da terra. Ao perder o acesso às margens umedecidas do Rio Verde, a população de Mirorós deixou de se relacionar com a biodiversidade local. Deixaram de ser transmitidos os conhecimentos locais acerca da convivência, do cultivo e do uso de centenas de espécies de plantas e animais para a produção de medicamentos, alimentos, fibras para a produção de tecidos e objetos.

2.3 Saber molhar o sertão, patrimônio de Mirorós

O saber praticado em Mirorós é produzido por um grupo sertanejo que não migrou para fugir do flagelo da fome, mas agiu para permanecer nas terras herdadas por ancestrais. A pesquisa procurou mostrar como foram aplicados os saberes para a produção de víveres no local, ao descrever o sertanejo que pegava em enxadas para cavar nas terras secas os *regros* por onde era distribuída a escassa água do semiárido; em *paviolas*⁶ para carregar o barro; na palha do arroz para ajeitar as *tapagens*. O estudo igualmente se empenhou em compreender os aspectos culturais praticados para a gestão dos recursos naturais e abastecimento da comunidade.

Os *regros* são modos de fazer essenciais para a lida com a terra, desenvolvido no lugar pela criação de dutos artesanais para a transposição da água. Nas propriedades à margem do Rio Verde, no baixio, na altura do povoado Mirorós, o sistema de *regros* significava também a divisão do recurso natural. Na memória da população, enquanto o sistema prevaleceu, a água nunca faltou. A capacidade produtiva do plantio pode ser exprimida na Figura 2.4.

Figura 2.4 Agricultura irrigada no baixio, entorno do povoado Mirorós. Fonte (Coderve)

⁶ Paviola é uma palavra de origem africana, citada e descrita pelos produtores de Mirorós como ferramenta de trabalho. Localmente é constituída por dois pedaços de pau, unidos por um pedaço de couro.

A capacidade da atividade agrícola na nestas terras sustentou durante décadas a produção de feijão no semiárido, fornecendo sementes de alta fertilidade que deram à cidade de Irecê a qualidade de terra do feijão.

Além do grão, no baixio ainda se produzia o arroz vermelho, de alto valor nutritivo, cultivado por comunidades ribeirinhas do São Francisco e afluentes. A cana de açúcar também fez parte dos cultivos, com a produção de rapadura e posteriormente de água ardente. A fala da agricultora Ilda Miranda nos permite uma ideia da diversidade da produção:

Até muitos anos, era muita fartura aqui, que tinha cana pra chupar, tinha garapa, tinha rapadura. O alambique pra fazer cachaça chegou depois e os engenhos eram mais pra rapadura (...). E tinha o arroz agulhinha e o arroz vermelho. Quando entrava a seca já ia destocar as roças, capinar, tirar aquelas soqueiras de arroz pra plantar o feijão de arranque. Isso eu fiz muito. Ai plantava o feijão, de maio pra junho. Um tempo desses estava uma beleza, olhava ai nesse mundo todo era o feijão, daqui até a Conceição.

A agricultora Ilda, hoje aposentada, viveu do plantio nas propriedades de várzea do Rio Verde, no baixio de Mirorós. “O plantio nessa beira de rio era minha vida, era a vida de todos esses ribeirinhos”. Aos 67 anos, relembra os tempos de fartura na agricultura da região, exaltando a qualidade das lavouras e o modo de plantar, peças de um sistema diferenciado e essencial para o funcionamento de um povoado e de um território e por isso tido como patrimônio de sua população.

Das serras ao baixio, os *regros* compunham um sistema de irrigação que foi a chave para o desenvolvimento da agricultura local até a década de 1980. Hoje, os sistemas são utilizados como método de irrigação apenas nas escassas áreas de plantio familiar existentes em trechos do Rio Verde acima da barragem, que dependem exclusivamente da tecnologia tradicional.

2.3.1 Identificando o sistema de irrigação e plantio tradicional

A fazenda Água Quente, propriedade de Luis Dourado, guarda tesouros como a água em abundância e *regros* de água seculares, para irrigação do extenso terreno localizado nas serras, acima da barragem Mirorós. A estrutura de *regros* da Água Quente possui cerca de três quilômetros, que distribuem a água da nascente localizada dentro da propriedade.

Os *regros* principais, como o retratado na Figura 2.5, possuem largura de um metro, assemelhando-se a um riacho de águas cristalinas, com fundo de cascalho onde se arrisca garimpar cristais e pedras preciosas.

No caminho dos *regros* passam centenas de *regrinhas*, canais mais estreitos, que infiltram a água propriedade adentro, fazendo surgir na caatinga uma terra úmida e produtiva. As regras são molhadas de tempos em tempos, através da abertura ou do fechamento das *tapagens*. De acordo com os depoimentos, em terrenos em produção, as regras podem passar mais de uma semana sem receber água, aproveitando-se somente da umidade do terreno. “Você deixa o regro aberto por umas três horas e aí pode ficar até oito dias sem molhar”, afirma Milton Dourado, que cuida da Fazenda Água Quente.

Figura 2.5 Regro utilizado na Fazenda Água Quente, construído por escravos há mais de um século e ainda em utilização. Foto Tássio Cunha, 2008

Na fazenda Água Quente, a família se reúne na sala para explicar o modo de plantar e de viver nas terras de caatinga. Representando a segunda geração da família Dourado, Milton, o filho mais velho, tinha a companhia do pai, Luis Dourado, do irmão Ailton, de suas respectivas mulheres, além de filhos, netos e agregados em um exercício conjunto de lembrar o passado.

Meu pai era agricultor, meu avô também era. Hoje sou eu quem cuida da fazenda. Aqui é muito seco, mas sempre plantou e planta de tudo. Nós temos uma nascente aqui com a qual a gente faz a *regração*. A gente faz as regrinhas por gravidade e o terreno fica úmido. Tem regros que estão secos faz tempo, mas se quiser colocar água ali hoje é só colocar, é só limpar um pouco. São uns três quilômetros de regro que molham toda a propriedade, fazendo voltas. Quem escolhe o caminho do regro é a própria água, que acompanha os níveis do terreno. O terreno irrigado chega a dez hectares. Os regros mais antigos quem fez foi meus avós.

Ao escutar o filho afirmando que os *regros* mais antigos foram feitos por seus pais, Luis Dourado evoca a sua versão: “Eu já falei, isso é do tempo do cativoiro”.

Preservados e em utilização na fazenda Água Quente, os sistemas de *regros* já não são encontrados com facilidade em outras localidades. No entanto, foram por muito tempo a tecnologia de irrigação predominante nas propriedades à margem do Rio Verde.

Na descrição da metodologia de plantio, *regros* e *tapagens* são citados por todos os entrevistados, desde os agricultores das serras, passando pelos agricultores do baixio de Mirorós, até os entrevistados no Povoado Salva-Vida, aproximadamente quatro quilômetros de Mirorós, Rio Verde abaixo.

Os *regros* faziam a água “subir” pela propriedade, expandindo a capacidade produtiva dos terrenos de várzea. “A gente tapava o rio e a água subia. Observava pra onde a água represava e abria o regro, seguindo a vontade da água, ia fazendo o camaleão, tapagenzinhas para desviar o curso da água”, recorda Antônia Guedes Rocha, moradora de Mirorós.

Carlos Roberto Barbosa de Souza, produtor no baixio, define o conjunto de *regros* como “um sistema de irrigação por curva de nível”, que não utiliza caminhos retos. Sua fundamentação está no conhecimento dos desníveis da terra para a expansão do caminho das águas.

No povoado Feixo da Serra, inundado para a construção da barragem, o sistema não era diferente, como se observa na fala do agricultor Nadson Alves de Souza:

Produzia na beira do rio. Ali a gente fazia a tapagem, enchia e jogava pro lado. Era a gente mesmo que fazia esse trabalho, às vezes botava um trabalhador. A gente aprendeu com pai, que já plantava arroz assim, num brejinho ali em cima. Esse brejo tinha água doce, a água melhor que tem na região.

De início, as *tapagens* eram produzidas, principalmente, com o barro extraído da construção e manutenção dos *regros* e a palha do arroz produzido nos terrenos umedecidos. O barro era carregado em *paviolas*, construídas com madeira e couro e carregadas em duplas, como relembra Nadson:

Pra fazer essa tapagem no rio era de paviola! Botava dois paus, o couro no meio, enxia de terra, dois carregavam e saiam jogando até tapar o rio. Primeiro fazia duas forquilha, uma de lá, outra de cá. Ai botava a palha de arroz encostada e ia tapando. As forquilhas eram de cavaco.

Aureliano Rodrigues exalta os materiais utilizados no trabalho:

A gente fazia os regros, a tapagem no rio, a água subia terreno acima e ai plantava. Eu fazia. Espigava a madeira, palha de arroz e terra. Usava também a palha da carnaúba.

Cavaco é o nome utilizado pela população para identificar pedaços de madeira. Não existia uma madeira específica utilizada na produção das *tapagens*, mas optava-se por pedaços de pau menos nobres. “Usávamos a palha da Carnaúba na tapagem, mas a madeira era melhor pra construir casas”, relata Aureliano Rodrigues, apontando para o teto da casa, sustentado por uma tora de carnaúba.

Nos dias atuais, onde o sistema ainda é utilizado, a palha do arroz foi substituída por lona, mas o barro continua como matéria-prima. As ferramentas são o “o chibanca, enxadetes e pá pra tirar a terra. É tudo manual”, explica Milton Dourado, que faz a manutenção dos *regros* na Fazenda Água Quente.

Muitos são os elementos semelhantes encontrados nos sistemas de plantio com *regros* nas margens do Rio Verde. Mas um, especificamente, chama a atenção por sua relação com o período das lavras e aponta para um processo de transformações culturais

resultante do processo de ocupação do território em diferentes épocas e por povos diferentes: na Fazenda Água Quente, os *regros* assemelham-se aos canais espalhados por outras localidades da Chapada Diamantina, construídos no início das lavras para a “lavagem” das pedras e extração de diamantes. Na propriedade, imbricada nas serras, aproveita-se das características do solo rico em cascalho. “O cascalho no chão faz com que a água não embeba. Nos *regros* que a gente fez também tem cascalho, da própria água que lava o chão. É da terra mesmo, é da natureza”.

Chama a atenção esse aspecto porque esse tipo de fazer ocorria em lugares distantes do local, até mesmo 500 quilômetros ao sudoeste.

Já no baixio de Mirorós, onde o terreno possui mais areia e terra, o cascalho não aparece com frequência. Nesse espaço, o principal aliado do plantio é o “alagadiço”, como explica o vaqueiro e lavrador Vanderlino Caldeira da Silva, retratado na Figura 2.6.

Figura 2.6 Vanderlino Caldeira da Silva, vaqueiro e trabalhador rural no povoado Mirorós. Foto Joana Horta, 2011

Nascido em 1931, Vanderlino é um morador do Povoado Salitre, situado adiante da Fazenda Água Quente. Cunhado da centenária Dona Josefa, labutou com terra e gado na região e concedeu a entrevista em 2011, na casa de parentes, onde fica quando está no povoado Mirorós.

Aqui nesse baixio, nós plantávamos no alagadiço era molhado com água do rio. Fazia o corte do rio, o mesmo tipo da barragem. O corte no rio era com madeira e paia, folha de arroz. Não tinha lona nesse tempo. Hoje não! Hoje se for fazer já faz com madeira e aí passa a lona. Mas de primeira não tinha lona, fazia com paia de arroz. Forrava aquele corte pra água arribar e entrar nas regras, do baixio pra roça.

O *alagadiço* era o terreno inundado nos tempos de chuva pela cheia do Rio Verde. O fenômeno, que existiu até a construção da barragem, fazia com que o rio, entre os meses de novembro a abril, ocupasse as margens criando lagoas temporárias, propiciando a plantação de arroz que se concentrava em aproximados cem hectares no entorno do povoado Mirorós. Nesse espaço o sistema de *regros* era utilizado para o plantio de feijão, que se dava após a colheita do arroz, como alega a fala de José Humberto Santos, que herdou as terras do pai no baixio de Mirorós:

O povo dizia que molhava a vazante por umidade. Hahaha! O regro a gente usava mais no tempo do feijão. Não se descartava pro arroz, mas o lençol freático aí é uma coisa fabulosa. Aqui nessa região, nesse território de Irecê, além do Rio Verde, que inundava a vazante, só tem o Rio São Francisco.

As pessoas mergulhavam para colher o arroz por baixo, colocavam o arroz nos burros, batiam num giral e o arroz ia caindo dentro de uma palhoçazinha. Espalhavam o arroz para secar e então vinha pro pilão.

Com a regularização do Rio Verde na área do baixio, as cheias deixaram de criar as lagoas temporárias, ou *alagadiços* onde se cultivava o arroz. Para dar continuidade à cultura, *regros* e *tapagens* levavam água para a várzea, inundando o terreno, como mostra a figura 2.7, imagem fotográfica produzida em 2007, que registra as últimas empreitadas com terreno alagado em Mirorós.

Figura 2.7 Baixio de Mirorós alagado por meio de *regros* para a produção de víveres. Foto Tássio Cunha, 2008

Ismael Miranda explica que utilizou os *regros* para a inundação de suas terras até o final da década de 1910. Em 1911 guardava um último saco de arroz na expectativa da temporada das chuvas, porque com o volume de água no rio era impossível praticar a cultura. “A gente plantava arroz, do branco, do vermelho. A gente ainda tem um saco de semente, lembrança! Água é pouca, não dá pra plantar mais”. Sem desistir do plantio, continuou a utilizar as terras e os *regros* para o plantio de banana. Na figura 2.8, os antigos *regros* utilizados para inundar a propriedade para o plantio de arroz servem de caminho para a irrigação do bananal.

Os *regros* e *tapagens* que permitiram molhar a terra e torná-la produtiva, encontrados no entorno de Mirorós e povoados vizinhos, representam parte do patrimônio de uma parte da população e confirmam que esses segmentos estão historicamente envolvidos com o saber irrigar no sertão, a partir do desenvolvimento de práticas locais. Ao observar os sistemas, com as especificidades que adquirem em cada propriedade por interagirem diretamente com o espaço onde foram instalados, percebe-se a aplicação do conhecimento das técnicas em consonância com o conhecimento do ecossistema, aqui considerado o tipo de solo, o volume de água, a quantidade necessária de água para molhar a terra sem esgotar o recurso, a semente adequada para a plantação.

Figura 2.8 *Regro* no baixio de Mirorós utilizado para inundação de terreno para o plantio de arroz, e posteriormente para molhar a banana. Foto Joana Horta, 2012

O sistema de *regros* é a materialização de um saber intangível. Do ponto de vista do reconhecimento do patrimônio cultural identificado em Mirorós, pode-se dizer que não se constitui como um bem material em si, mas como expressão material de um saber local imaterial “que se constrói e se modifica.” (CUNHA, 1999, p 156).

O conhecimento tradicional hoje está restrito a poucos produtores que se encontram próximos à barragem Mirorós ou em terras acima da barragem, onde o fluxo do Rio Verde não foi alterado. A irrigação está concentrada no Perímetro Irrigado Mirorós, onde o sistema de irrigação conta com largos canais de concreto e formas modernas de bombeamento de água, mas a identidade irrigante prevalece nos moradores do povoado.

Se o sertanejo vivia da prática da irrigação tradicional, os moradores de Mirorós, hoje, continuam a praticar a irrigação, agora moderna, o que permite dizer que a população dá continuidade às atividades que sustentam uma identidade irrigante.

2.3.2 A produção local

Ao percorrer a estrada que liga o município de Ibipêba ao povoado Mirorós é possível ter uma noção de quão diferenciada é a agricultura praticada no povoado. Das roças de palma e da vegetação rala e cinzenta, surge um mar verde. O bananal que em 2008 começava há aproximadamente cinco quilômetros do povoado, na porteira do Perímetro Irrigado, em 2012 se espalhava por dezenas de quilômetros. A cultura irrigada tornou-se possível para além das margens do Rio Verde através da distribuição de rede elétrica, abertura de poços e da Adutora do Feijão, mas se limita a monocultura da banana, estimulada pela concentração de produtores e pelo modelo de escoação praticado no Perímetro Irrigado.

O cenário da monocultura nas proximidades do rio é novidade na cultura irrigante. Nos depoimentos colhidos, o esquema de produção para comercialização de excedentes e subsistência estimulava uma produção diversificada. Para a comercialização destacavam-se a produção de diversos tipos de arroz e feijão e da cana-de-açúcar e derivados. “Existia um esquema de irrigação e plantio de diversas culturas, a maior parte delas era de subsistência. Era uma variedade enorme, vários tipos de arroz, feijão”, avalia Marcelo Rocha.

Segundo os depoentes, no prato do irrigante da várzea do Rio Verde havia diversidade de carnes, verduras e legumes, tudo produzido no local. Além do plantio de arroz e feijão, as carnes de boi, bode, porco, frango e peixe somavam-se como alternativas. “No nosso prato tinha mesmo coisa de roça, galinha, carne do porco, batata, abóbora, muita mandioca, couve e tinha o peixe também, a várzea produzia de tudo”, recorda saudoso, o lavrador João Queiroz, que produzia cana de açúcar na várzea para a fabricação de água ardente. Morador do povoado Mirorós, Queiroz concedeu entrevista em sua casa, em 2012, quando sua produção estava totalmente paralisada por falta de água.

Há mais de vinte e cinco anos trabalhando com os produtores rurais de Mirorós, pela CODEVASF, Isaias Neri Santana, procura dar uma ideia da extensão da agricultura da várzea no entorno de Mirorós. “A gente tinha mais de 100 hectares de feijão plantado, de maio até o início das chuvas. Plantava cana, produzia rapadura, arroz, tinha mangueira,

muita coisa. Esse baixio era fonte de renda desse povo”, relembra em entrevista concedida no Dipim, em 2011.

Uma metodologia aplicada era a rotatividade de culturas no solo na várzea: “No período das águas, de novembro a abril, cultivava-se o arroz vermelho, por inundação. A partir de abril colhiam esse arroz e introduziam a cultura do feijão, no mesmo solo com uma rotatividade de cultura”, relembra José Humberto Oliveira Santos, que ainda exalta a existência da cultura permanente de cana-de-açúcar “onde nós produzíamos a cachaça, a rapadura”.

Segundo as falas dos entrevistados, a cultura diversificada era praticada por pequenos produtores, enquanto os grandes proprietários de terra tinham como foco as produções de arroz, feijão e cana-de-açúcar.

A variedade de culturas agrícolas, que abasteciam toda a região, não aparece como única característica do plantio praticado da região de Mirorós. A qualidade dos produtos cultivados na terra, que ainda hoje adjetivam a produção local, revela um diferencial que não pode ser alcançado espontaneamente. O feijão, por exemplo, era também revendido como semente para toda a região, tornando-se um dos principais produtos agrícolas e base para a economia do território de Irecê, segundo Marcelo Rocha:

“O pessoal aqui tinha essa cultura de plantar o feijão na várzea. Aparecia muita gente para plantar nas terras de Irecê. E Mirorós era produtor das sementes da capital do feijão. Tinha esse mercado comprador. O pessoal sempre dizia que o feijão daqui tinha um índice de germinação muito bom, ao contrário do feijão de outras regiões. Hoje pra comprar feijão tem que ir até Barreiras. Aqui tinha o feijão Bate-roxa, o Serra Azul, o IPA, e até o carioca, que estava iniciando o cultivo dele. Tinham outras variedades ainda. Mas o carioca foi prevalecendo e hoje o Brasil só consome do faseolo, de calda. O feijão de corda, o que se fazia maior plantio na várzea, perdeu o valor. Esse só com uma carinha de sol, e a gente gosta de comer dele aqui”.

O solo rico em matéria orgânica, proveniente das inundações, propiciava uma agricultura eficaz sem aditivos químicos. “Eu mesmo cheguei a comprar feijão da várzea. E não tinha adubo, não tinha veneno, era de boa qualidade. Isso antes de 1999”, recorda o técnico agrícola Renã Alves de Souza, em entrevista concedida em sua casa, em Gentio do Ouro, em 2011. “As plantações de arroz nunca usaram adubo químico e nem genérico. A praga maior era o passarinho. Se plantar hoje, você tem que botar menino o dia todinho, jogando bala, gritando, soltando fogos.”

Analisando os depoimentos dos produtores rurais e outros atores sociais envolvidos com a prática agrícola tradicional em Mirorós percebe-se que, além do plantio de variedades específicas de arroz e feijão, a qualidade dos produtos e o plantio de diversos produtos de subsistência eram constantes e no dia-a-dia e nas relações sociais. Como coloca Marcelo Rocha, trata-se de uma tradição:

O plantio numa várzea dessa não era só se plantar e se comer. Existia um convívio, formas de relacionamento coletivo, as pessoas faziam mutirões. Havia festas da colheita. Geralmente a colheita do milho coincidia com São João. Que se plantava no São José, que é no início de março. Dia de São José dia de plantio, dia de São João, dia de colheita. Existia essa tradição.

O conhecimento empregado pela população da várzea do Rio Verde, concentrada hoje em Mirorós, une a população em torno da identidade irrigante. Uma identidade hoje ameaçada pela falta de água na várzea, que a princípio foi substituída pelo plantio no Perímetro Irrigado Mirorós.

A falta de planejamento da iniciativa pública hoje coloca em risco o plantio irrigado também no projeto, pois nos últimos anos perdeu-se espaço e metros cúbicos de água para o consumo humano nas cidades, enquanto a Barragem Manoel Novaes entrava em colapso. A transformação vivida no povoado com a ação do Governo Federal e o impacto no patrimônio serão discutidos no terceiro capítulo deste trabalho.

O que é importante salientar neste ponto é que a prática irrigante não é mérito de um projeto governamental. A pesquisa identifica a existência de uma cultura que transpassa gerações, do manejo da rara água para produção de alimentos, que propiciou a fixação do sertanejo no espaço produtivo e o desenvolvimento de outras localidades em um território com centenas de quilômetros, em meio à rude caatinga nordestina.

Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho

Dom Flávio Cappio

3 O tempo do Sertão e as promoções de aceleração do crescimento

A água e a agricultura produtiva faziam de Mirorós um oásis no deserto. Sem intervenções, o Rio Verde, com seu veio de águas claras alimentava uma mata verde e uma área de plantio praticada por algumas centenas de famílias. O valor do Rio Verde não passou despercebido.

Objeto do Estado para diversas políticas públicas, o povoado Mirorós foi contemplado com uma barragem, concluída em 1980 e um Perímetro de Irrigação, terminado em 1990. Nos anos 2000, em prol do desenvolvimento econômico do território, parte do patrimônio de Mirorós foi apropriado pelo Estado.

Rubem (2001, p. 81) abordou o assunto falando da implementação de um “projeto fantástico para acabar com a seca” no território, que teve início ainda nos anos 1950. “O projeto Mirorós, um dos mais importantes para toda a região de Irecê, está localizado à margem direita do Rio São Francisco”. O autor exaltava o papel do poder público para a implantação do projeto: “Foi idealizado por Manoel Novaes, por volta dos anos 1950, quando esteve visitando o local”. O político citado exerceu doze mandatos consecutivos como deputado federal no Estado da Bahia, entre 1945 e 1982.

A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) realizou os primeiros estudos na área de Mirorós no ano de 1963. Seu projeto inicial foi elaborado pela empresa Milder Kaiser Engenharia (MKE), posteriormente incorporada pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC) e, por fim, pela Camargo Correa.

MKE, CNEC e Camargo Correa foram elencadas na lista das principais empresas projetistas de engenharia durante a ditadura militar, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 (CAMPOS, 2012), quando o projeto Mirorós foi definido.

A obra fez parte de uma política de ordenamento territorial iniciada pelos governos militares e que possuía em suas diretrizes a implementação de Polos de desenvolvimento como o Polocentro, o Polonordeste, o Poloamazonia.

O Polonordeste foi responsável, sobretudo, pelos investimentos na zona da mata nordestina e no sertão. Na região semi-árida essas políticas governamentais privilegiaram investimentos em projetos de irrigação, quer nas áreas dos açudes, quer nos vales dos rios da região. Papel de destaque coube à área do Rio São Francisco, nos Estados da Bahia e Pernambuco. (OLIVEIRA, 1998, in Fani, 2001, p. 94).

O objetivo do projeto era modificar a economia e, nesse sentido, o saber local não foi considerado. Esse saber tido como obsoleto, foi colocado para a população como ultrapassado, uma desqualificação que abriu espaço para um conhecimento estrangeiro, modulado e que ignorava as peculiaridades do espaço e do território que buscava orientar.

A história oral possibilita ver a desvalorização dos saberes locais, e, somada à pesquisa documental, dá suporte para o entendimento da inserção da Barragem Manoel Novaes, do Perímetro Irrigado Mirorós e de novos atores como a Codevasf, Embasa, instituições públicas e privadas, na cultura local.

Na memória da população alcançada nesta pesquisa não há registro de uma seca que tenha sido tão drástica a ponto de esgotar o Rio Verde desde o Mirorós, como o que aconteceu em 2012/2013. “Esse rio não seca não, quando entra a seca é um jeito só”, sustenta o agricultor Turíbio Alves de Souza. “Nem aumenta, nem diminui”, reafirma seu irmão Nadson Alves de Souza, com quem Turíbio concorda, repetindo o dizer: “Nem aumenta, nem diminui.”

Com a irregularidade das chuvas, com o crescimento da população e com a atividade agrícola irrigada no Perímetro Mirorós e também no vale do Rio Verde, cresceu muito a demanda por água e o reservatório da barragem Manoel Novaes passou a ser insuficiente para o atendimento a todas as necessidades agregadas ao veio de água represado nas últimas décadas.

No início de 2012, a Codevasf solicitou ao Ministério da Integração Nacional e ao governo do estado da Bahia a decretação de emergência na região de Irecê (BA), devido à falta de recurso hídricos para abastecimento humano.

No mesmo ano, o uso da água da Barragem foi suspenso aos produtores do Perímetro Irrigado Mirorós, e direcionado exclusivamente para o abastecimento urbano. A vazão da barragem para o Rio Verde ficou em 90 l/s, que corre por algumas centenas de metros a jusante da barragem, até secar.

A reflexão sobre a contenda das águas em Mirorós, que se deu sob o argumento da modernização do sertão e que hoje o governo chama de "aceleração do crescimento", e o lugar do patrimônio na transformação do saber, são os objetivos específicos deste capítulo.

3.1 A Barragem Mirorós, de Manoel Novaes à seca de 2012

No período de 1981 a 1985, a Codevasf, órgão federal subordinado ao Ministério da Integração Nacional, construiu nas proximidades de Mirorós a barragem Manoel Novaes. Sob a justificativa de melhor aproveitamento do bem natural, foi articulada a desapropriação de posses no entorno do Rio Verde, na altura do povoado Mirorós, para dar lugar a um grande lago, a um imponente paredão de pedras, a canais de concreto, estações de bombeamento e quilômetros de tubos que melhor direcionariam o recurso natural antes gerido pela população.

Também chamada Barragem Mirorós, a obra apresentava-se monumental, com suas dezenas de metros de pedras sobrepostas, como mostram as Figuras 3.1 e 3.2. Construída no Governo militar de João Batista Figueiredo, foi idealizada por políticos influentes da região, e viabilizada pelo deputado federal Manoel Novaes. “O sonho inicial de Manoel Novaes era fazer, naquele lugar, uma barragem com a finalidade de produzir energia.” (RUBEM, 2001, p. 81).

Pode-se colocar a Barragem como um marco do processo de transformação no modo de plantar e sobreviver em Mirorós. “A idealização de toda essa transformação socioeconômica tem origem nas lideranças de Manoel Novaes e Turíbio Santos”, afirma José Humberto Oliveira Santos, filho de Turíbio Santos, em entrevista concedida em 2011.

Turíbio Celestino Santos teve o apoio de seu pai de criação, o Coronel Marcolino Forte, para sua inserção na política. Iniciou a carreira como deputado e posteriormente elegeu-se prefeito de Gentio do Ouro pelo Partido Social Democrático (PSD), de Juraci Magalhães e Luis Viana. “Em casa aconteciam reuniões com lideranças, de onde nasciam estratégias de campanha. Teve um primo carnal de pai, Epaminondas Rocha, que também se destacou na política. Foram criados pela família de Marcolino Forte, a razão de tudo.”

José Humberto, natural de Gentio do Ouro, herdou de seu pai a fazenda Rio Verde, que foi de seu avô, Argemiro Celestino Santos. “Eles moravam num povoado aqui perto, por nome Guigó, que hoje é Iguitu. No período das águas ficavam por lá. Na seca, lá faltava água e eles vinham para aqui.”

Figura 3.1. Barragem Manoel Novaes. Foto Joana Horta, 2008

Figura 3.2 Barragem Manoel Novaes. Foto Joana Horta, 2008

A construção da estrutura da Barragem, realizada pela Odebrecht, mobilizou dezenas de engenheiros e centenas de trabalhadores “Gerou cerca de quatro mil empregos diretos e indiretos, havendo necessidade de se buscar mão-de-obra em outras regiões.” (RUBEM, 2001, p.82).

Em depoimento, Marcelo Rocha falou sobre o movimento de migração vivido em Mirorós. “Com a barragem, muitas famílias se instalaram aqui, vendo oportunidade de trabalho, de emprego”.

As oportunidades de trabalho geradas para a construção civil estimularam o crescimento do povoado Pulo do Bode, rebatizado na ocasião como Alto da Boa Vista, no município de Ibipeba, onde se instalaram as empresas de engenharia e os órgãos governamentais envolvidos na empreita. A centenária Josefa Conceição, que por horas reclama dos esquecimentos de sua memória, tem vivas as recordações da chegada da Barragem ao cotidiano do povoado.

Veio muita gente pra cá! Foi, da Odebrecht, povo bom aquele, os engenheiro. Esse povo era bondade, era tudo branco, fazia festa, nos chamavam, eles davam bebida. Moço, eu não vi um povo branco como aquele povo não, que construiu essa barragem aí. Delicado esse povo. Não tinha exclusão com ninguém. Era o preto, era o branco, é o que eu disse, era mesmo. Nós ainda falamos nesse povo até hoje.

Inaugurada em julho de 1984, como se observa na Figura 3.3 o evento teve a presença de Mário Andreazza, então Ministro do Interior, de João Durval, a época governador do estado da Bahia e do ex-governador Antônio Carlos Magalhães.

Figura 3.3 Placa de bronze da Barragem Manoel Novaes, também chamada Mirorós, como indicado na fotografia. Foto Joana Horta, 2009.

De acordo com arquivos da construtora, expostos na Figura 3.4, a obra beneficiaria 250 mil pessoas, habitantes das 74 comunidades espalhadas em treze municípios da região de Irecê. A empreitada não esqueceria os ribeirinhos, pelo contrário, afirmava que a população desfrutaria de melhores condições de vida, com a melhoria econômica e a perenização do Rio Verde. A expectativa pela água era tamanha que se projetou a produção de 700 toneladas de pescado, através da implantação de projetos de piscicultura. (ODEBRECHT, 1984, p. 8).

Do ponto de vista do espaço do saber acerca da irrigação, desenvolvido em Mirorós, a instalação da barragem exerceu impacto direto sobre dois pontos. O primeiro foi a desapropriação de ribeirinhos e o deslocamento desses para outras cidades, ou para o assentamento finalizado quase duas décadas depois, no Perímetro Irrigado Mirorós, como relata Luis Dourado:

Antigamente tinha muita gente morando nessa serra, foi muita gente desapropriada por causa da barragem. A única casa que ficou sem desapropriar foi a minha. Eu pedi à doutora que fez o levantamento pra nos deixar aqui e a Codevasf aceitou os dizeres dela. Só o lago é que me tirava. Se eu visse que o lago me pegava eu mudava por minha conta.

A permanência nas terras que guardam nascentes do Rio Verde foi uma exceção. As serras que antes abrigavam povoados são habitadas apenas por alguns familiares de Luis Dourado e funcionários de fazendas e sítios no entorno.

A família Alves de Souza não reproduz a mesma sorte dos Dourado. Reunidos para falar sobre o passado, os irmãos Turíbio, Nadson e Divino, acompanhados por esposas, parentes e amigos, recordam a desapropriação de Feixo da Serra.

O povoado, inundado pelo lago da barragem era local de passagem para quem viajava pelas serras, em direção a Gentio do Ouro, Bom Jesus da Lapa, Xique-Xique. “Só saímos de lá pela Barragem”, afirma Turíbio, o irmão mais velho, complementado por Nadson: “Desapropriou e então a gente saiu”. Divino, o mais novo, não opina sobre o episódio. “Nem na Bahia eu estava, eu estava em São Paulo.”

Barragem de Miro

A Barragem de Mirorós foi inaugurada, em julho passado, pelo Ministro do Interior, Mário Andreazza, e pelo Governador do Estado da Bahia, João Durval, acompanhados pelo ex-Governador Antônio Carlos Magalhães. Com o término das obras da barragem, situada no município de Ibipêba, na Bahia, serão beneficiadas as 250 mil pessoas que habitam as 74 comunidades espalhadas em 13 municípios da rica região de Irecê.

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco — Codevasf vence, assim, a primeira etapa do Projeto Mirorós, após os esforços que desenvolveu para garantir os recursos necessários à execução da obra. O Sistema de Mirorós, aliás, constitui uma das prioridades do Ministério do Interior no Vale do São Francisco, sobretudo pela possibilidade de solução que abre para os problemas sociais que se agravaram naquela região, em decorrência da severa e prolongada estiagem que a assolou nos últimos cinco anos.

A formação do lago

O início da formação de um lago de 78 km² vai permitir que a população ribeirinha comece a desfrutar de melhores condições de vida, já que ocorrerá, também, a regularização do Rio Verde, o que garantirá volume de água suficiente ao atendimento básico dos habitantes da grande área.

A Codevasf, entretanto, pretende, a curtíssimo prazo, desenvolver, paralelamente, o Programa de Implantação da Piscicultura, já previsto como uma das alternativas de aproveitamento integral das potencialidades do lago. O programa, sem dúvida, beneficiará a região, uma vez que propiciará cerca de 700 t de pescado por ano.

8

O papel da adutora

A conclusão da Barragem de Mirorós, executada pela Construtora Norberto Odebrecht, tornou ainda mais urgente e prioritária a implantação da chamada Adutora do Feijão e do Projeto de Irrigação. Isto porque a Adutora, com seus 130 km de extensão, distribuirá água potável para a região, contribuindo de maneira expressiva para a melhoria das condições de higiene e saúde.

Tomada d'água.

Figura 3.4 Informativo institucional da Odebrecht relembra inauguração e expectativas sobre o projeto Mirorós. Arquivo Digital Odebrecht, Agosto, 1984.

ós é inaugurada

A irrigação também assume um papel destacado e importante. A sua inserção no Projeto Piloto que define métodos, espécies de cultura mais adequadas, variação de índices de produtividade e necessidades reais de água de irrigação, indiscutivelmente, será decisiva para projetos posteriores, a serem implementados nas restantes áreas irrigáveis da região, especialmente no Baixo de Irecê, com seus 234 mil hectares.

Vertedouro.

Reflexos na economia

Além de servir de modelo, a irrigação racional também desenvolverá a economia regional, pois desvinculará as safras da rigorosa necessidade das chuvas.

A região de Irecê, que é importante produtora de alimentos básicos no Estado da Bahia, principalmente de feijão, detém altos índices de produtividade, em função do clima e da terra. Com a adoção do sistema irrigatório projetado, deverá conseguir gerar recursos suficientes ao retorno dos investimentos que forem realizados.

Custos da irrigação

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — Codevasf — considera de alta valia social e econômica os gastos que serão feitos na implantação dos projetos de irrigação, partindo do princípio de que, em média, 50% dos custos totais por hectare vão para obras hidráulicas de irrigação e drenagem; 25% destinam-se a obras de sistematização do lote agrícola; 18% são para obras de colonização; e 7% apenas serão gastos na infraestrutura. Deve-se considerar, ainda, o fato de que o Vale do São Francisco, com um potencial irrigável de 3 milhões/ha, possui apenas 67 mil/ha irrigados, enquanto o Chile, com 2,5 milhões/ha, tem 1,3 milhão/ha; o Peru, com 1,5 milhão/ha tem 1,2 milhão e o México, dos 8 milhões/ha, dispõe de 5 milhões/ha irrigados.

A irrigação, segundo os estudos da Codevasf, situa-se na faixa de custo médio, com cerca de quatro mil dólares por hectare, e, no caso específico do São Francisco, nos custos de cinco mil dólares estão incluídos os dispêndios com assentamento de parceiros, suprimento de energia elétrica, construção de escolas, estradas, postos médicos, habitação, rede de abastecimento doméstico de água etc. Computados apenas os gastos do sistema de irrigação, os custos por hectare caem para apenas 2.500 dólares, que é o mais baixo na escala da FAO para projetos completos.

Algumas consequências sociais também são apontadas:

- ☆ geração de empregos permanentes na área rural;
- ☆ aumento de produtividade das áreas irrigadas, como já foi constatado no caso da cana-de-açúcar (195 t/ha contra a média de 46,48 t/ha do Brasil), entre outras.

A obra e seus benefícios

A Barragem de Mirorós está localizada a 94 km da cidade de Irecê e para a sua execução o Ministério do Interior assegurou um montante de 4 bilhões de cruzeiros em 83 e mais 9 bilhões em 84.

A construção, além dos benefícios gerais que produziu para a região, permitiu:

- gerar cerca de 1.300 novos empregos diretos e 500 indiretos na região assolada pela seca, garantindo um nível de sobrevivência a mais de 8 mil pessoas;
- contribuir com o programa *Frentes de Trabalho*, promovido pelo Governo, através da utilização, na obra, de parte da força ociosa que resultou da estiagem;
- criar melhores condições de alimentação, saúde, educação, saneamento e renda, garantindo a fixação do homem à terra e minimizando o agravamento dos problemas urbanos que resultam do aumento desordenado do êxodo rural.

As características técnicas da obra são as seguintes:

Volume do reservatório	158.000.000 m ³
Área do reservatório	780 ha
Escavação (solo e rocha)	2.060.000 m ³
Maciço de terra	720.000 m ³
Enrocamento, filtro e transição	700.000 m ³
Concreto	42.000 m ³
Altura da barragem	65 m
Comprimento da barragem	320 m

Figura 3.4 Informativo institucional da Odebrecht relembra inauguração e expectativas sobre o projeto Mirorós. Arquivo Digital Odebrecht, Agosto, 1984.

Diante da atual crise hídrica, do corte na vazão de água liberada para o projeto e do esgotamento do Rio Verde, Turíbio Santos coloca sua posição com relação à aceitação do projeto: “Nessa época fomos a favor. Se podia trazer o bem pra nós. Eles iam comprar nossa casa e nossas terras porque iam ser cobertas de água, e essa água ia servir pra irrigação”. A declaração promove um falatório entre todos os presentes, que depois de alguns minutos de debate concordam que a proposta inicial era levar a água para irrigação.

Na época da desapropriação, o povoado possuía em torno de sessenta casas, segundo recordam os irmãos Alves de Souza. Ainda que afirmem ter deixado as terras em acordo com o governo, lamentam os investimentos deixados no povoado. “Gastamos muito dinheiro pra lá. Tinha um morro, que eu quebrei de tiro pra fazer os regos, foi muito trabalho. E aí, que eu estava com seis meses molhando, já com plantio, veio o povo da barragem dizer que ‘agora queremos a barragem, vocês não tem mais nada’”, coloca Turíbio Alves de Souza, que reclama não ter sido indenizado com um lote no Perímetro Irrigado pelo Governo Federal, como aconteceu com seus irmãos.

Não apenas os moradores dos povoados hoje ocupados pelo lago da barragem foram desapropriados. No povoado Salva-Vidas, que está a cerca de seis quilômetros da jusante da barragem, Aureliano Rodrigues explica que hoje possui um lote no Perímetro Irrigado visto que seu pai possuía um terreno no entorno do Rio Verde, e que foi desapropriado por conta do projeto. “Eu tenho lote, não comprei não. Pai tinha um terreno aqui nessa área, foi indenizado e recebeu o lote.”

Assim como os irmãos Alves de Souza, Aureliano relata que ficaram para trás plantios e práticas agrícolas. Não apenas porque o lago da barragem tomou o espaço do plantio, mas porque a várzea do rio foi inteiramente afetada. “O plantio parou porque fez a barragem e os anos não ficaram de chuva. Nos anos fortes, aí descia a água, não faltava. Mas com essa água que está aí não solta. Se soltar, acaba a água que está no perímetro e em Irecê.”

O segundo aspecto de transformações do espaço onde se desenvolvia o saber irrigante é a alteração no meio natural e a interrupção da lógica das enchentes, utilizada para o plantio no lugar.

Se no passado as águas inundavam as margens, depositando a matéria orgânica que fazia da vazante um terreno produtivo, após a implementação da barragem as

nutritivas cheias do Rio Verde foram controladas. Ainda assim, continuou-se plantando na várzea algumas culturas como o feijão, além da produção diversificada de frutas e verduras, com foco na subsistência.

Sem a adubação natural do terreno, deu-se início ao uso de adubos químicos para a correção do solo, agora pobre em nutrientes. Os agrotóxicos utilizados na várzea escorriam para o leito do Rio, dando início à deterioração da fauna e da flora local. “Ainda plantam feijão, só que está muito ruim, porque o solo tá salinizado, e de 1999 pra cá, as plantações da várzea usaram muito adubo e defensivo”, avalia o técnico agrícola Renã Alves de Souza.

O Engenheiro Agrônomo e coordenador da Ater Mirorós, Marcelo Rocha atesta a deterioração e a falência do solo de várzea após a década de 1980:

Cultivei várzea por muito tempo, quando eu era estudante de agronomia, isso era de 1981 a 1985, vim pra aqui pra cultivar onde meu pai tinha terreno. Era melancia, abóbora, feijão de corda, culturas de ciclo curto. A várzea agora acabou, está totalmente detonada e sem água. A barragem foi o ponto principal. A várzea era inundada todo ano com as enchentes do rio, sem isso a várzea toda saliniza. Em vinte e seis anos da construção da barragem, sem essa retirada dos sais, hoje a terra salinizou. E mais ainda depois da redução da vazão, que a água ficou represada para o consumo do Perímetro Irrigado.

O lago da barragem Mirorós, esvaziado, como mostra o comparativo entre as Figuras 3.5 e 3.6, permite ver não apenas a enorme estrutura de pedras e concreto, como também os resultados das ações praticadas por aqueles que a construíram e decidiram sobre o futuro de uma população.

Figura 3.5 Lago da Barragem Manoel Novaes em 2006. Foto Acervo Ater, 2006

Figura 3.6 Lago da Barragem Manoel Novaes desabastecido pelo uso intensivo em período de seca. Foto Joana Horta, 2011

O rearranjo das águas do Rio Verde, que teve início com a construção da barragem, desarticulou os praticantes da irrigação tradicional e a lógica natural com a qual os irrigantes se relacionavam para a continuação de suas existências no sertão.

Para substituir o velho esquema, com toda a carga de atraso que o adjetivo carrega, o poder público providenciou um Perímetro Irrigado, um Distrito de Irrigação e abriu espaço para a privatização das águas do Rio Verde. Com a proposta de acelerar o desenvolvimento, o tempo das águas de Mirorós tomou um novo ritmo, descompassado do tempo natural do sertão.

3.2 Perímetro Irrigado Mirorós

O Perímetro de Irrigado Mirorós foi inaugurado em 1996, após doze anos de acumulação de água no lago da Barragem Mirorós. O projeto não retirou da várzea os produtores, mas beneficiou aqueles que possuíam terras no trajeto ocupado pela barragem, pelo lago e pela área de sequeiro que passou a abrigar lotes irrigados mecanicamente em terras de Ibipeba. Em alguns casos, produtores da várzea foram beneficiados, outros afirmam que não tiveram acesso o projeto.

O sistema de irrigação implantado na década de 1990, com a pretensão da modernização do plantio, redesenhou o caminho das águas do Rio Verde para a produção de víveres. Até então, o rio abastecia centenas de *regros* em sua várzea. Com o funcionamento do projeto, as águas passaram a ser priorizadas para o êxito da iniciativa, em detrimento das atividades desempenhadas secularmente praticadas no lugar.

Através de 32 quilômetros de canais, grande parte em concreto a céu aberto, como pode ser observado na Figura 3.7, a água do Rio Verde foi distribuída para os 200 lotes de colonos⁷, empresários e técnicos agrícolas que integram o Perímetro Irrigado.

Figura 3.7 Canal do Perímetro Irrigado Mirorós que distribui a água do Rio Verde para os cinco serrotes do projeto. Foto Joana Horta, 2011

⁷ Colono é a nomenclatura utilizada pela Codevasf a referir-se aos pequenos produtores rurais em projetos de assentamento agrícola e estímulo à agricultura irrigada.

Se o conhecimento tradicional se utilizava apenas da gravidade e do conhecimento do terreno para a divisão da água, no projeto, o recurso foi distribuído para os lotes, com tomadas de água individuais, através de seis estações de bombeamento.

Pode-se dizer que a pesquisa acerca dos saberes em Mirorós se deu a partir de reflexões sobre o conhecimento dos produtores do Perímetro Irrigado Mirorós, uma vez que o primeiro contato da pesquisadora com os habitantes do entorno do Rio Verde foi no trabalho de mobilização dos pequenos produtores do Perímetro, como técnica em organização, pela equipe de Ater local, no ano de 2008.

Na ocasião, percebeu-se que o trabalho dos profissionais da Ater encontrava resistência dos produtores, que invariavelmente afirmam saber mais do que os técnicos enviados pelo governo, uma vez que plantavam e colhiam naquela terra a mais tempo do que os profissionais. Isso, somado aos diversos projetos incentivados no Perímetro, que resultaram em prejuízos para os produtores.

Para o chefe da Ater, Marcelo Rocha, houve um “choque cultural”, derivado da transferência da produção da área de várzea do Rio Verde para o Perímetro Irrigado Mirorós e da valorização dos sistemas tecnológicos. A substituição dos *regros* abastecidos pela força da gravidade, que umidificavam o terreno, por canais sustentados por bombas e irrigação por microaspersão alteraram a dinâmica de plantio praticada geração após geração no povoado.

Esse pessoal tem conhecimentos transmitidos de muitas gerações. Já os filhos desses produtores não aprenderam a plantar na várzea. Esse conhecimento foi descartado e desestimulado por agências do governo e estava em poder dessas famílias, até serem transferidas para o Perímetro. As pessoas acostumadas há décadas, trabalhando com essa agricultura, de uma hora pra outra passam a trabalhar com alta tecnologia, tecnologia israelense, com a água jorrando dentro de tubos, e sistema de irrigação automatizados.

O Perímetro Irrigado Mirorós possui cerca de dois mil hectares (há) ocupados e recebeu, até 2009, mais de duzentos milhões de reais em investimentos (R\$ 201.273.433,04). O canal principal à beira da estrada, distribui a água do Rio Verde para os cinco setores do projeto, com o auxílio de estações de bombeamento de água, apresentadas na Figura 3.8.

Figura 3.8 Sistema de bombeamento no Perímetro Irrigado Mirorós. Foto Joana Horta, 2008

Em 2012, aproximadamente metade da área era ocupada por colonos e 90% da produção do Perímetro estava representada pela cultura da banana, através de sistemas de irrigação por aspersão convencional e microaspersão.

A Codevasf estimou a geração 1,4 mil empregos diretos e 2 mil empregos indiretos, com uma produção de 20.769 toneladas de alimentos em 2012. (CODEVASF, 2013a).

A maioria dos trabalhadores rurais não é formalizada e é composta por grupos que realizam a colheita e a despenca da banana, como pode ser observado na Figura 3.9.

São dezenas de caminhões, advindos principalmente dos Centros de Abastecimento de Salvador, Minas Gerais, Brasília e Pernambuco, circulando diariamente pelos duzentos lotes do Perímetro Irrigado, carregados de banana produzida no local.

Figura 3.9 Grupo de trabalhadores faz a colheita e a despenca da banana. Foto Joana Horta, 2008

A produção, durante a primeira década do projeto, foi executada sem necessidade de defensivos químicos, com água de qualidade e sol em abundância, mas desde então, enfrentou dificuldades para escoar a produção em larga escala. Em 2008, a banana “ouro local” era vendida por preços que variaram entre R\$ 0,25 o quilo a R\$ 0,80, quando os preços nas prateleiras dos mercados nas capitais atingiam os R\$ 4,00.

Apesar do alto valor investido, o projeto Mirorós não é dos mais antigos e tampouco dos maiores. Existem em operação 24 perímetros irrigados, seis em implantação e três em estudo, através da Codevasf. (CODEVASF, 2012). Entre os Perímetros em funcionamento destacam-se historicamente, especialmente e economicamente quatro: Formoso, Jaíba, Nilo Coelho e Mourão, espalhados pelos estados da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. Estes projetos serviram como referência ao trabalho executado em Mirorós.

O produtor Aureliano Rodrigues conta que para receber o lote, seu pai teve que designar um filho para fazer formação no Perímetro Nilo Coelho. “Tenho onze irmãos, mas o lote ficou pra eu cuidar. Quando ele indenizou, tinha que passar uns quinze dias em Petrolina estudando pra depois receber o lote. Ele disse que não queria ir, fui eu. Eles ensinavam a plantar a banana, a pinha, o coco.”

De acordo com dados do Governo Federal (CODESVASF, 2013b), o projeto Senador Nilo Coelho, entre os municípios de Casa Nova (BA) e Petrolina (PE), no

Submédio São Francisco, possui área irrigável de 18.563 hectares. Até 2009 recebeu R\$ 529.302.968,77, para 976 km de canais; 818 km de adutoras, 711 km de estradas; 263 km de drenos; 39 estações de bombeamento. Inaugurado em 1984, apresenta predominância da fruticultura e lotes familiares, responsáveis por 62% da área sob cultivo. Os principais sistemas de irrigação são microaspersão, aspersão convencional e gotejamento. Estima-se a geração de 20.000 empregos diretos e 30.000 empregos indiretos, com uma produção de 389.798 t de alimentos em 2012 (CODEVASF, 2013b).

O Perímetro Irrigado do Formoso, no município baiano de Bom Jesus da Lapa BA, no Médio São Francisco, possui área irrigável de 11.751 hectares, tendo recebido investimentos, até 2009, na ordem de R\$ 667.179.965,34. São 286 km de canais; 175 km de adutoras; 148 km de estradas; 120 km de drenos; 23 estações de bombeamento. A banana representou 90% da área cultivada em 2012. Os principais sistemas de irrigação utilizados são a aspersão convencional e a microaspersão. Estima-se a geração de 7.000 empregos diretos e de 10.500 empregos indiretos, com uma produção de 171.196 toneladas de alimentos em 2012. (CODEVASF, 2013c).

O Perímetro de Irrigação Jaíba, em Minas Gerais, nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, no médio São Francisco, possui 16.663 hectares ocupados, e investimentos de R\$ 821.852.883,17, para 248 km de canais; 521 km de estradas; 3 km de drenos; 11 estações de bombeamento. Mais da metade da área cultivada do Perímetro é destinada à fruticultura e área cultivada de lotes familiares correspondeu, no ano de 2012, a cerca de 60% da área sob cultivo no perímetro. Os principais sistemas de irrigação utilizados são a aspersão convencional, a microaspersão e a irrigação por pivô central. São estimados a geração de 10.000 empregos diretos e 15.000 empregos indiretos, com uma produção de 170.147 t de alimentos em 2012. (CODEVASF, 2013d)

O Perímetro Irrigado de Tourão, no Município de Juazeiro (BA), no Submédio São Francisco, irriga 14.237 hectares. Com investimentos expressivamente menores, R\$ 52.026.582,72, possui 65 km de canais; 45 km de drenos, 42 km de estradas; 5 estações de bombeamento. Produz 97,5% de cana-de-açúcar, em 97% de lotes empresariais, com sistemas de irrigação por aspersão convencional, microaspersão e, em menor escala, gotejamento. Estima-se a geração de 12.200 empregos diretos e 18.400 empregos indiretos, com uma produção de 1.204.209 t de alimentos em 2012. (CODEVASF, 2013e)

Pode-se notar que há, desde a década de 1960, quando os Perímetros passaram a ser implantados, houve um alto investimento na modernização dos sistemas de irrigação,

com foco na fruticultura e assentamento de pequenos produtores. Fica o questionamento: como estaria o saber local se tivesse recebido acesso aos investimentos financeiros, pesquisas e projeções destinados ao projeto desenvolvimentista?

Para compor o Perímetro Irrigado de Mirorós, o assentamento de produtores rurais não levou em conta as condições culturais e toda a carga dos saberes acerca do aproveitamento da água para a irrigação, do plantio, da organização social e de trabalho ali encontrada.

O projeto entrou em operação em 1996, diretamente gerido pela Codevasf. Em 1998, repetindo a fórmula de gestão dos perímetros mais antigos, instaurou uma associação para repassar a gestão das águas utilizadas no Perímetro.

Os serviços de água do Perímetro são executados desde 1998 pelo Dipim - Distrito do Perímetro Irrigado de Mirorós, por delegação de competência da Codevasf, conforme dispositivos da Lei n. 6662/79 e Decreto n. 89.496/84. O Dipim é uma organização de direito privado, sem fins econômicos, criada com o fim específico de executar os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum do Perímetro Mirorós.

Isaias Neri Santana trabalha no distrito de Mirorós desde o início do projeto de irrigação. Natural de Minas Gerais, vive no povoado há mais de vinte anos e é o representante local da Codevasf. Em entrevista concedida em 2011, Isaias, retratado na Figura 3.10, relata:

A primeira visita que eu fiz aqui foi dia 8 de junho de 1987. Nessa época a Codevasf emprestava alguns funcionários. Então eu me interessei muito. Eu era operador de bomba, mas eu estava desenvolvendo bem a parte de elétrica. Quando cheguei, eu entrei na rua eu visualizei o futuro de uma cidade. Não tinha nada, não tinham os canais, aqui do lado isso tudo era mata nativa.

Figura 3.10 Isaias Santana, representante da Codevasf, na sede da Associação Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Mirorós. Foto Joana Horta 2011

O representante coloca ainda que o modelo do projeto de irrigação inspira-se em empreendimentos norte-americanos. “Na época a Codevasf tinha os projetos de irrigação e muitos colegas nossos foram pros Estados Unidos. Lá conheceram uma infraestrutura parecida com essa aqui, de distrito, onde os produtores administram o projeto.”

Dois anos depois de inaugurar o projeto, a Codevasf fez um contrato de gestão com uma associação entre os produtores a Dipim e deu início à capitalização e compra de maquinário “Foram uns vinte tratores!”, exalta Isaias. “Foi uma coisa meio a toque de caixa, sem estudo prévio, sem avaliação de impacto”.

Marcelo Rocha, hoje chefe da Ater, foi o primeiro gerente do distrito. “Pagava contas enormes de energia, sempre de pires na mão, pedindo à Codevasf pra complementar o pagamento da energia”, recorda o engenheiro. “Há alguns anos foram colocados sistemas modernos, que reduziam o consumo das bombas e a irrigação passou de aspersão convencional para microaspersão, o sistema mais moderno do mundo. Reduziram o consumo e o distrito equilibrou as contas”. As modernas estações de bombeamento foram instaladas já nos anos 2000.

O perímetro e seus produtores foram organizados em cinco setores. O Setor 1 é o mais próximo do povoado Mirorós, e o Setor 5 na vizinhança do povoado Salva-Vidas. Entre os povoados percorre-se cerca de 6 quilômetros, em largas estradas de terra, acompanhando os canais de irrigação, sequenciados por estações de Bombeamento. A

água que chega aos lotes para irrigação não possui tratamento adequado para uso humano, e as famílias que residem no Perímetro Irrigado não possuem acesso a água potável.

De acordo com dados de 2008, levantados pela pesquisadora para a Ater Mirorós, em pesquisa realizada nos 244 lotes do projeto, foram localizados 259 moradores, sendo que, destes, 64 eram crianças menores de 14 anos. “Nos setores I e V há menor densidade demográfica pois muitos produtores optam por residir nos povoados de Mirorós e de Salva Vidas, por conta das condições restritas de infraestrutura no perímetro.” (Ater, 2008).

Durante a última década buscou-se manter todo o perímetro em produção. No entanto, desde 1996, diversas propriedades foram vendidas e revendidas, fora dos limites legais, resultando em um número reduzido de produtores regulares. Independente do título de posse, todas as propriedades em dia com as contas do Distrito e Irrigação recebem recursos e assistência técnica. No entanto, a gestão do Perímetro é restrita aos produtores com registros regulares de suas posses e que representam a grande minoria dos produtores.

Apesar dos esforços citados por Rocha para o equilíbrio das contas do Distrito, os investimentos em tecnologias de irrigação não foram suficientes para a sustentabilidade do projeto. Em 2010, a vazão da água da barragem Mirorós para o projeto foi reduzida a 1,8 L/s e tornou-se insuficiente e irrisória para a sustentação dos mais de mil hectares de banana. Os canais foram então reforçados por poços comuns, e os investimentos no plantio continuaram.

Em outubro de 2011, com o agravamento da crise, o presidente da ANA, Vicente Andreu, iniciou uma série de reuniões com a comunidade de Mirorós, visando ajustar as outorgas a patamares que permitissem a convivência com a crise minimizando eventuais prejuízos às populações atingidas, através do procedimento denominado alocação negociada de água. Foram realizadas mais 2 (duas) reuniões, em dezembro e no final de fevereiro/2012, quando anunciou-se, em função da escassez de chuvas, a interrupção da irrigação, em atendimento às outorgas de água estabelecidas pela Resolução ANA Nº 273/2010, permanecendo os usos da EMBASA e do rio verde. Contudo a ANA promoveu articulações com o governo do estado da Bahia, obtendo a posição de reduzir a irrigação em 50 % a partir de 01/03/2012, de 75% a partir de 15/03/2012 e de 100 % a partir de 01/04/2012. (CODEVASF, 2012).

Desde 27 de julho de 2012, Isaias Santana assumiu interinamente a gerência do DIPIM, no lugar de Paulo César, que deixou o cargo no auge da crise de fornecimento de

água para os produtores rurais em Mirorós. De acordo com o representante, a Agência Nacional das Águas (ANA), “decidiu de forma unilateral suspender o suprimento de Água para o Perímetro de Mirorós.”

O Perímetro Irrigado, baseado em águas superficiais, caminha para a paralização em virtude de o uso das águas do Rio Verde direcionar-se ao abastecimento urbano. Seria incorreto afirmar que a água que abastecia Mirorós e outros povoados esteja hoje sendo direcionada apenas para abastecimento humano, sem contemplar seus usos complementares, industriais, comerciais, entre tantas atividades humanas intensificadas nos centros urbanos.

Os irrigantes permanecem resistindo e com investimentos particulares e fomento do governo deram início a uma extensa perfuração de poços, existindo hoje cerca de 150 unidades perfuradas à jusante da barragem. Destes, 21 operam bombeando as águas subterrâneas, para os canais de concreto do projeto, “num regime de 21/24 horas, 24.000m³/dia.” (CARDOSO; DINIZ; FEITOSA E LIMA, 2012, p.1).

De acordo com números da Codevasf, de 2012, desde o início do bombeamento, todos os poços analisados vêm rebaixando seus níveis progressivamente:

... sendo explotados em ritmo de exaustão com a água saindo do armazenamento do aquífero. Embora nas estações chuvosas de 2010 e 2011 tenha ocorrido precipitação perto da média, 494 e 596 mm, respectivamente, não se nota nenhum efeito de recarga nas curvas de rebaixamento. (CARDOSO; DINIZ; FEITOSA E LIMA, 2012, p.3).

A desorganização dos produtores, ora estimulada, ora desarticulada pelo poder público, e a pouca atenção a questões de infraestrutura, como a paralização da obra de asfaltamento da estrada Mirorós Ibipeba e a falta de água potável nos lotes são indicativos da desordem do projeto que deveria otimizar o uso da água, antes gerida pela população.

As chuvas que finalmente caíram em 2013 e deram um respiro para a barragem Manoel Novaes não salvaram o projeto Mirorós, e deu-se início a mais um processo de reordenamento dos produtores, ao encaminhá-los a algumas centenas de quilômetros para outros perímetros da Codevasf.

Os modernos canais de irrigação, a tecnologia israelense, o sistema americano, importados para a produção moderna em Mirorós, tem hoje a mesma sorte dos tradicionais *regros*, abandonados à seca do Rio Verde com o argumento do obsoletos.

Sobre a perspectiva de encerramento das atividades do projeto que passou a sustentar a comunidade após o esgotamento da agricultura de várzea, Marcelo Rocha coloca:

Essa tecnologia toda não adiantou nada. Sem água, cai por terra toda a ciência e a análise da situação feita por órgãos públicos, para não deixar acontecer um colapso desse. Os investimentos não serviram de nada. Enquanto a irrigação tradicional, se ela tivesse continuado, não teria atingido nunca o colapso

É importante rememorar, como já posto neste trabalho, que a irrigação não chegou em Mirorós com os planos de modernização. A inovação no plantio, dada a partir da instalação do Perímetro Irrigado, não está na possibilidade de irrigar e produzir frutas no sertão, mas em adaptar a produção local à lógica do mercado capitalista e não mais à lógica cultural do território ao qual pertence a área produtiva.

3.3 Da perenização ao esgotamento do Rio Verde

A Construção da Barragem Mirorós é um marco na história do povoado, uma ruptura no processo de criação e recriação das características da comunidade e por consequência, na construção da memória de sua população. Marco elaborado no contexto do Estado Nacional, da cultura dos coronéis na política territorial e de figuras locais.

Com a barragem, a água do Rio Verde, recurso natural e coletivo transformou-se num bem particular para objetivos externos à comunidade. A cultura que ali se desenvolvia foi aberta à hegemônica, pelas mãos do Estado.

Apropriada pelo Estado, a água do Rio Verde foi idealizada para três fins principais, como já posto: o Perímetro Irrigado Mirorós, que receberia os agricultores da várzea, o abastecimento humano de cidades do território de Irecê e a Perenização do Rio Verde.

Em pleno uso, a Adutora do Feijão, administrada pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), leva a água do Rio Verde para abastecimento humano nos municípios América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Ibipeba, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí. (CODEVASF, 2012). O sistema é representado na Figura 3.10

A Embasa, que hoje controla o uso da água oriunda do Rio Verde, nos municípios do território de Irecê, registra que o rio “não possui em suas margens culturas agrícolas ou pastagens que usam defensivos agrícolas, estando assim, isento de contaminação da sua água” (Embasa, 2011). Como visto, a preservação da qualidade da água não é mérito de políticas da empresa, mas do esgotamento do rio e da atividade de plantio que originou o nome Adutora do Feijão.

A comunidade atendida pela Adutora do Feijão, cerca de 300 mil pessoas, é muito mais numerosa do que a população de Mirorós, que tem cerca de três mil pessoas, hoje sem acesso à água para o plantio. Mas, no contexto do Rio Verde, que recebeu a promessa de tornar-se perene, a minoria engrossa e reflete a relação com as pequenas comunidades que historicamente utilizaram a água do Rio Verde para colaborar para o desenvolvimento de todo o território.

Figura 3.11 Representação de Sistema de Abastecimento de Água, Emabasa, 2011.

De acordo com dados do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), o Rio Verde compõe a Região de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA) Bacias Verde-Jacaré e atinge uma área de 33 mil km², passando por 29 municípios, onde se concentram aproximadamente 350 mil habitantes.

“Tem sua metade superior na região do Planalto de Irecê, integrante do compartimento de relevo da Chapada da Diamantina, onde a cobertura vegetal se encontra fortemente antropizada, sucedendo-se as áreas de agricultura de sequeiro e irrigadas; sua metade inferior se encontra no compartimento de relevo das depressões periféricas e interplanálticas, onde predomina a vegetação de Caatinga entremeada por pastagens.” (INEMA, 2013).

O Rio Verde é afluente da margem direita do Rio São Francisco. Sua bacia hidrográfica está compreendida entre os meridianos de 41°30' e 42°30' de longitude oeste e os paralelos 10°00' e 12°00' de latitude sul. Tendo como bacias vizinhas a do Rio Jacaré pela direita e a do Rio São Francisco pela esquerda, drenando uma área aproximadamente de 10.935 km².

As Bacias do Verde e do Jacaré, situadas na região de Irecê, compõe “um importante aquífero cárstico do semiárido baiano.” (SILVA, 2005, p. 14). E suas diversas

características geológicas, morfológicas e a intensa ocupação do solo deste aquífero “favorecem a infiltração rápida das águas pluviométricas, ocasionando o esgotamento de fontes e rios superficiais”. (SILVA, 2005, p. 57).

Citando Schuster, (SRH/UFBA/INEHMA, 2004: In. SILVA, 2005, p.57), que afirma que a complexidade do aquífero torna-o imprevisível, Silva conclui que a afirmação só leva a reforçar a necessidade de um controle maior das atividades relacionadas ao consumo de água deste reservatório.

Em Itaguaçu da Bahia, o Rio Verde secava de tempos em tempos. Depois da construção da Barragem, secou definitivamente. Enquanto no espaço onde se encontra o Projeto de irrigação o Rio Verde conseguia manter-se nos períodos da seca, nos dias atuais repete o cenário encontrado em Itaguaçu da Bahia, estendendo o contexto dos conflitos. “Depois do projeto, a água do rio acabou. A água descia mesmo, mas agora dá até pra botar fogo no rio”, resenha o agricultor Aureliano Rodrigues, no povoado Salva-Vida.

Os conflitos pelo uso da água do Rio Verde acontecem desde a construção da barragem, quando teve início o desmantelamento da cultura de várzea, totalmente degradada no município de Itaguaçu da Bahia, por onde o Rio Verde transcorre até desaguar no Rio São Francisco. “1989, ano em que o Rio Verde apresentou um rebaixamento no volume de suas águas, chegando a níveis críticos, impedindo aos irrigantes ribeirinhos que praticassem sua atividade.” (CUNHA, 2009, p. 24).

Segundo recorda o chefe da ATER e produtor de Mirorós, Marcelo Rocha, as recomendações da ANA e Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá), para a redução da vasão para o Rio Verde, baseavam-se em argumentos como “a irrigação feita pelos ribeirinhos na várzea era muito ineficiente e tradicional, usaram esses termos, e que não era interessante continuar liberando uma vasão do rio para esse plantio.”

Com o argumento do uso ineficiente do solo e da água, a Codevasf rearranjou a lógica de produção nas margens do Rio Verde. Quase vinte anos depois, a empresa inicia a articulação para resolução de conflitos envolvendo a água do Rio Verde e os produtores assentados no Perímetro Irrigado, pela escassez de água.

A partir do início do ano 2008, diante da situação de escassez e de iminente conflito pelo uso da água, iniciaram-se discussões entre a Codevasf e outras entidades locais envolvidas, tais como INGA (Instituto de Gestão das Águas e Clima da Bahia), Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento), CERB (Companhia de Engenharia Rural da Bahia), UNIPPI (União das Prefeituras do Platô de Irecê) e comunidades locais, com a mediação da Agência Nacional de Águas (ANA). (CODEVASF, 2012, p. 2).

Contraditoriamente, dizendo-se dona de uma sabedoria técnico-científica, capaz de retirar números exatos do comportamento do meio ambiente, a Codevasf admite a falta ou o desconhecimento de estudos na área:

Admitiu-se a falta de dados fluviométricos e pluviométricos de longo período para as simulações de modelo matemático visando a exata determinação das vazões e volumes máximos a serem utilizados de forma a permitir o uso racional e sustentável da água disponível no reservatório. (CODEVASF, 2012, p. 2).

A agricultura de várzea tem sua desconstrução iniciada no Estado de Exceção. O saber local, relegado frente à informação de uma cultura hegemônica, perdeu o espaço de dinâmica. Governo após governo, o Estado produz e reproduz o esquecimento das práticas locais, desde a sua desarticulação até o controle dos recursos naturais antes geridos pela comunidade, levando ao esquecimento dos saberes locais sobre a vivência no sertão.

A substituição da cultura irrigada de várzea, pelo Perímetro Irrigado Mirorós, em nome da otimização da produção, resultou no esfacelamento da cultura de plantio local, uma vez que o bem natural para a produção foi direcionado para o abastecimento humano de comunidades urbanas.

A cultura importada não preservou as águas do Rio Verde e a biodiversidade que nele se desenvolvia, seja naturalmente, seja pelo plantio diversificado para a subsistência da comunidade.

A intervenção alterou aspectos delicados de um espaço importante para o equilíbrio de todo um território, enquanto a tradição e o meio-ambiente resistem nas propriedades “a salvo”, ou acima da barragem Manoel Novaes e da política de modernização do sertão, onde a produção tenta continuar.

O saber, patrimônio intangível, desenvolvimento secular por gerações, sofre uma ruptura em seu processo de transmissão, porém não deixa de existir.

Das transformações vividas e impostas ao povoado, sua ascensão frente a outros núcleos rurais, como a injeção de verbas para seu desenvolvimento e a promoção do crescimento, não alteraram a essência irrigante da comunidade sertaneja. As considerações dos atores sociais sobre as alterações nas dinâmicas de saber e ser irrigante no povoado Mirorós serão abordadas no próximo capítulo.

Não esqueçamos jamais que as ideias são menos interessantes do que os seres humanos que as inventam, modificam, aperfeiçoam ou traem

François Truffaut

4 A mudança expressa no espaço sertanejo

A cultura da irrigação em Mirorós está suportada em um saber presente na história do povoado. Diante das grandes transformações vividas pelos irrigantes, seja em relação ao uso do Rio Verde, às diversas técnicas e saberes introduzidos para a produção de víveres, ou às interações sociais no espaço produzido, a irrigação e sua importância para o espaço e para o território persiste e acende na população questionamentos sobre seu patrimônio.

O conhecimento sobre a irrigação no Rio Verde se desenvolveu e se transformou no passar das gerações que habitaram sua várzea. Em suas margens, povoados se constituíram e foram desocupados. O saber ali desenvolvido, antes pautado no conhecimento local e no modo de vida comunitário, hoje é ditado pelo Estado e pelo sistema econômico capitalista de modelo produtivo individual. As raízes do conhecimento são resguardadas por poucas famílias que resistem às políticas desenfreadas, mesmo diante da força e da pressão do sistema econômico que se instaura a partir do direcionamento estatal.

Mirorós é um espaço onde o saber irrigar no sertão se expressa na paisagem e nos discursos. Este capítulo tem por objetivo expor as manifestações e convicções da população de Mirorós sobre o Rio Verde, sobre a produção local e o saber produzido. Trata ainda de elencar as reflexões acerca da preservação das raízes de seu povo e das transformações nos modos de interação da sociedade e seu espaço.

4.1 O sertanejo irrigante e sua percepção sobre o Rio Verde

Como enfatizado nessa pesquisa, o Rio Verde e suas margens vivem um processo de transformação centenário. A produção na várzea sempre se valeu da água certa no baixio de Mirorós para a produção de víveres de subsistência, além de contar com as cheias para incrementar a produtividade nos alagadiços.

Existe o consenso entre os entrevistados de que o rio, além de proporcionar as cheias que nutriam as margens, era intermitente no trecho do Baixio de Mirorós. O Rio Verde alimentava o solo e a tradição irrigante produtiva e sustentável das famílias que cultivavam as terras em suas margens. Além disso, afastava o fantasma das secas que hoje assombram o povoado.

Dono de terras nessas margens e a salvo das secas, Luis Dourado, recorre à sua memória de nove décadas, onde guarda a fala dos mais velhos. “Diziam que a seca mais brava foi a de 1932, eu não lembro porque só tinha dois anos. Teve uma crise com um clamor terrível no povo.”

Neta Souza, recorda durante entrevista concedida em 2011, um tempo em que a população do entorno do Rio Verde sofria de carências, mas não vivia diretamente o açoitado da fome, desencadeada pelas secas: “Muita gente passava necessidade, necessidade não era fome, porque necessidade é uma coisa, fome é outra.”

A relação entre as águas do rio e o saber local pode ser encontrada na persistência de Luis Dourado e sua família, na área das nascentes e serras, que utilizam os *regros* centenários, sem o uso de sistemas mecanizados. “Nossa água não falta. Desse tesouro a gente não abre mão”, exalta Luis Dourado, possuidor das terras onde estão algumas das nascentes do Rio Verde. A beleza cênica do espaço imprime ainda mais valor no tesouro do ancião e pode ser observada na Figura 4.1, que mostra o “Poço da Panela”, uma formação rochosa peculiar que guarda sinais sobre potencial hídrico e histórico do Rio Verde.

Figura 4.1 Poço da Panela, na serra das Mangabeiras. O acesso se dá pelo povoado Lameirão, a dezoito quilômetros de Mirorós. Foto Vinicius Morende, 2008

O acesso ao lugar se dá pelo povoado Lameirão, onde moram duas filhas de Luis Dourado. As Figuras 4.2 e 4.3 mostram a beleza do Rio Verde na Fazenda Água Quente, a algumas dezenas de quilômetros abaixo do Poço da Panela.

Figura 4.2 Rio Verde em trecho na Fazenda Água Quente, com a formação de lagoas cristalinas, ainda na serra das Mangabeiras. Foto Joana Horta, 2008

Figura 4.3 Rio Verde na Fazenda Água Quente, na serra das Mangabeiras. Trecho é procurado por turistas e visitantes para banhos e reuniões sociais. Foto Vinicius Morende, 2008.

O sistema tradicional vivenciado nas serras de Mirorós se transforma e se verbaliza na reflexão sobre a atual seca nas terras do baixio. A água é reclamada pelos agricultores da várzea próxima a jusante da barragem, como Ismael Miranda, Colo Queiroz e João Queiroz, passando pelo baixio onde estão Ilda Miranda e José Humberto Santos, até chegar ao povoado quilombola Salva-Vidas, onde mora Aurelino Rodrigues. São cerca de duzentos hectares de várzea, onde vivem centenas de famílias, desapropriadas do Rio Verde. Sobre este trajeto do rio, Luis Dourado busca informações na memória: “Quando eu tomei conhecimento de gente ali já era Salva Vida. Esse rio corria forte, do jeito que está aqui, saia lá, ia pra lá da Ponte dos amores.”

Questionado sobre a influência da agricultura tradicional de *regros* e *tapagens* na seca do Rio Verde, Luis Dourado, protegido por sua nascente, afirma: “Essas nossas (tapagens)? Não que na mesma hora a água já está saindo toda é no rio. A umidade que está molhando o terreno vai correndo rio adentro”. O ancião recorda o uso coletivo da água para justificar a afirmação: “(Todos) faziam e não faltava não. Esse rio corria a seca todinha, caia lá no outro Rio Verde lá embaixo, onde fica a estrada que liga Xique-xique à Irecê.”

Suzana Miranda, moradora do Perímetro Irrigado Mirorós, aos 68 anos, recorda-se do uso coletivo do rio, durante entrevista concedida em 2011. A senhora diz não compreender o questionamento da influência das *tapagens* na seca do rio: “Meu Deus do Céu, o rio ficava! Nós só apanhava o tanto que nós precisasse. Não é obrigado a pegar a água do rio todo não!”

Em viagem de campo realizada em setembro de 2012, Ismael Miranda, caminhando por sua propriedade, apontou o fim do Rio Verde e do plantio nas propriedades do baixio. O momento em que apontou à pesquisadora a poça de água barrenta em que tornou o rio foi captado em fotografia apresentada na Figura 4.4. As terras antes molhadas por *regros* tradicionais, retratados na figura 4.5, já não produzem mais nenhum alimento e a numerosa família hoje depende de uma aposentadoria, levando o produtor à desolação:

O que eu vou fazer agora? Eu tenho poço, mas não tenho energia. O jeito é passar o trator aqui nesses regros que existem há tanto tempo quanto essa terra, que esse rio aqui já se acabou. Agora, é bom que eu estou lhe atendendo, que quando tinha água, numa hora dessas eu tava era na roça, produzindo.

O agricultor, cujas terras estão a poucos quilômetros da Barragem, afirma que a água do Rio Verde chegou a seu nível mais crítico no ano de 2012.

Figura 4.4 Ismael e a pesquisadora, em 2011, observando o último trecho corrente do Rio Verde. Foto Vinicius Morende, 2011.

Figura 4.5 Regros tradicionais sem utilidade por falta de água no Baixio de Mirorós, a jusante da barragem. Foto Joana Horta, 2011

Ilda Nunes Miranda, cuja família produzia na várzea, desola-se a mais tempo. A alguns quilômetros da Barragem, lembra-se das enchentes que varriam o leito do rio. “O

leito do rio era limpinho, porque as enchentes vinham era comendo tudo, vinha com muita força, tirando o lodo, a taboa que nasce. Ficava limpinho, aquela areia era alvinha ali no fundo do rio.”

Ao colocar-se nos anos recentes, emociona-se e deixa escapar o choro, de desgosto do destino do rio antes cheio de vida. “Não se vê mais areia no rio, não se vê mais nada. Só se vê lama podre, porcaria. Tinha muito peixe. Tinha até o dourado, era traíra, a crumatá aquela da cabecinha miúda, assim do corpo grande, tinha surubim, o rio era fundo.”

As águas do Rio Verde significavam a interação da população de suas margens. Ao caminhar pelo leito seco do rio, Ilda Miranda evoca os tempos passados: “Aqui já estava com o pé na água. Tudo era grama e a mulherada lavava roupa. Só se via aquela tagarela de gente conversando”. O lamento da sertaneja é ainda mais enfático quando trata do plantio na várzea antes praticado na vazante do rio: “Já tive tanta tristeza. Cheguei muitas vezes a chorar quando eu vi as minhas propriedades sem poder plantar. Eu gostava demais de trabalhar com a terra. Eu gostava do feijão e do arroz”.

Também com os olhos marejados, o produtor João Queiroz questiona o tratamento dado ao rio por órgãos do governo: “Eu achei muito esquisito isso que fizeram com Mirorós. Eles falaram que o rio nunca ia secar. Primeiro prometeram 250 litros por segundo. Se hoje tem 90 litros, é muito”.

Se antes João Queiroz tirava o sustento da propriedade herdada dos pais, hoje depende do salário da esposa, professora na escola pública de Mirorós. “Eu sou lavrador, e agora que não tem água, estou aqui parado. Eu começo as coisas e não tenho como terminar”.

A degradação do Rio Verde pode ser observada através do comparativo das figuras 4.6 e 4.7, fotos tiradas em um trecho do rio onde se praticava a pesca. As figuras 4.8 e 4.9 registram a morte da fauna local.

José Humberto Santos recorda o volume de água do Rio Verde: “No período das águas o rio chegou a ter uma vazão de 3 mil litros por segundo”. Imaginando a reação do falecido pai sobre a situação do rio e dos produtores, deduz: “Turíbio não viu o rio secar e, se tivesse visto, tinha se decepcionado. Eu acho que ele não ia se impactar tanto com o fim da agricultura de várzea, porque foi um dos idealizadores do projeto de irrigação.”

Figura 4.6 Popular de Mirorós praticando a pesca em trecho do Rio Verde no Baixio de Mirorós. Foto Arquivo Coderve, sem data.

Figura 4.7 Popular observa trecho do Rio Verde seco, onde ante se praticava pesca. Foto Arquivo Coderve, 2012.

Figura 4.8 Flagrante de descaso com a fauna local, que padece nas margens secas do Rio Verde. Foto Arquivo Coderve, 2012.

Figura 4.9 Flagrante de descaso com a fauna local, que padece nas margens secas do Rio Verde. Foto Arquivo Coderve, 2012.

Para os agricultores beneficiados pelo Perímetro Irrigado, a situação de degradação do Rio Verde passou inerte ao longo das últimas décadas. A mecanização do plantio, a modernização das técnicas e melhoria nas condições econômicas ofuscou o problema socioambiental gerado pelo projeto Mirorós. Apenas a partir da década de 2010, quando a ANA, a Codevasf e a Embasa passaram a sinalizar a interrupção do abastecimento do Perímetro Irrigado é que uma parcela maior da comunidade deu-se conta do processo de desapropriação das águas do Rio Verde. Ao menos na amostra da população consultada neste trabalho, todos os entrevistados declararam preocupação com a situação de degradação do meio-ambiente e da comunidade.

Depois de ver o leito do rio seco, Ilda Miranda apazigua-se ao encontrar uma pequena lagoa de água nos fundos de sua casa. “Agora tem essa aguinha ai, porque o povo brigou, mandou abaixo assinado. Estava só o chorinho passando ali, animal morrendo de sede, o povo vinha dar água da Embasa pro gado beber”, reflete a agricultora sobre a contradição na história das águas, antes dividida entre a comunidade e o espaço natural, hoje burocratizada, estatizada e privatizada.

Representante da Codevasf, Isaias Santana reconhece a situação de iniquidade a qual a população de Mirorós foi submetida. “Eu hoje vejo uma grande injustiça com esse povo. Quando eu cheguei aqui, esse povo sobrevivia dessa várzea”. Recordando a capacidade hídrica do rio, afirma: “Tinha água em abundância, até porque a barragem estava cheia e não tinha como utilizar. A água ia pra bem depois do Salva Vidas, o rio estava bem perenizado, o povo trabalhava.”

Isaias ainda reconhece que seca do rio não afeta apenas os ribeirinhos: “Já estão secando nascentes, pouco tempo atrás os jacarés, os cágados, começaram a migrar do rio para o canal, porque o rio secou. É entristecedor”.

Em 2012, diante do cenário de degradação do Rio Verde, foi articulada a organização não governamental Comissão de Defesa, Revitalização e Preservação do Rio Verde (Coderve). Em documento organizado pela comissão, a população reclama da situação do rio e seus usuários:

Com as agressões pela CODEVASF, com a implantação da barragem e, posteriormente, o Perímetro Irrigado, o Rio Verde, começou a “morrer.” Com isto, Ribeirinhos e Quilombolas às margens do rio, ficaram reféns de limitações nas suas produções. Hoje, com a redução drástica da vazão do rio, estamos vivenciando o maior crime ecológico da região!

Nascido em 1990, após as transformações incentivadas pelo Estado, Péricles Celestino enfatiza a importância do rio para a comunidade ribeirinha. “Quando poucos na Bahia tinham ouvido falar em irrigar, a irrigação já existia em Mirorós”. Integrante da Coderve, o jovem coloca que apesar de reconhecer toda a importância cultural que o rio exerce para a comunidade, no sentido da tradição do plantio irrigado, a ONG trabalha para que o governo atenda ao que pede a Lei das Águas, Lei 9.433, de 08 de Janeiro de 1997, que em seu art. 1º, item III diz: “Em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.”

De acordo com o documento elaborado pela Coderve, “Os cômodos engravatados, diante de um ar condicionado, sem conhecerem a realidade dos ribeirinhos e quilombolas, mataram o Rio Verde, a jusante da barragem de Mirorós”. Para os ribeirinhos que participam da ONG, os “engravatados” são representantes públicos, da Codevasf e da ANA, que “com sua “mão carrasca, assinou a sentença de morte do Rio Verde”. Por fim, a Coderve registra: “O Rio Verde é um bem de todos”.

A interrupção da agricultura irrigada de várzea é sentida por aqueles que tiravam o sustento da atividade, é reconhecida pela representação da Codevasf e é apontada à distância por quem acredita na modernização das técnicas de plantio. No entanto, das transformações vivenciadas pela população, a seca do Rio Verde é posta como uma perda de todos, jovens e velhos. Uma perda tida diante da privatização de um bem comum, sem o reconhecimento de seu valor para a população tradicional que sobrevive de suas águas.

4.2 Reflexões sobre o saber irrigar

No que tange ao saber irrigar muitos cenários se conformaram. Para alguns irrigantes, as técnicas e práticas agrícolas tradicionais remontam a uma fase de diversidade, produtividade e trabalho árduo. A construção de *regros* no terreno pedregoso não era leve. Ainda assim, existem aqueles que dão continuidade às tradições e aqueles que, desapropriados das águas do Rio Verde, desejam voltar a molhar *regros*, a umidificar a terra seca e reativar suas propriedades.

O reconhecimento da tradição irrigante é uma constante. Alguns irrigantes exaltam o pioneirismo e a excepcionalidade da irrigação por parte dos ribeirinhos de Mirorós. Carlos Roberto Barbosa de Souza, proprietário de terras na margem do Rio Verde e presidente da Ong Coderve, enfatiza o saber elevar as águas com “tecnologia por gravidade em curva de nível, coisa que você não vai ouvir falar em outro lugar”. Para o agricultor, o saber desenvolvido relaciona-se ao conhecimento do espaço produzido.

A várzea, com suas tecnologias de *regros*, *tapagens*, curva de nível por gravidade, inundação, estimulou a produção de espécies e o desenvolvimento de iguarias, como a cachaça artesanal produzida por João Queiroz. Dois dedos de conversa e o produtor da “Cezarina” convida o visitante para uma degustação de dezenas de experimentos desenvolvido no passar das últimas décadas. Queiroz relembra o tempo da produção de cana-de-açúcar, rapadura e cachaça e a desarticulação da tradição produtiva dos engenhos. “Os mais velhos falavam que era muita a produção de rapadura. Hoje só tem eu tentando e ainda assim tá parado.”

As variedades de arroz e feijão também tinham volumes significativos, suficientes para serem distribuídos para todo o território de Irecê. “O povo vivia de plantar na beira desse rio. Plantava pra viver e sobrava pra vender. Vendia aqui no Mirorós, outras horas pilava, limpava e levava pra feira, pra essa região de Irecê, outras horas pra de Gentio do Ouro”, recorda Nadson Alves de Souza.

Sobre o armazenamento da produção, “o arroz, tinha vez que a gente botava no paiol e ia vender no outro ano. A rapadura também ficava feita pra vender de seis meses, outras de um ano”, recorda Luis Dourado.

Já os pequenos produtores compartilhavam suas casas com seus produtos. “O arroz a gente deixava em vários sacos, de pano, na sala mesmo. No tempo de meu avô ainda era nas esteiras de palha da carnaúba”, recorda Antônio Guedes Rocha.

A lógica produtiva tradicional apresentava características impactantes ambientalmente, mas em escala reduzida em comparação com as grandes áreas de monocultura, com maior período de utilização consecutiva de uma mesma área, menor tempo de pousio e uso intensivo de substâncias químicas.

Sobre a produtividade da várzea, Ilda Miranda evoca o modo de plantar orgânico praticado na beira-rio: “Nós plantávamos feijão e não botava nada, não, não, não. A não ser folhear, como adubo. Não usava nada, e dava!”.

Roberto Souza, da Coderve, enfatiza o conhecimento em harmonia com a natureza. “Era uma forma mais ecológica, sem agrotóxicos, respeitando o caminho das águas. Coisa de quem conhecia o terreno que cultivava”.

Pode-se colocar que antes do saber irrigar, a prática agrícola tradicional em Mirorós era a prática da divisão dos recursos e das soluções coletivas. “Todo mundo usava e não faltava a ninguém”, defende Luis Dourado. “A água desse Rio dava pra todo mundo”, afirma Ilda Miranda. “Não tinha briga por falta de água, tinha por trabalho desfeito, mal feito, empreitada, mas nunca a água do rio faltou”, coloca Ismael Miranda.

A população, que antes administrava os recursos naturais, passou então a pagar pelo uso da água. Para Ilda Miranda, a perda do uso gratuito das águas do rio torna a produção mais custosa:

O lote (no Perímetro Irrigado) é bom, se a água não faltar. Não é fácil não, porque a mão de obra é cara, a água é muito cara, a gente paga num lote de cinco hectares quatrocentos e tanto de água, dependendo da planta. E antes a água era de graça, era só fazer a tapagem nos barrancos, faz represinha no meio da água, no rio, aí aquela água represa e entra naqueles regras, cavadas na enxada, na mão, e aí a pessoa aí distribuindo ela pra dentro do plantio.

Nem todos os produtores que cultivavam na várzea tiveram acesso aos lotes irrigados. Muitos permaneceram na beira do rio com a promessa de perenização do recurso natural. Diante das burocracias estabelecidas com a tomada do Rio Verde pelo Estado, a outorga de água foi concedida a apenas dois produtores e a uma associação. A

reorganização da distribuição da água posta pelo Estado traça o caminho da intensificação dos conflitos.

Sobre o plantio irrigado tradicional, Isaias Santana reconhece: “As pessoas que viviam disso aqui, hoje não tem mais o direito de plantar. As agências alegaram que esse sistema desperdiça água. Segundo o Ingá, não se pode mais fazer a feita durante séculos.”

Como posto, houve uma profunda alteração na dinâmica produtiva do espaço com a instalação da Barragem Manoel Novaes. Barrando o fenômeno de fertilização natural que ocorria no espaço, a lógica produtiva antes utilizada é desarticulada. Com o passar dos anos, não apenas as enchentes deixaram de lavar o rio e suas margens, como também o Rio Verde deixou de correr a jusante da barragem, a partir do Baixio de Mirorós. A prática irrigante não foi posta de lado com as alterações estruturais do Rio Verde, mas passou a se transformar rapidamente.

A construção da barragem atraiu trabalhadores de várias regiões do País e a população do povoado também integrou a equipe de construção civil e serviços gerais para atender às grandes construtoras que atuaram na execução da obra. A criação dos postos de trabalho temporários, com melhores condições econômicas que o campo, enfraqueceu o vínculo de trabalho exclusivo com a terra, cultivado no povoado Mirorós.

A partir das obras, tiveram início entre os ribeirinhos os conflitos pelo uso da água, que começou a escassear em povoados mais distantes da jusante da barragem, como é o caso dos produtores irrigantes do município de Itaguaçu da Bahia, trabalhado em dissertação por Cunha (1999). O alerta de Itaguaçu, que ao contrário de Mirorós sempre conviveu com as secas do rio, não comoveu a população mais próxima a barragem, que vivia um verdadeiro milagre econômico e a mágica da regularização do Rio Verde. A população continuou a plantar e a usar as margens no Baixio de Mirorós, enquanto a barragem era abastecida, sustentando ainda a adutora do feijão distribuindo água para abastecimento humano nas cidades do território de Irecê.

Com a inauguração do Perímetro Irrigado Mirorós, uma nova leva de produtores rurais foi atraída para a região. Entre eles, empresários, técnicos agrícolas e colonos, termo utilizado pela Codevasf para definir os assentados em lotes menores, de cinco hectares, destinados a pequenos produtores.

Dos produtores da várzea que tiveram acesso ao perímetro irrigado, alguns venderam seus lotes e migraram de cidade, outros não tiveram capacidade administrativa

para o novo modelo produtivo e ainda há os exemplos de sucesso e prosperidade, de multiplicação de posses, geração de postos de trabalho e investimentos em tecnologias e inovações automatizadas para irrigação de víveres.

É nesse momento em que o saber irrigar no sertão se transforma em maior intensidade. Parte da população da várzea recebe lotes no Perímetro Irrigado como indenização pela desapropriação de terras na área ocupada pelo projeto e se insere no modelo associativo importado dos Estados Unidos e posto pelo Estado, através do Dipim.

Um novo ciclo de conhecimento passou a se desenvolver. A irrigação com as águas do Rio Verde toma aulas em outros Perímetros Irrigados e importa culturas como coco e pinha. Algumas culturas tradicionalmente praticadas, como a do feijão, não obtiveram sucesso no novo espaço. Os adjuntos para o plantio também já não acontecem e o trabalho é realizado por homens e mulheres diaristas, que, com raras exceções, são contratados com direitos trabalhistas.

Passaram-se alguns anos de testes, incentivos e empréstimos bancários para que os produtores de Mirorós se rendessem à cultura da banana, que supera o espaço produtivo do perímetro, estendendo-se aos agricultores da várzea, desde as serras até o baixio. A banana também se exhibe em propriedades distantes do rio, onde antes havia roças de sequeiro com palma ou capoeira. Com energia elétrica, poços e sistemas automatizados, a banana cresce irrigada sertão adentro.

Com poucos anos de plantio, a banana prata destacou-se por sua qualidade e resistência para enfrentar os 50 quilômetros de estrada de terra até o asfalto. Os cachos produzidos exibem dezenas de pencas e centenas de frutos viçosos, nutridos com água de boa qualidade.

Segundo Marcelo Rocha, a banana antes era plantada apenas na região de nascentes. “Nessas áreas do Lameirão existiam grandes áreas de banana maçã, que está em extinção no mundo inteiro.”

Luis Dourado completa a informação: “tem a caturra, tem a maranhão, san tomé, tem a maçã”. E revela a existência de uma amostra da variedade maçã, em produção a mais de cem anos. “Tem uma touceira de banana, dizem esses mais velhos que compraram aqui, que quando compraram, já estava plantada por esse cativo. E até hoje tem essa touceira de banana da época deles. Bem aí, na beiradinha do rio.”

Ao contrário da variedade cultivada pela agricultura de várzea, o modelo produtivo praticado no Perímetro Irrigado faz uso de poucas espécies. O cultivo de víveres, antes diversificado e promotor da diversidade genética de várias espécies, como arroz, o feijão, as abóboras, hoje é restrito. De acordo com dados da Ater, hoje, mais de 95% do que é produzido em Mirorós resume-se à duas espécies de banana.

Na análise técnica do engenheiro agrônomo Marcelo Rocha, “a banana é uma cultura rápida e não apresentou problemas fitossanitários difíceis de controlar. E tem mercado consumidor nas grandes cidades da Bahia e do nordeste que consomem a da prata”.

De acordo com o coordenador da Ater, a orientação do modelo produtivo do Perímetro Irrigado foi estimulada por experiências bem sucedidas em outros projetos: “Produtores que vieram de fora foram visitar outros perímetros em Petrolina, Juazeiro, no norte de Minas. Viram que era uma cultura interessante e começaram a plantar aqui. Hoje 97% é banana.”

Aurelino Rodrigues, no povoado Salva Vidas recorda a implantação da banana no espaço produtivo:

Quando eu comecei a trabalhar no lote fui só eu a mulher ajudando. Do que eu sabia de plantar foi muito diferente! O que eles trouxeram pra gente plantar aqui não deu certo. Primeiro o coco e a manga, tentou não sei quantos anos, mas não conseguia render. Depois da banana que melhorou mais. No meu lote é só banana, que dá o dinheiro a manutenção, pagar a água, a gente tem uma continha no banco pra acertar agora, que já tão cobrando.

Alguns produtores chegaram a receber da Codevasf o lote já beneficiado. Como é o caso de Divino Alves Souza, cuja família foi desapropriada de Feixo da Serra. “Eles me deram a área pronta. Executada e plantada com feijão. A Codevasf tinha muitos terrenos assim, organizadas pelos técnicos, eles mesmos é quem decidiam”.

Nos primeiros anos de lote, os produtores foram isentos de pagar água. “Foram dois anos de carência. Plantei feijão, primeiro, aí veio um dinheiro eu plantei alho e banana”, revela Divino.

Sobre o conhecimento de plantio, Divino revela. “Eu não conhecia aqui antes não. Fui pra São Paulo novo e quando conheci, já estava recebendo os lotes. Em São Paulo fui procurar recurso de vida, trabalhei com construção civil, sofri muito lá, demais”. Divino tornou-se um dos produtores mais bem sucedidos do Perímetro.

Até o fim da década de 2010, o Perímetro Irrigado produziu toneladas de bananas, distribuídas prioritariamente por atravessadores, reduzindo o lucro da produção e encarecendo a produção custosa pelos investimentos em tecnologia, eletricidade e água.

Os produtores do perímetro, em sua totalidade, contraíram empréstimos para as investidas e uma grande maioria adquiriu dívidas que vem sendo renegociadas de tempos em tempos.

Do ponto de vista da produtividade, o endividamento rural exerceu resultado e o Perímetro conseguiu alcançar níveis mais altos de ocupação e produção. Mais gente produzindo banana, mais água sendo consumida.

A produção extensiva trouxe novas questões para o plantio, como a praga Sigatoca Amarela, que rapidamente se espalhou pelo Perímetro, forçando os produtores a utilizar veneno, aplicado por aspersão aérea.

A conjuntura do projeto de irrigação fez com que o técnico agrícola Renã Souza e a esposa Eliane Miranda desacreditassem do destino do Perímetro Irrigado Mirorós. O trabalho desenvolvido pelo casal servia de exemplo por utilizarem o moderno sistema para praticarem a agricultura orgânica e diversificada, como mostra a Figura 4.10. O casal, que tocava sozinho o trabalho no lote de cinco hectares, não encontrou solidariedade para a prática agrícola orgânica, como coloca Renã:

O louco lá (no Perímetro Irrigado Mirorós) era eu, que plantava diversificado. Manga, caju, maracujá, pinha. Claro que os lucros são mínimos, mas você não está trabalhando só pra si, você tá trabalhando pra si, pro solo e pra região. Esse é o meu ponto de vista. Aonde eu tralhar eu vou trabalhar com diversificação de culturas. Eu vou usar matéria orgânica em primeiro lugar. Vou fazer meu composto, que é o correto. Com culturas sem defensivo químico. Porque? A saúde em primeiro lugar moço.

Com a borrifação aérea de defensivos químicos, a produção orgânica ficou impossibilitada ser continuada. Uma questão que foi ignorada, uma vez que a agricultura livre de insumos químicos era praticada por um número mínimo de produtores. A agricultura extensiva da banana passou a sustentar economicamente o Perímetro e um número expressivo de produtores.

Figura 4.10 Eliene Miranda, à direita, em dia de campo sobre agricultura orgânica promovido pela Ater Mirorós, em seu lote no Perímetro Irrigado. Foto Joana Horta, 2008

Para o representante da Codevasf, Isaías Santana, o aumento da produtividade do projeto e o direcionamento estatal forçaram a falência do rio e da agricultura ribeirinha. “Não sou contra o projeto, mas cada um tem que dar a sua cota, o mínimo necessário pra que a várzea possa sobrevivendo tem que ter. O Ingá fez um levantamento, que era de 150 litros por segundo. Mas nem essa cota a ANA liberou.”

O Rio Verde e a barragem Mirorós, que primeiro escassearam para os ribeirinhos, não suportaram o aumento do consumo nas cidades e no campo. O perímetro, então, passou a ter vazão reduzida.

Em 2011, com o Perímetro Irrigado ainda abastecido pela barragem, mas com vazão reduzida, a crise da água ameaçava o projeto. Na análise de Marcelo Rocha, “o que aconteceu aqui foi o plantio extensivo da banana, a redução do conhecimento tradicional e a extinção de determinadas espécies”.

Como compensação para a redução da vazão das águas do rio, o Perímetro providenciou poços, que abastecem o canal central de distribuição de água, como mostra a Figura 4.11.

Figura 4.11 Poço abastece canal de irrigação no Perímetro Irrigado Mirorós.
Foto Joana Horta, 2011

Alguns empresários também fizeram investimentos particulares: “Arrecadaram em torno de R\$ 700 mil e abriram poços. Hoje já dá pra funcionar o setor 4 e 5 sem a água da barragem”, coloca Marcelo Rocha, que enfatiza a capacidade hídrica: “Foram furados poços aqui na Frutop, com a melhor vazão da Bahia”.

A partir de 2012, sem a água do Rio Verde para a produção víveres, os produtores de Mirorós, do baixo ao perímetro, insistem na produtividade das terras. Centenas de poços são perfurados, alguns por investimentos particulares, outros com aporte do governo. Nesse sentido, Marcelo Rocha reflete: “O poço é uma fonte água milenar, mas se você começa a utilizar, ela vai esgotar”.

Expor o saber irrigar como patrimônio em Mirorós, relaciona-se com o empoderamento da população sobre seus bens comuns, cada vez menos acessíveis. Como defende o ambientalista Henrique Leff, de situações como a vivida pelos ribeirinhos de Mirorós, emerge um novo paradigma de produção, baseado no potencial ecológico de geografias específicas e na pluralidade de identidades. “Esse paradigma ambiental promove a sustentabilidade a partir de suas bases ecológicas e culturais. Mobilizando a sociedade a reapropriar-se de seu patrimônio de recursos naturais e autogerir seus processos de produção” (LEFF, p. 47, 1998).

A implantação de um sistema importado para o plantio irrigado alterou profundamente as práticas tradicionais desenvolvidas pela população de Mirorós, introduzindo no território novas práticas. Mas a cultura local de irrigação ainda busca recursos, seja na tradição, seja nas novas tecnologias, para seguir produzindo e sustentando dessa maneira a identidade irrigante.

4.3 A tradição irrigante nas interações sociais

Como posto anteriormente, a irrigação na várzea estimula a interação de sua população. Em torno da cultura irrigante, a população organiza a economia, a infraestrutura do povoado, as relações de trabalho, os festejos, o lazer, e sua participação no território.

A renda da banana, de baixo valor agregado, mas com uma constância capaz de acompanhar o sistema de pagamento mensal, dá poder de consumo ao agricultor do Perímetro Irrigado, que passa a movimentar o pequeno comércio do povoado. Uma dezena de mercados entra em funcionamento, acompanhada de pequenas lojas de construção civil, roupas e calçados, mobiliários e eletrodomésticos. No pequeno povoado, milhões de reais são movimentados mensalmente com a venda de banana.

Se antes do projeto de irrigação não havia a movimentação financeira do comércio interno, a vida simples é relembrada com saudosismo por alguns produtores, como Ilda Miranda: “Mesmo que não seja uma vida que tenha de tudo, mas o que comer, não falta né, nunca faltou, tinha até fartura”.

Mas a fartura de quem possuía terras com água para produzir não surtia efeito em todo território, que sofria com as secas e o abandono. “Depois do projeto vieram os empregos, o povo melhorou, cada um que tinha a sua casinha ruinzinha, foi derrubando as taipas e levantando uma de adobe, de bloco. Tendo uma vida melhor”, reconhece Ilda.

A observação de Ilda é compartilhada por José Humberto Santos: “Houve toda uma mudança de vida das pessoas, está por exemplo nas habitações, no saneamento básico e no crescimento do povoado, onde tinha trinta, quarenta casa, hoje tem 500. Houve uma mudança no perfil da renda.”

E, apesar das críticas ao tratamento dado aos produtores da várzea, Isaías Santana, representante da Codevasf, coloca:

Uma coisa a gente não pode esconder, o projeto deu uma alavancada na qualidade de vida do pessoal, hoje você tem um posto de saúde com médico, uma dentista, você tem até fisioterapeuta, você tem farmácia, uma pessoa experiente. E ninguém espera isso num povoado.

Com escolas públicas que oferecem estudos de primário, segundo grau e educação de jovens e adultos, o povoado deixou de depender de iniciativas particulares, por parte de produtores com melhor posição financeira, para manter os professores para a população, como narrado pelos irmãos Alves de Souza e Ilda Miranda.

Mesmo morando no povoado Salva Vidas, que não recebeu os mesmos benefícios econômicos e estruturais de Mirorós e ainda teve seu trecho de rio totalmente degradado, Aurelino Rodrigues celebra a implantação do projeto Mirorós: “Graças a Deus, dessa barragem ai, pra cá, a vida melhorou. Parece que foi Deus quem fez isso. Depois do lote, tem sempre serviço, pra gente e pra outros que chegam aí.”

Contraditoriamente, a qualidade de vida para os produtores e trabalhadores que moram nos lotes que distribuem riqueza no povoado é afetada pela ausência de água tratada, isolamento dos serviços de saúde, educação e comércio. Elísio Miranda, morador e proprietário de um lote no setor 2 do projeto coloca a dificuldade de manter-se no lugar de mora com sua esposa, Suzana, há dez anos:

A gente não tem uma de beber, colocamos uma bica nas telhas, quando chove bastante, que lava as telhas, aí a gente bota a caixa d'água, joga o produto e trata a água dentro da caixa. Quando não tinha caixa era apanhado, carregava o carro em Mirorós, no Salva-Vidas, na Vereda, mas a gente vendeu carro.

Elísio, nascido em 1935 e a esposa, em 1938, retratados na Figura 4.10, sentem dificuldade em encontrar trabalhadores para ajudar no serviço doméstico, pesado para mulher que sofre com problemas de saúde. “Eu não aguento passar pano, varrer eu varro devagar. Tá que não acha mais prato pra comer. Quando a gente era mais novo, eu tinha 60 e poucos anos ele também, aí a gente trabalhava muito.”

Acostumados com a dificuldade do plantio e da vida no sertão, Elísio reconhece a melhoria econômica do lugar: “Moço era uma pobreza, você quer falar em pobreza, era isso aqui.”

A família Alves de Souza, desapropriada das terras em Feixo da Serra, é um exemplo de que a melhoria da vida em Mirorós não foi sentida por todos. “Pra muita gente melhorou. Mas pra muitos não, igual quem plantava na margem do rio”, coloca Neta Souza. Seu cunhado, Nadson Souza, aponta a sina do irmão, Turíbio, que não teve acesso aos lotes: “Pra esse aí arruinou”. A reclamação de Turíbio não se restringe apenas

aos aspectos financeiros, mas também ao direito de irrigar. “É triste, hoje eu me conformo com meu quintal”, fala pesaroso o ex-agricultor.

As conquistas econômicas atraíram para o povoado alguns investimentos em saúde e educação, mas a comunidade sofre com questões de violência e falta de opções de lazer para sua população. A insegurança com os filhos motivou Eliene Miranda e sua família a deixar a vida nos lotes do Perímetro Irrigado.

O cenário é apontado pelo representante da Codevasf, Isaías Santana: “Na questão econômica houve muita mudança, mas o lado social aqui é péssimo, as pessoas não conseguem socializar, você vê que não tem ambientes que você possa frequentar.”

Remanescentes do Rio Verde, as nascentes e o trecho de serra, são tidas como rara opção de lazer, e servem de refúgio a milhares de pessoas que desfrutaram todo o leito do Rio Verde em épocas não tão distantes. Juliana Rocha, aos 27 anos, ao acompanhar a pesquisadora em visita a uma propriedade à jusante da barragem comove-se ao encontrar o fio de água em que se transformou o rio: “eu nadava aqui, a água vinha até o pescoço e hoje só molha os pés”.

O acesso difícil aos trechos preservados do rio limita a visitação da população. Ainda assim, o Rio Verde no seu trecho de serra ainda movimenta o turismo regional.

Reflexo das alterações e contradições impostas no lugar, as praias formadas no entorno do lago da barragem são permeadas por histórias de agressões, como o assassinato de suas crianças, que assombram o povoado, transformadas em lendas.

Nos dias atuais, das festas que movimentam a comunidade, a “Rainha da Banana”, realizada pela Prefeitura Municipal de Ibipêba, que elege a moça mais bonita da região, está entre as mais esperadas. Referência ao plantio intensivo de banana consiste em um dia de música e desfiles de beleza e segue realizada anualmente, independente da crise na produção local.

O forró dos irrigantes promovido pelos produtores do Perímetro Irrigado, que ocupava de três a quatro dias dos festejos juninos, já não acontece desde o início da crise das águas no Perímetro Irrigado, mostrando a fragilidade do suporte econômico local aos eventos culturais.

Os pequenos produtores do Perímetro que se organizaram em cooperativa partiram em busca de um lote no projeto empresarial Baixio de Irecê, no mesmo território

de Mirorós, abastecido com uma adutora do São Francisco, inaugurada em 2013. Outros produtores estão sendo encaminhados para projetos mais distantes, como Barreiras.

Com a baixa da produção, a comunidade que viveu na primeira década de 2000 um tempo de melhoria nas habitações, estudos e saúde, está esvaziando. Além da partida dos produtores, os jovens procuram outras cidades em busca de trabalho e estudos. Restam os idosos, crianças e mulheres, sustentados por projetos como o Bolsa Família, Bolsa Escola e aposentadorias.

Entende-se que a cultura irrigante faz parte da identidade dos ribeirinhos de Mirorós. A memória da população faz referências à atividade no que tange ao modo de vida, às transformações no povoado, ao acesso a educação e a saúde, aos festejos e momentos de lazer e à construção do conhecimento local. Ainda que submetidos a uma intensa mudança no espaço natural ocupado pela população ribeirinha, as raízes irrigantes persistem e buscam no reconhecimento de seu patrimônio, uma saída para a seca que, como nunca antes na história, assola o povoado.

Considerações finais

A oportunidade de pesquisar a trajetória do saber tradicional desenvolvido em Mirorós possibilita uma avaliação mais consciente do momento atual do povoado e abre perspectivas para a elaboração de projetos atentos às especificidades, limitações e oportunidades cabíveis à realidade local.

O saber irrigar a terra sertaneja, posto como patrimônio cultural imaterial da população de Mirorós, fomenta as discussões sobre o registro do patrimônio imaterial brasileiro. Dessa forma, aponta os avanços e as limitações das políticas públicas, tanto no âmbito do entendimento da cultura quanto nas estratégias de controle do recurso natural, a priorização de comunidades urbanas e à manutenção de tradições que sustentam o homem no semiárido e a diversidade do bioma Caatinga.

O estudo coloca em ênfase a agricultura irrigada presente no espaço ao longo do último século, fato omitido pelas poucas fontes oficiais que tratam da história do povoado. A memória da população desmistifica a ação governamental que implantou o Perímetro Irrigado Mirorós, como solução para a produtividade da terra sertaneja.

A leitura dos discursos nos leva à contraposição da política desenvolvimentista na década de 1980 e seus altos investimentos em grandes barragens, canais de concreto e estações de bombeamento, frente ao saber local sobre a transposição de águas por gravidade, em valas que respeitam as formações geográficas e o volume hídrico disponível, tecnologias sustentáveis, mas vistas como obsoletas.

Uma vez que o povoado segue recebendo investimentos constantes, na ordem dos milhões de reais, para sustentar um projeto de irrigação que em pouco mais de dez anos de funcionamento caminha para a falência e o esgotamento do recurso hídrico, o saber local é colocado como uma densa fonte de informações para a construção de uma política pública mais coerente com a realidade local e que busque o desenvolvimento sustentável.

Há que se apostar nesse saber, que sustentou por centenas de anos, um saber fazer, um povo, uma cultura, muitas histórias.

Referências

AB'SÁBER, A.N. **Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dociê Nordeste Seco.** Estudos Avançados, vol.13 no. 36. São Paulo, 1999.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste: contrinuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

APNE. **Estatística Florestal da Caatinga.** Ano 1, vol 1 (Ago). APNE. Natal, RN, 2008.

ARIZPE, L. **El patrimonio cultural inmaterial de México: ritos y festividades.** Miguel Ángel Porrúa. Conaculta/Crim/Unam, 2009.

BAHIA. Secretaria da Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Ofício de vaqueiro.** Cadernos do IPAC 6. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013a.

BAHIA. Secretaria da Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Patrimônio Cultural na Bahia.** 4 ed. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013b.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos.** 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministerio da Integração Nacional. Codevasf. **Nota de Esclarecimento.** Brasília, DF, 02.03.12. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/notas-de-esclarecimento/nota-de-esclarecimento-barragem-de-miroros-02-03-12-nova-versao.pdf/view>. Acesso em: jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades: Bahia Gentio do Ouro. Infográficos: Histórico.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291130&search=bahia|gentio-do-ouro|infograficos:-historico> . Acesso em: nov. 2013a.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades: Ibipeba. Infográficos: Histórico.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291240&search=bahia|ibipeba|infograficos:-historico> . Acesso em: nov. 2013b.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 - Características da População e dos domicílios: Resultados do Universo.** Brasília: 2011 Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: nov. 2013b.

CAMPOS, P. H. P. **A ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985.** Tese de doutorado para o Programa de Pós-Graduação de História. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012.

CANCLINI, N. G.. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n 23. p. 95-115, 1994.

CAPOBIANCO, J. P. **Biomass brasileiros.** IN CAMARGO, A., CAPOBIANCO, J. P. e OLIVEIRA, J. A. P. de. **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós- Rio-92.** São Paulo: Estação Liberdade, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CASTRO, J. **Geografia da Fome, dilema brasileiro: pão ou aço.** 10 ed. rev., Rio de Janeiro, Antares/Achiamé, 1980.

CHARLON, M. L. P. **Os Cadernos de Campo de Roger Bastide.** História: Questões & Debates, n. 53, p. 85-119, Curitiba: Editora UFPR, 2010.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CHAUÍ, M. de S. **Apresentação: Os trabalhos da memória**. In BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3º Ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo, Ed UNESP, estação Liberdade, 2001.

CODEVASF. Perímetros Irrigados. **Mirorós**. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/miroros>. Acesso em jun.2013a.

_____. Perímetros Irrigados. **Senador Nilo Coelho**. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/senador-nilo-coelho> . Acesso em jun.2013b.

_____. Perímetros Irrigados. **Formoso**. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/formoso-a-h>. Acesso em jun.2013a.

_____. Perímetros Irrigados. **Jaíba**. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/jaiba-1>. Acesso em jun.2013a.

_____. Perímetros Irrigados. **Tourão**. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/tourao> . Acesso em jun.2013a.

CUNHA, E. R. P. (1866-1909). **Os Sertões: campanha de Canudos**; introdução de Werneck Sodré. 27 edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

CUNHA, M. C. **Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica.** Estudos Avançados. Dociê Nordeste Seco, vol. 13 no. 36. São Paulo, 1999, p. 147 – 163.

CUNHA, T. B. **Conflitos pelo uso da água envolvendo a barragem Manoel Novaes (Mirorós).** Monografia para Graduação em Geografia. Centro de Ciências Exatas e da Natureza – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 2009. 157p.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil.** Nupaub, USP. São Paulo, 1999.

_____, A. C. (Org.). **A etnoconservação da natureza.** In _____ (Org.: Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 1-46, 2000

DINIZ, J. A. O.; Feitosa, F. A. C; Cardoso, A. C; Lima, E. S. **Caracterização hidrogeológica do aquífero salitre no Perímetro Irrigado Mirorós, Gentio do Ouro, Bahia.** In: XVII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas; XVIII Encontro Nacional de Perfuradores de Poços. Resumos Expandidos... Bonito, MS: ABAS, 2012, p 1-4.

EMBASA. **Sistema de Abastecimento de água da localidade Mirorós.** Relatório Anual de Informação ao Consumidor. Salvador, 2011

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos espaciais.** Revista Nera, ano 8, n.06, jan.-jun, 2005.

GINZBURG, C. (1939) **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das letras, 2006.

HALBWACHS, M. (1877-1945). **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HASBAERT, R. C. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAUFF, S. N. **Representatividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Caatinga.** PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Brasília, 2010.

MEDEIROS, S. S. [et al.]. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro.** Campina Grande, INSA, 2012.

INEMA. **CBH Verde-Jacaré.** Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/comites-de-bacias/comites/cbh-verde-jacare>. Acesso em jun. 2013.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação.** Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

JEUDY, H. **Espelho das cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEONEL, M. **Bio-sociodiversidade: preservação e mercado.** Estudos Avançados 14. V. 38, São Paulo: Edusp, 2000, p. 321-346.

LONDRES, C. **Referências culturais: bases para Novas Políticas de Patrimônio.** In Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LOPES, E. **O Reconhecimento e a Conquista.** In: Opara: Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

MORAES, W. **Jagunços e Heróris: a civilização do diamante nas Lavras da Bahia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.

MAGALHÃES, M. **Mariguella, o guerrilheiro que incendiou o mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MEIHY, J. C. S. **Manual de História Oral.** 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1998.

MEIHY, J. C.; HOLANDA, F. **História Oral, como fazer, como pensar.** Contexto: São Paulo: 2007.

MORAES, W. **Jagunços e Heróis: a civilização do diamante nas lavras diamantinas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MORAES, A. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.

MORENDE, V. **Plantar alimento ou combustível? Formação territorial no sertão baiano.** Dissertação (Mestrado em ciências). Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** In: Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1981, pp. 07-28.

ODEBRECHT. **Revista Odebrecht Informa**. Ano 9, n° 34. Agosto, 1984. Disponível em: <http://www.odebrechtnoticias.com.br/OI/034/pt.pdf> . Acesso em: dez. 2012.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais**. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. G. e FREIRE, B. M. **Nota sobre duas experiências patrimoniais**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico* n 32, 2005, p. 152-165.

ORLANDI, E. P. **A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. In: *Anais do 1º Seminário de Estudos em Análise de Discurso*; Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PELEGRINI, S. **A salvaguarda e a sustentabilidade do patrimônio imaterial brasileiro**. In: FURNARI. Pedro Paulo, PELEGRINI. Sandra e RAMBELLI. Gilson (Orgs.) *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume; Fapesp, Campinas: Nepam, 2009.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Revista Estudos históricos*, Rio de Janeiro, volume. 2, n 3, 1989, p. 200-212.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1968.

ROCHA, G. **Cultura popular, do folclore ao patrimônio**. *Mediações, Revista de Ciências Sociais*. Londrina, 2009, p. 218-236.

RODRIGUES, M. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo. 1969-1987**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Editora Unesp, Condephaat, 2000.

RUBEM, J. **Irecê: histórias, casos e lendas**. 2 ed. Irecê, Bahia: Print Fox, 2001.

RUBINO, S. O Mapa do Brasil Passado. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, v. 1, 1996, p. 97 a 105.

SALES, H. **Garimpos da Bahia**. Serviço de Informações Agrícolas do Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1955.

SANT'ANNA, M. **A face imaterial do patrimônio Cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização**. Memória e Patrimônio, ensaios contemporâneos, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

SANTILLI, J. F. R. **Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e empasses na criação de regimes legais de proteção**. Rev. Fund. Esc. Super. Minist. Público Dist. Fed. Territ., Brasília, Ano 10, Volume 20, p. 50-75, jul./dez. 2002.

_____, Juliana F. R. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção. II Encontro da ANPPAS, Indaiatuba, São-Paulo, 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/#8.

SANTOS, M. V. **Nasce a Academia SPHAN**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, v. 1, 1996, p. 97 a 105

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **M. Por uma Geografia Nova. Da crítica a Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo, Edusp, 2008.

SCIFONI, S. **Os diferentes significados do patrimônio natural**. Revista diálogos, DHI/UEM, vol 10, n 3, p 55-78, 2006.

SILVA, H. M.. **Sistema de Informações Geográficas do Aquífero cárstico da micro-região de Irecê, Bahia: Subsídio para a gestão integrada dos Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Verde e Jacaré**. Dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Geoquímica e Meio Ambiente. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2005.

TAVARES, L. H. D. **A conquista do território da Bahia**. In: História da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2008.

UNESCO. **Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, da Unesco**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. Paris, 1972.

_____. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: 2003

_____. **O Patrimônio: legado do passado ao futuro**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future> . Acesso em: nov. 2013

ZANIRATO, S. H. **Patrimônio para todos: promoção e difusão do uso público do patrimônio cultural na cidade histórica**. Patrimônio e Memória (UNESP), v. 2, p. 1-20, 2006.

_____, S. H. **Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural**. Patrimônio e Memória, Unesp, 2009.

_____, S. H. **Patrimônio Natural do Brasil**. Patrimônio e Cultura Material. Projeto História, n 40, junho, São Paulo, 2010.